

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

EDUARDO BUGALLO DE ARAUJO

UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

EDUARDO BUGALLO DE ARAUJO

UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
APLICAÇÃO DO FASB 52 CONTRAPOSTO À CORREÇÃO MONETÁRIA
INTEGRAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Auster Moreira Nascimento

São Leopoldo

2005

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

A663e Araujo, Eduardo Bugallo de
Um estudo sobre os efeitos nas demonstrações contábeis da
aplicação do FASB 52 contraposto à correção monetária integral
/ por Eduardo Bugallo de Araujo. – 2005.
146 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2005.

“Orientação: Prof. Dr. Auster Moreira Nascimento, Centro de
Ciências Econômicas.”

1. Demonstração contábil. 2. Contabilidade - Norma
Internacional – FASB 52. 3. Contabilidade Internacional.. 4.
Correção monetária integral. I. Título.

CDU 657.3

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Dissertação Um Estudo sobre os Efeitos nas Demonstrações Contábeis da Aplicação do FASB 52 Contraposto à Correção Monetária Integral, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Nível Mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos pelo aluno Eduardo Bugallo de Araujo, e aprovada em 03 de março de 2006, pela Banca Examinadora.

Prof. Dr. Auster Moreira Nascimento
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Visto e permitida a impressão
São Leopoldo,

Prof. Dr. Ernani Ott
Coordenador do PPG em Ciências Contábeis

Dedico este estudo:

aos meus pais, Ozorio e Nara;

à minha irmã Luciana; e

à minha companheira Juliana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder a vida e a capacidade para executar este estudo.

Agradeço aos meus pais, Ozorio e Nara, por sempre me apoiarem mesmo nos momentos mais difíceis e pela educação baseada nos mais elevados princípios; à minha irmã Luciana e aos demais parentes e amigos pelo carinho e compreensão da ausência durante todo o curso.

Agradeço à Juliana, minha companheira e colega de mestrado, que, desde o primeiro dia de aula, acompanhou-me nos trabalhos e demais atividades. Agradeço por, além de compartilhar conhecimento, hoje compartilhamos também nossas vidas.

Ao Prof. Dr. Auster Moreira Nascimento por ter aceito a orientação deste estudo, conduzindo-me ao caminho correto com muita sabedoria e paciência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Ciências Contábeis pelo conhecimento e carinho transmitidos ao longo do curso, especialmente aos Professores Dr. Auster Moreira Nascimento, Dr. Ernani Ott e Dr. Marcos Antonio de Souza.

Aos colegas de mestrado pela troca de conhecimento e experiências.

A equipe da Secretaria de Pós-Graduação, em especial à Ana Zilles, sempre muito atenciosa, paciente e amiga.

De maneira geral, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram, apoiaram e se dispuseram a me ajudar durante todo o transcurso deste estudo.

“— Pues ¿de qué suerte los piensas honrar? — preguntó el caballero. Con mis estudios — respondió el muchacho —, siendo famoso por ellos; porque yo he oído decir que de los hombres se hacen los obispos.”

El licenciado Vídriera , Cervantes.

RESUMO

A informação é o principal produto da contabilidade, e a sua confiabilidade está diretamente relacionada aos critérios e técnicas empregados na sua elaboração. As empresas norte-americanas estabelecidas no Brasil necessitam traduzir suas demonstrações contábeis pelos critérios estabelecidos pelo FASB, através do seu pronunciamento nº 52. É neste contexto que se desenvolve o presente estudo, onde o principal objetivo foi avaliar a conveniência do pronunciamento nº 52 do FASB para a qualidade da informação contábil, à luz da teoria da contabilidade, ao mesmo tempo em que se aplica um terceiro método de conversão, inspirado na Correção Monetária Integral. Para tanto, foi desenvolvida uma simulação das operações empresariais, onde cada operação foi convertida pelos métodos Câmbio de Fechamento, Monetário/não-monetário e Correção Monetária Integral. Através do método de pesquisa empregado, possibilitou-se concluir que a subjetividade de escolha da moeda funcional possibilita a obtenção de duas demonstrações contábeis distintas, no que concerne às contas patrimoniais e de resultados. Outra conclusão é quanto ao método da Correção Monetária Integral, que se mostrou mais adequado para evidenciar os efeitos cambiais, por tratá-los em suas contas de origem.

Palavras-chave: FASB 52; Contabilidade Internacional; Teoria da Contabilidade; Assimetria Informacional.

ABSTRACT

Information is the main product of accounting and its confidence is directly connected with criteria and techniques used. To such an extent, the North American companies settled up in Brazil need to have translated their financial reporting by the criteria determined by FASB, through its statement number 52. In this context is developed the present study. The main aim is to evaluate the convenience of the nº 52 statement from FASB concerning the quality of the accounting information under the light of the accounting's theory. At the same time, a third method of conversion is presented inspired in the Integral Correction of Balance. In such a way, a simulation of enterprise's operation is developed where each operation is converted by Closing Exchange Methods and Monetary/non-monetary besides a third method is suggested. The method of the research used gave us the chance to conclude that the subjectivity of choosing the functional coin makes possible to obtain two distinctive financial reporting so much as for the patrimony accounts and the results as for the index of estimative of financial and economic execution. Another conclusion is about the Integral Correction method which one turned to be more adequate to make evident the exchange effects for being treated from their accounts of origin.

Keywords: FASB 52; International Accounting; Theory of Accounting; Informational Asymmetry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de Objetivo da Tradução	49
Figura 2: Sistemática de Tradução.....	57
Figura 3: Exemplo de Conversão pelo Monetário/Não-Monetário.....	59
Figura 4: Taxas de Referência para Exemplo da Figura 03	60
Figura 5: Exemplo de Conversão pelo Câmbio de Fechamento	63
Figura 6: Taxas de Referência para Exemplo da Figura 05	63
Figura 7: Lançamentos – 1º Dia	92
Figura 8: Lançamentos – 2º Dia	94
Figura 9: Ganho/Perda na CMI – Disponibilidades – 2º Dia.....	97
Figura 10: Lançamentos – 3º Dia	97
Figura 11: Ganho/Perda na CMI – Disponibilidades – 3º Dia.....	100
Figura 12: Ganho/Perda na CMI – Impostos a Recuperar – 3º Dia.....	101
Figura 13: Ganho/Perda na CMI – Fornecedores – 3º Dia.....	101
Figura 14: Lançamentos – 4º Dia	102
Figura 15: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 4º Dia	103
Figura 16: Controle de Estoques de Mercadorias em Dólares – 4º Dia	103
Figura 17: Lançamentos – 5º Dia	107
Figura 18: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 5º Dia	108
Figura 19: Controle de Estoques de Mercadorias em Dólares – 5º Dia	108
Figura 20: Lançamentos – 6º Dia	113
Figura 21: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 6º Dia	114
Figura 22: Controle de Estoques de Mercadorias em Dólares – 6º Dia	114
Figura 23: Ganho/Perda na CMI – Disponibilidades – 6º Dia.....	117
Figura 24: Ganho/Perda na CMI – Clientes – 6º Dia.....	117
Figura 25: Ganho/Perda na CMI – Impostos a Recuperar – 6º Dia.....	117
Figura 26: Ganho/Perda na CMI – Fornecedores – 6º Dia.....	117
Figura 27: Ganho/Perda na CMI – Impostos a Recolher – 6º Dia	118
Figura 28: Variação Cambial US\$ de Agosto de 2002	118
Figura 29: Variação Cambial US\$ de Setembro de 2002.....	119
Figura 30: Lançamentos – 7º Dia	120
Figura 31: Lançamentos – 8º Dia	124
Figura 32: Lançamentos – 9º Dia	128
Figura 33: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 10º Dia.....	131
Figura 34: Lançamentos – 10º Dia	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Usuários da Informação Contábil	28
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Balanço Patrimonial – 1º Dia	93
Tabela 2: Balanço Patrimonial – 2º Dia	95
Tabela 3: Demonstração do Resultado do Exercício – 2º Dia	96
Tabela 4: Balanço Patrimonial – 3º Dia	98
Tabela 5: Demonstração do Resultado do Exercício – 3º Dia	99
Tabela 6: Balanço Patrimonial – 4º Dia	104
Tabela 7: Demonstração do Resultado do Exercício – 4º Dia	106
Tabela 8: Balanço Patrimonial – 5º Dia	110
Tabela 9: Demonstração do Resultado do Exercício – 5º Dia	112
Tabela 10: Balanço Patrimonial – 6º Dia	115
Tabela 11: Demonstração do Resultado do Exercício – 6º Dia	116
Tabela 12: Balanço Patrimonial – 7º Dia	121
Tabela 13: Demonstração do Resultado do Exercício – 7º Dia	122
Tabela 14: Balanço Patrimonial – 8º Dia	125
Tabela 15: Demonstração do Resultado do Exercício – 8º Dia	127
Tabela 16: Balanço Patrimonial – 9º Dia	129
Tabela 17: Demonstração do Resultado do Exercício – 9º Dia	130
Tabela 18: Balanço Patrimonial – 10º Dia	133
Tabela 19: Demonstração do Resultado do Exercício – 10º Dia	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FAS	<i>Financial Accounting Standards</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBRACON	Instituto Brasileiro de Auditores Independentes
PEPS	Primeiro que Entra, Primeiro que Sai
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização.....	15
1.2 Objetivos	19
1.2.1 Objetivo geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	20
1.3 Delimitação do Estudo	20
1.4 Relevância do Estudo	21
1.5 Estrutura da Dissertação.....	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Objetivos da Contabilidade	24
2.2 Usuários da Informação Contábil.....	27
2.3 Características Qualitativas da Informação Contábil.....	32
2.3.1 Benefícios e custos.....	32
2.3.2 Relevância	33
2.3.3 Confiabilidade	35
2.3.4 Comparabilidade.....	37
2.3.5 Materialidade	38
2.4 Assimetria Informacional.....	39
2.4.1 Teoria da agência	42
2.4.2 Remuneração executiva	45
2.5 Norma Norte-americana de Tradução das Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira – FASB 52.....	47
2.5.1 Obrigatoriedade de conversão.....	47
2.5.2 Objetivos da tradução	48
2.5.3 Moedas	50
2.5.4 Taxas de conversão.....	55
2.5.5 Métodos de tradução	56
2.6 Correção Monetária Integral.....	65
3 MÉTODO DE PESQUISA	76
3.1 Classificação da Pesquisa	77
3.1.1 Métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação	79
3.1.2 Do ponto de vista da sua natureza	82
3.1.3 Do ponto de vista de seus objetivos	83
3.1.4 Do ponto de vista dos procedimentos técnicos.....	84

3.2 Tratamento e Análise dos Dados	88
3.3 Limitação do Método	88
3.4 Premissas Adotadas para a Análise de Dados	89
4 ANÁLISE DOS DADOS	92
4.1 1º Dia: Integralização do Capital Social	92
4.2 2º Dia: Compra de Mercadorias.....	93
4.3 3º Dia: Compra de Móveis, Utensílios e Máquinas para Escritório e Pagamento de Despesas Diversas.....	97
4.4 4º Dia: Venda de Mercadorias	102
4.5 5º Dia: Compra de Mercadorias, Cálculo de Depreciação e Pagamento de Salários	107
4.6 6º Dia: Venda de Mercadorias	113
4.7 7º Dia: Pagamento de Fornecedores e Pagamento de Impostos..	120
4.8 8º Dia: Recebimento de Clientes e Pagamento de Despesas Diversas.....	124
4.9 9º Dia: Compra de Mercadorias.....	128
4.10 10º Dia: Venda de Mercadorias, Cálculo de Depreciação e Pagamento de Salários	131
5 CONCLUSÃO	136
REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Há muito tempo, a instabilidade econômica tem feito parte da rotina brasileira, sendo um dos períodos mais marcantes a década de 1980 e princípio da década de 1990, ocasião em que o país enfrentou grave recessão, com inflação alcançando índice de 89% ao mês.

O patamar elevado do nível inflacionário gerava problemas para os usuários da informação contábil, seja para a tomada de decisão, seja para simples conhecimento da situação patrimonial de determinado negócio.

As empresas estrangeiras que investiam no Brasil precisavam conviver com a instabilidade econômica que tomava conta do país. A realidade da época causava problemas entre subsidiária situada no Brasil e matriz, no exterior. Isso ocorria em função das distorções que os efeitos inflacionários causavam na conversão das demonstrações contábeis. A subsidiária brasileira elaborava seus relatórios com base na moeda local, no entanto precisava traduzi-los para a moeda do país onde a matriz estava estabelecida, devido à consolidação de balanço do grupo e da apuração dos resultados. Essa necessidade tornava o fenômeno da inflação uma

variável que contribuía para que os resultados das demonstrações convertidas pudessem apresentar distorções em relação à realidade.

A Correção Monetária Integral foi criada para amenizar essas distorções. Seu mecanismo consiste em diluir os efeitos inflacionários em cada conta do Balanço Patrimonial afetada pela variação da inflação. O uso dessa técnica, entretanto, perdeu fôlego na medida em que o processo hiperinflacionário foi debelado no país.

Paralelo ao método de tratamento inflacionário citado, um dos métodos amplamente utilizado por essas empresas para interpretar e consolidar as informações originadas de suas filiais é o FAS 52, editado pelo FASB (*Financial Accounting Standard Board*), que procura tratar a informação contábil de forma que ela seja útil para o fim a que se propõe.

O FAS 52 estabelece três critérios para tradução das demonstrações contábeis: um para países com hiperinflação e outros dois para nações com economia estabilizada. Até então as empresas brasileiras utilizavam o critério estabelecido para empresas situadas em países com economia hiperinflacionária.

Contudo, em julho de 1994, foi lançado o Plano Real, estabilizando a economia e fortalecendo a moeda. A cotação do dólar americano, referência brasileira de moeda forte, equiparou-se a do real. Sendo assim, em 1998, o Brasil deixou de ser, considerado pelas regras do FASB, um país hiperinflacionário, pois seu índice de inflação acumulada nos três anos subseqüentes à implantação do Real não alcançou 100%.

A partir de então, as empresas brasileiras deixaram de utilizar o critério estabelecido pelo FASB para economias hiperinflacionárias e passaram a adotar um

dos critérios editados para países com economia estável, que permite a utilização da moeda local como moeda funcional.

A moeda funcional deve ser a moeda que expressa a maioria das operações da empresa. Na conversão da moeda local para moeda funcional deve ser respeitado o método Monetário/não-monetário. Já na conversão da moeda funcional para moeda estrangeira, deve ser adotado o critério Câmbio de Fechamento.

O método Monetário/não-monetário consiste na divisão dos itens patrimoniais em monetários e não-monetários e estabelece uma taxa cambial diferente para cada um, contemplando os ganhos ou perdas na conversão do resultado do exercício. O outro método prevê taxa diferenciada somente para o patrimônio líquido, convertendo as demais contas patrimoniais pela taxa estabelecida na data do fechamento do balanço patrimonial, contemplando os ganhos ou perdas, oriundos da conversão diretamente no patrimônio líquido. Em ambos os métodos, as contas de resultado possuem o mesmo tratamento, exceto no que se refere às contas de resultado vinculadas às patrimoniais, pelo Monetário/não-monetário.

Cabe ressaltar que a escolha da moeda funcional pode ser subjetiva, facultando, em alguns casos, a administração da empresa decidir. Dessa forma, as organizações brasileiras dispõem de dois critérios para conversão de suas demonstrações contábeis, podendo gerar resultados distintos nos relatórios contábeis.

Além disso, a escolha do critério de conversão das demonstrações contábeis está atrelada aos índices inflacionários do país onde a empresa se estabelece. No entanto, a nação pode viver uma estabilidade inflacionária, mas possuir uma flutuação errática do câmbio em relação à moeda usada como base para a

conversão do balanço.

No Brasil, até o início do ano de 1999, o Banco Central manteve a cotação da moeda norte-americana sob relativo controle, porém, em janeiro daquele ano, o Banco Central foi levado a extinguir a banda cambial que determinava um pequeno intervalo para a moeda norte-americana flutuar. Com isso, o real foi desvalorizado, e a cotação da moeda norte-americana aumentou 64,24%. Desde então, a cotação do dólar oscila livremente, muitas vezes com variações expressivas de um dia para outro.

Em 2005, a cotação oficial do Dólar em 03 de janeiro era R\$ 2,6674, praticamente a mesma de 31 de março do mesmo ano, R\$ 2,6654. Um investidor estrangeiro provavelmente atestaria que o Brasil tem estabilidade cambial. No entanto, ao fazer uma análise mais criteriosa, observa-se uma oscilação significativa entre essas datas. Por exemplo, em 06 de janeiro a cotação do dólar era de R\$ 2,7199, caindo para R\$ 2,5613 em 18 de fevereiro e aumentando novamente para R\$ 2,7613 em 15 de março.

O impacto do desdobramento do cenário apresentado se dá na qualidade da informação contábil e na sua utilidade para tomada de decisões relevantes, que envolve, muitas vezes, inclusive a continuidade ou realização de investimentos na subsidiária brasileira, bem como na avaliação da performance do gestor.

Assim, as técnicas de tradução das demonstrações contábeis tornam-se relevantes na medida em que decisões são tomadas pelos gestores da matriz estrangeira, com base nos resultados evidenciados nessas demonstrações emitidas pela subsidiária brasileira.

Diante de tantas possibilidades existentes para o tratamento dos efeitos do

fenômeno inflação na informação contábil, especificamente em sua conversão para moeda estrangeira, o usuário da informação contábil pode criar expectativa quanto ao método mais adequado para traduzir, embora não participe da formulação e da elaboração dos relatórios. Essa expectativa é o que motiva a realização da presente pesquisa, cujo objetivo é responder a seguinte questão, especificamente relacionada aos métodos de conversão propostos pelo FASB para empresas americanas que operam no Brasil:

Quais são os efeitos no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício decorrentes das aplicações dos critérios estabelecidos pelo FAS 52 para a tradução dessas demonstrações, contrapostos à conversão baseada na técnica da Correção Monetária Integral?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

De forma a responder o problema de pesquisa proposto, faz-se necessário estabelecer o objetivo geral do presente estudo:

Avaliar os efeitos dos critérios prescritos pelo FAS 52 para tradução das demonstrações contábeis, para a qualidade da informação contábil nos moldes defendidos pela literatura que aborda o tema, contrapostos aos observados se a mencionada conversão fosse efetuada com base no método de Correção Monetária Integral.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral seja alcançado, são necessárias metas de trabalho, correspondentes aos objetivos específicos abaixo descritos:

- a) descrever o pronunciamento do FASB, utilizado para tradução das demonstrações contábeis;
- b) descrever os preceitos da Correção Monetária Integral, de forma a criar subsídio teórico para elaboração de um método alternativo de tradução das demonstrações contábeis;
- c) analisar e avaliar, por meio de simulação, os efeitos causados pela escolha da moeda funcional e, conseqüentemente, do método de tradução das demonstrações contábeis, segundo o FAS número 52 emitido pelo FASB; e
- d) aplicar método de tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira, utilizando os preceitos da Correção Monetária Integral.

1.3 Delimitação do Estudo

Por se tratar de uma análise dos efeitos da distorção das informações sobre as demonstrações contábeis traduzidas pelos critérios estabelecidos pelo FASB, é elaborado um exemplo – simulação das operações empresariais – com o objetivo de isolar os efeitos do ajuste de diferenças entre normas e princípios contábeis existentes entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Todavia, as diferenças entre os Princípios Contábeis não integram este trabalho, de forma que, se for

executado em uma empresa real, e esta adote tal procedimento, os efeitos citados podem ser prejudiciais à análise.

Não é objetivo deste estudo fazer qualquer análise quanto às perdas ou distorções ocorridas com a extinção da correção monetária dos balanços, nem, tampouco, apurar seus efeitos inflacionários. Busca-se utilizar o método de Correção Monetária Integral, tendo o dólar como indexador para distribuir o saldo da conta “Ganho/perda com a tradução das demonstrações contábeis” entre suas contas de origem.

Por fim, cabe ressaltar a aplicação exclusivamente gerencial do procedimento sugerido, visto que os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Estados Unidos não prevêm a Correção Monetária das Demonstrações Contábeis.

1.4 Relevância do Estudo

O principal produto da contabilidade é a informação, e é justamente na qualidade desta informação prestada a usuários externos que se fundamenta o presente estudo.

O quão confiável é a informação gerada pela contabilidade está diretamente relacionado aos critérios e técnicas utilizadas para sua geração. A incapacidade de estabelecimento de um denominador monetário único capaz de possibilitar uma comparação segura entre as informações contábeis geradas por empresas de diferentes países, bem como as demonstrações contábeis emitidas pela mesma empresa em períodos diferentes podem prejudicar a tomada de decisão.

Muitos são os usuários da informação contábil no ambiente empresarial brasileiro, dentre eles, pode-se citar a matriz de uma empresa estrangeira

estabelecida no Brasil. De posse de informações que, por ventura, não representem a realidade da subsidiária, os proprietários da empresa podem não ter as bases informacionais adequadas para avaliação de seu investimento, nem a capacidade de avaliar corretamente seus gestores, podendo prejudicar os planos e metas de crescimento da empresa em decorrência de uma leitura inadequada de seus resultados.

Muitas são as fontes de incerteza no mercado corporativo, e a informação contábil pode contribuir para tal. Isso decorre dada a dificuldade de estabelecer uma unidade de medição em função da correta mensuração dos efeitos inflacionários, que podem ou não estar corretamente representados na oscilação cambial.

1.5 Estrutura da Dissertação

Para atingir seus objetivos, inicialmente apresenta-se a contextualização do estudo e o questionamento que o motiva. A partir do problema de pesquisa é traçado o objetivo geral, bem como os específicos. Por fim o trabalho é delimitado, bem como ressaltada sua importância para o meio acadêmico e profissional.

No capítulo 2 encontra-se o referencial teórico, dividido em sete subcapítulos: Os três primeiros estão relacionados com os objetivos contábeis, com seus usuários e estabelece as premissas a serem observadas para que a informação contábil tenha qualidade; o quarto subcapítulo apresenta os conflitos e as assimetrias informacionais possíveis, caso a contabilidade não cumpra os seus objetivos, tratados nos primeiros três subcapítulos; o seguinte apresenta os métodos de tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira, segundo o pronunciamento número 52 do FASB; o penúltimo versa sobre as técnicas

brasileiras de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, com enfoque especial na Correção Monetária Integral; e, então, no último subcapítulo são apresentados os índices para análise das demonstrações contábeis, os quais servirão de estrutura conceitual para a análise de dados do capítulo 4.

No capítulo 3, denominado Método de Pesquisa, são evidenciados os métodos e as técnicas que deverão ser utilizados para obtenção dos resultados. Além disso tipifica a pesquisa segundo a literatura que disciplina o tema.

No capítulo que trata da análise dos dados, o quarto, se aborda e analisa os resultados obtidos segundo a aplicação dos métodos de pesquisa à luz dos conceitos apresentados no referencial teórico.

Por fim, uma vez apresentados e analisados os resultados, passa-se à conclusão do estudo, enfocando o problema de pesquisa e seus objetivos, seguido das referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Objetivos da Contabilidade

A informação é o produto da contabilidade, e seus objetivos estão vinculados ao método de estruturação, à natureza e sua forma de divulgação. Iudícibus e Marion (2002, p. 53) conceituam os objetivos contábeis como “[...] sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade”.

Para os autores a “informação estruturada significa que a Contabilidade não fornece dados e informações de forma dispersa” (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 53).

De forma mais simplificada e enfocando a mutação patrimonial, Greco e Arend (1997, p. 12) estabelecem que “o objetivo da contabilidade é o patrimônio, que a mesma estuda e controla, registrando as alterações nele verificadas”.

Ainda, enfocando o patrimônio, porém de forma mais completa, D’amore e Castro (1967, p.53) o conceituam como “o objetivo precípua da Contabilidade é, sem dúvida alguma, o patrimônio das entidades públicas e particulares, considerado, naturalmente, qualitativa e quantitativamente em seus dois aspectos – estático e

dinâmico”.

Dentre outros objetivos, a contabilidade, segundo Viana (1969, p. XXII), tem uma finalidade administrativa-financeira, como segue:

A ordenação estatística dos fatos postos em relevo pela escrituração, permite à Contabilidade a formulação de certas relações de interdependência entre tais fatos, pelas quais é possível determinar os índices de rentabilidade e de solvência financeira. Daí dizer-se que a Contabilidade exerce uma função de análise financeira, o que lhe presta uma finalidade administrativa-financeira.

Por meio da contabilidade, pode-se obter informações relevantes quanto aos aspectos financeiros, visando auxiliar a administração na tomada de decisão. O autor citado menciona a possibilidade de se determinar índices de rentabilidade e de solvência, úteis não só para a administração mas também para os investidores. Outro ponto, levantado pelo autor, é a capacidade de estabelecimento de análises estatísticas em função da ordenação dos dados contábeis.

Para Moura (1990, p. 13), a contabilidade é “um sistema de informação” que permite o acúmulo de dados articulados com a utilização de técnicas de acumulação, ajuste e editagem de relatórios que permite:

- a) tratar as informações de natureza repetitiva com o máximo possível de relevância e o mínimo de custo;
- b) dar condições para, através da utilização de informações primárias constantes do arquivo básico, juntamente com técnicas derivantes da própria Contabilidade e/ou outras disciplinas, fornecer relatórios de exceção para finalidades específicas, em oportunidades definidas ou não.

Já o Conselho Federal de Contabilidade (2003, p. 35) estabelece duas formas de classificar o objetivo da contabilidade: o científico, “manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações”; e o pragmático, preocupado em “prover os usuários com informações

sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da entidade

No contexto dos objetivos da Contabilidade, que consiste em prover informações úteis para a tomada de decisões, por parte dos usuários, uma atenção especial há que se dispensar ao papel desempenhado pela evidenciação ou *disclosure*. Isso porque, para que as demonstrações contábeis adquiram a característica da utilidade, devem conter as informações necessárias para uma adequada interpretação da situação econômico-financeira da entidade.

Ao concluir o estudo realizado sobre evidenciação, os autores apresentam uma relação entre a necessidade de evidenciação atrelada à qualidade da informação emanada da contabilidade:

Considerando o exposto ao longo do trabalho, concluí-se que a evidenciação (*disclosure*) contábil transcende o conceito de divulgação, estando relacionado, também, à capacidade de transmitir informações relevantes com qualidade, oportunidade e clareza, possibilitando a perfeita compreensão, por parte dos usuários, da verdadeira situação que se pretende relatar, o que potencializará a capacidade de avaliação preditiva (DANTAS, ZENDERSKY e NIYAMA, 2004, p. 14).

No que tange à tomada de decisão, Peters (2004, p. 7) observa que “a contabilidade busca, probabilisticamente, minorar o grau de incerteza em relação à tomada de decisões, por meio de um sistema informacional que dá qualidade racional à tomada de decisão”. E segue referindo à obrigatoriedade de evidenciação contábil dos itens não-monetários: “A contabilidade tem a missão também de informar aspectos econômicos por meio de dados não monetários”.

2.2 Usuários da Informação Contábil

Após discorrer sobre os objetivos da contabilidade, faz-se necessário evidenciar para quem a informação contábil se destina, ou seja, qual o mercado consumidor do produto da contabilidade. Ludícibus (2004, p. 23) faz um breve enunciado a respeito dos principais usuários da contabilidade relacionada com a natureza básica das informações mais requisitadas.

Usuário da Informação Contábil	Meta que Desejaria Maximizar ou Tipo de Informação mais Importante
- Acionista minoritário	fluxo regular de dividendos
- Acionista majoritário ou com grande participação	fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação
- Acionista preferencial	fluxo de dividendos mínimos ou fixos
- Emprestadores em geral	geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança
- Entidades Governamentais	valor adicionado, produtividade, lucro tributável
- Empregados em geral, como assalariados	fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez
- Média e Alta Administração	retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis

Quadro 1: Usuários da Informação Contábil

Fonte: Ludícibus (2004, p. 23)

O autor citado, mediante a representação anterior, apenas menciona alguns usuários, considerando-os principais, e quais seriam seus maiores interesses quanto às informações empresariais geradas pela contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade (2003, p. 37) classifica os usuários da contabilidade como internos e externos e, ainda, ressalta a diversidade de seus interesses, “razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro”.

Complementa, afirmando serem os usuários internos os administradores de todos os níveis, “que geralmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional”, aduzindo que os usuários externos utilizam geralmente informações mais genéricas, expressas nos relatórios contábeis.

Para Ribeiro (2005), os usuários da contabilidade são classificados em preferenciais e secundários. Sendo os primeiros:

- a) acionistas;
- b) emprestadores de recursos e credores em geral; e
- c) integrantes do mercado de capitais.

Ribeiro (2005) segue argumentando quanto à preferência dos integrantes do mercado de capitais, pois a quantidade, a natureza e a relevância da informação, divulgada pela entidade, influenciam, mesmo que indiretamente, o mercado de capitais.

Quanto aos usuários secundários, Ribeiro (2005) cita os “administradores (de todos os níveis) da entidade, bem como o fisco”.

Ao tratar das necessidades dos usuários da contabilidade, Matarazzo (1998, p. 31) refere-se ao fornecedor de mercadorias quanto à necessidade de conhecimento da “capacidade de pagamento de seus clientes, ou seja, sua liquidez”, e vai além, “geralmente os fornecedores observam alguma coisa além da liquidez, [...] como a rentabilidade e o endividamento”.

Matarazzo (1998, p. 31) assinala que “a profundidade da análise do fornecedor depende da importância do cliente” e, provavelmente, do volume de recursos que será disponibilizado na transação.

Os bancos também utilizam a informação contábil com o objetivo de reduzir o risco de inadimplência. Quanto mais apurada e criteriosa for a análise de crédito, menor será a possibilidade de não-pagamento do tomador do recurso. As linhas de crédito bancárias basicamente são classificadas como de curto e longo prazo. Geralmente, os recursos de curto prazo são concedidos por bancos comerciais, que, para Matarazzo (1998, p. 34),

[...] devem, além de observar a situação atual do cliente, procurar conhecer ou obter alguma informação sobre a situação futura de seu cliente. Dessa forma, poderá o banco escolher os melhores clientes de hoje e os melhores de amanhã. Estaria, assim, o banco comercial atento aos objetivos de curto e de longo prazo.

Já os bancos de investimentos, que, para Matarazzo (1998, p. 35), “são responsáveis pela concessão de financiamento por um prazo mais longo, porém, para um número reduzido de empresas, ressalta que essa linha de crédito obriga uma análise de perspectiva futura da empresa interessada no crédito”.

Outros usuários importantes são as corretoras de valores e o público investidor, que, para Matarazzo (1998, p. 36), “fazem análise para investimento em ações. Além da análise financeira, levam em conta outros fatores relacionados especificamente ao preço e à valorização de ações”. E segue:

As corretoras, como agentes dos investidores, preocupam-se basicamente com a rentabilidade da empresa. A liquidez interessa apenas como questão de sobrevivência, ou seja, se a empresa possui liquidez que lhe permita continuar suas operações.

Para os representantes do público investidor, segundo o autor, o ponto de maior relevância está relacionado aos aspectos econômicos da análise, para, dessa forma, selecionar as empresas que possivelmente trarão melhor retorno aos investidores. Os aspectos financeiros também têm importância, principalmente, para analisar a capacidade da empresa em saldar seus compromissos, todavia em uma análise mais restrita à solvência.

Especificamente sobre os acionistas, Hussey e Hussey (1999, p. 22) afirmam que “requerem informações para decisão de investimento e para uma avaliação genérica da performance da empresa”.

Os próprios concorrentes são, para Matarazzo (1998, p. 36), outro usuário

da informação proveniente da contabilidade, pois “[...] o conhecimento profundo da situação de seus concorrentes pode ser fator de sucesso ou de fracasso da empresa no mercado”.

Apesar da empresa não divulgar seus demonstrativos com o objetivo de favorecer seus concorrentes, isso acaba acontecendo, e ela própria também se beneficia das informações dos concorrentes.

Com a obrigatoriedade de divulgação das peças contábeis, aliada às práticas de governança corporativa que visam agregar valor à ação da empresa, diminuindo a assimetria informacional entre os gestores da empresa e seus investidores minoritários, as empresas têm divulgado relatórios mais completos que os legalmente previstos, beneficiando, intencionalmente, seus concorrentes.

Para a administração da empresa, as possibilidades de acesso à informação são maiores, tendo em vista sua gerência sobre o banco de dados. A necessidade informacional não se restringe aos relatórios contábeis, e sim à sua capacidade de gerar informações com qualidade para a tomada de decisão.

Greco e Arend (1997) relatam a importância da contabilidade para o Governo, pois a política tributária é, em parte, baseada em informações contábeis.

Apesar do FASB não reconhecer a sociedade como usuário da informação contábil, Kam (1990, p. 50) considera a sociedade como “o maior grupo de usuários tanto presente como em potencial”.

Identificados quais são os objetivos contábeis e para quem a informação se destina, faz-se necessário conhecer como ela deverá ser estruturada e apresentada, para, dessa forma, atingir seus objetivos.

2.3 Características Qualitativas da Informação Contábil

O contador é o gestor de um banco de dados de informações empresariais, cabendo-lhe discernir qual a necessidade de seus usuários visando à elaboração das demonstrações que melhor atendam às suas necessidades. Ainda, deve observar preceitos que interferem diretamente na qualidade da informação contábil.

Todavia, os preceitos, tidos como princípios, normas, postulados, etc, não têm a mesma origem, estrutura e nomenclatura. Por exemplo, no Brasil, basicamente, há duas doutrinas: uma editada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade); outra, pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), sugerida pelo IBRACON (Instituto Brasileiro de Auditores Independentes), diferentes, por sua vez, da estrutura norte-americana. Neste estudo é adotada a norte-americana, porém são apresentadas, eventualmente, as demais para complementação.

2.3.1 Benefícios e custos

A relação entre custo e benefício está em evidência em muitas áreas do conhecimento, porém nem sempre pode ser medida monetariamente. Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 96), “a informação deve proporcionar benefícios superiores ao seu custo” e complementa que “muitos dos custos de fornecimento de informações recaem, inicialmente, sobre quem as prepara, enquanto os benefícios são auferidos tanto pelos seus produtores quanto pelos usuários”.

A relação entre custo e benefício, para a contabilidade, ocorre de forma muito explícita na área de custos, quando, em muitos casos, são utilizados métodos mais simples de determinação dos rateios de custos fixos, visto que sua sofisticação

não traria benefícios maiores do que os gastos com sua implantação. Assim, atribui-se a relação entre essas duas variáveis aos usuários internos, sendo que todos os dados para equação do problema, bem como sua resolução, se encontram disponíveis.

Quando a equação se estende aos usuários externos, tem-se uma resolução um pouco mais complexa no que se refere à determinação dos benefícios, já que os custos para geração da informação são conhecidos.

Com a finalidade de exemplificação, é analisado um usuário externo denominado investidor. Conforme visto anteriormente, esse usuário necessita de informações que o auxiliem na avaliação e controle do seu investimento. Quanto mais qualidade tiver a informação disponibilizada, maior será sua satisfação com a companhia e, provavelmente, elevam-se as possibilidades de investimento, atraindo novos investidores.

A relação entre a evidenciação contábil e a valorização de seu patrimônio é tratada pela governança corporativa. Todavia, cabe, para fins de avaliação do custo contra o benefício, a análise do retorno que as informações geram à empresa.

2.3.2 Relevância

Hendriksen e Van Breda (1999) consideram relevantes as informações pertinentes à questão analisada. O FASB (*apud* HENDRIKSEN; VAN Breda, 1999) complementam aduzindo dever ela “fazer a diferença” e complementam afirmando que a “diferença” deveria ser obtida “ajudando os usuários a fazer predições sobre o resultado de eventos passados, presentes e futuros, ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores”, denominado *valor preditivo* e *valor como feedback*,

respectivamente. Como um terceiro item, a oportunidade, pois de nada adianta obter a informação depois de ocorrido o fato que ela deveria influenciar.

Kam (1990, p. 516) considera “relevante a informação com a capacidade de reduzir as incertezas das variáveis do processo decisório”.

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (1986) integrou, na convenção da materialidade, duas características qualitativas norte-americanas: a relevância e a materialidade. Refere-se ao contador como um avaliador da “influência e materialidade da informação evidenciada ou negada para o usuário à luz da relação custo-benefício, levando em conta aspectos internos do sistema contábil”; e relata a versatilidade de formatos em que poderá ser apresentada:

Diríamos, até, que sua configuração está relacionada com as metas e políticas traçadas pela administração da entidade. Numa entidade em que as metas são estabelecidas em termos amplos e globais, haverá uma tendência, por parte do sistema contábil, em preocupar-se, sempre, com a materialidade da informação gerada perante a evidenciação do cumprimento ou não de tais metas. Já em entidades cuja administração, por formação, tem o gosto pelo detalhe, o sistema contábil tenderá a adequar-se ao estilo gerencial.

Em uma abordagem voltada ao resultado, Lopes e Martins (2005, p. 65) afirmam que “a relevância da informação contábil, do ponto de vista econômico e informacional, reside em sua capacidade de prever fluxos de caixa futuros”. Os fluxos de caixa futuros estão diretamente relacionados à capacidade da empresa de gerar resultados positivos. Ou seja, se a empresa auferir resultados econômicos positivos – apura lucro –, significa possuir atividade rentável – abstraindo o custo de oportunidade – e, dessa forma, tende a gerar recursos de caixa.

A relevância, como valor preditivo, está relacionada à “qualidade da informação que ajuda os usuários a aumentarem a probabilidade de prever corretamente o resultado de eventos passados ou presentes” (FASB *apud*

HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 97). Assim deve reger a qualidade da informação, auxiliando na tentativa de prever resultados com base na análise de eventos passados. Hoskin (1997, p. 8) atribui ao valor preditivo a capacidade de gerar informações projetadas razoáveis sobre resultados futuros e, conseqüentemente, podem ser úteis para a tomada de decisão sobre eventos futuros.

Hendriksen e Van Breda (1999) definem o valor como *Feedback*, ressaltando que “a informação também desempenha um papel importante em termos de confirmação ou correção de expectativas anteriores”. E seguem afirmando que “a informação a respeito do resultado de uma decisão, freqüentemente, é um dado crucial para a tomada da decisão seguinte”.

Para Kieso e Weygandt (1998, p. 38), “o valor como Feedback são informações relevantes, as quais ajudam os usuários a confirmar ou corrigir ações anteriores”.

Por fim, a oportunidade está relacionada ao tempo: “A informação não pode ser relevante quando não é oportuna, ou seja, deve estar disponível a um indivíduo que deseja tomar uma decisão antes de perder sua capacidade de influenciar a decisão” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 99).

2.3.3 Confiabilidade

Segundo Kam (1990, p. 522), a confiabilidade pode ser vista de duas formas: a primeira; a credibilidade da mensuração pode depender de qual método de trabalho é utilizado. Já a segunda; a mensuração é igualmente confiável se a atual condição, objeto ou evento é corretamente descrito quantitativamente.

Hendriksen e Van Breda (1999) a subdividem em três itens: fidelidade de

representação; verificabilidade; e neutralidade.

Quanto à fidelidade de representação, o FASB (*apud* HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 99) a conceitua como “a correspondência ou concordância entre uma medida ou descrição e o fenômeno que visa representar (às vezes chamada de validade)”.

O FASB (*apud* HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 99) exemplifica da seguinte forma o que foi conceituado acima:

Um teste de ortografia é aplicado oralmente a um grupo de estudantes. As palavras são lidas em voz alta pelo examinador, e os estudantes devem escrevê-las. Alguns estudantes, embora geralmente possam soletrar bem, são reprovados no teste. O motivo, na realidade, é o de que têm problemas de audição. O escore do teste se destina a medir a capacidade de soletrar, mas, na verdade, está parcialmente medindo a acuidade auditiva. O escore do teste não possui fidelidade efetiva de representação.

O quão confiáveis podem ser as informações contábeis estão vinculadas à sua verificabilidade, visto que “a palavra *verificar* vem do latim *verus*, ou seja, verdade. Verificar algo é estabelecer se é verdadeiro” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 99).

A neutralidade está diretamente ligada ao conceito de viés, sendo pois “o termo *neutralidade* [...] muito próximo, mas não idêntico ao termo *ausência de viés*. Neutralidade quer dizer que não há viés na direção de um resultado pretendido.” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 100).

Para o FASB (*apud* HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 100), o viés pode ser conceituado como “a tendência de uma medida para situar-se mais de um lado do que de outro do que representa, em lugar de ter igual probabilidade de ficar de qualquer um dos lados”. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 100) interpretam o viés da seguinte forma: “A ausência de viés, portanto, representa a capacidade do procedimento de mensuração de proporcionar uma descrição precisa do atributo considerado”.

2.3.4 Comparabilidade

Hendriksen e Van Breda (1999) atribuem à uniformidade e à consistência os preceitos básicos para obter-se a comparabilidade.

A uniformidade ocorre na aplicação de critérios idênticos para descrição quantitativa de eventos iguais. “O termo *uniformidade* subentende que eventos iguais são representados de maneira idêntica” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 101).

Iudícibus (2004), para salientar a importância da consistência, refere-se como “talvez seja a Convenção mais importante da Contabilidade, ou pelo menos aquela a que os auditores externos atribuem maior importância”. Caracterizando-a como

[...] um conceito que, desde que tenhamos adotado certo critério, entre os vários que poderiam ser válidos à luz dos princípios contábeis, não deveria ser alterado nos relatórios periódicos, a não ser que absolutamente necessário e desde que a alteração de critério e os efeitos que possa ter acarretado na interpretação por parte dos usuários das tendências e dos resultados da empresa sejam evidenciados.

Ainda, sobre a consistência, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 101) a atribuem

[...] ao uso dos mesmos procedimentos contábeis por uma dada empresa ou entidade contábil de um período a outro, ao uso de conceitos e procedimentos de mensuração semelhantes para itens afins nas demonstrações de uma empresa, num dado período, e ao uso dos mesmos procedimentos por empresas diferentes.

Para a Comissão de Valores Mobiliários (1986), quanto à convenção da consistência, “a contabilidade de uma entidade deverá ser mantida de forma tal que os usuários das demonstrações contábeis tenham a possibilidade de delinear a tendência da mesma com o menor grau de dificuldade possível”.

As demonstrações devem espelhar a real situação da empresa provendo condições de comparação entre os exercícios sociais, sendo imprescindível, para isso, à utilização dos mesmos critérios contábeis.

Kieso e Weygandt (1998, p. 39) consideram que a informação sobre a empresa é mais proveitosa quando pode ser comparada com a de outras empresas, ao qual atribuem o nome de comparabilidade. Já a consistência, segundo os mesmos autores, ocorre quando a informação empresarial pode ser comparada com a mesma empresa em períodos diferentes.

2.3.5 Materialidade

Para Gibson (1997, p. 19), “o conceito de materialidade está relacionado ao tamanho e à importância de um item para a empresa”. E segue afirmando que “um item pode ser material para uma empresa e não para outra”.

Contribuindo para o tema, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 103) afirmam que “uma das responsabilidades do contador, no processo de divulgação financeira, é a sintetização dessa massa de dados de maneira que faça sentido para os usuários dos relatórios”. Seguem afirmando que “um excesso de dados pode confundir tanto quanto sua falta”.

Um usuário pode deixar de tomar uma decisão em função da falta de informações, como também pode ocorrer o mesmo fato em função da demora para tabular e compreender o excesso de informação disponível. Uma informação é considerada material se, em última análise, ela for importante para a tomada de decisão.

Kam (1990, p. 516) ressalta que “a materialidade está diretamente relacionada à relevância, pois se um item não for material, não será relevante”.

Para Ludícibus (2004), a materialidade pode ser enfocada de duas formas distintas: primeiramente sob o ângulo do responsável pela escrita contábil e de seu auditor, e então sob o do usuário da informação contábil. Somente, no primeiro, recairá a responsabilidade de dar a materialidade necessária à informação contábil.

Ludícibus (2004, p. 80) ainda estabelece uma ligação com a relação de custo e benefício da informação contábil, como segue:

No sentido interno da sistemática contábil, materialmente tem muito a ver com a noção de custo *versus* benefício da informação contábil gerada. A Contabilidade pode ser feita com requintes de detalhes que visem à sua perfeição e que, na verdade, se revelam imateriais, pois o benefício adicional gerado pela informação é superado pelo custo (mensurado também em tempo) para gerá-la.

O autor, com o texto acima, relaciona outro aspecto importante para atribuir materialidade à informação: a relação custo *versus* benefício. Relacionando os custos decorrentes da geração da informação, bem como o tempo emanado para obtê-la, com o ganho adicional gerado pela informação.

Após discorrer sobre os objetivos da contabilidade, seus usuários e as características que a informação contábil deve ter para que cumpra seus objetivos, faz-se necessário apresentar os problemas decorrentes da não-observância desses preceitos.

2.4 Assimetria Informacional

O acesso à informação sempre foi diferenciado, conforme os interesses e permissões de cada usuário. No entanto, nem sempre os estudos empresariais atentaram a essa realidade. Como descrevem Lopes e Martins (2005, p. 30),

na firma clássica dos primeiros estudos em economia, não existiam problemas de informação. Ou seja, todos os agentes envolvidos com a

empresa tinham acesso ao mesmo conteúdo informativo sem distinção. Nessa visão idealizada da firma, a obtenção de informação ocorre sem custos adicionais, é totalmente livre. Basicamente, qualquer pessoa pode ter acesso a qualquer informação desejada. Essa situação diverge claramente da realidade empresarial. O mundo real opera com grandes diferenças informacionais entre os agentes. Essas diferenças, inclusive, estão no cerne do surgimento da contabilidade.

Diante desse novo tratamento ao acesso à informação, é conceituada a assimetria informacional como um problema decorrente da falta de informação, ou a sua apresentação incompleta para a tomada de decisão.

Hendriksen e Van Breda (1999) referem-se à assimetria informacional como uma “informação incompleta”, prejudicando a tomada de decisão por não serem avaliadas todas as possibilidades.

Como exemplo da importância da informação completa, Kirchner (2004, p. 131), em seu estudo sobre as demonstrações de conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido, conclui que os usuários que têm acesso aos relatórios enfocados por seu estudo têm melhores condições de avaliar seu investimento, como descreve:

Depreende-se que o usuário que detém maior conhecimento técnico, com o auxílio do demonstrativo de conciliação do resultado econômico, tem melhores condições de elaborar o ‘seu próprio resultado econômico’ ou, mais precisamente, o resultado econômico que melhor satisfaça suas necessidades de informação para fins de investimento, na medida em que pode considerar aquelas diferenças normativas que lhe pareçam mais coerentes.

Como mecanismo para tentar reduzir a assimetria informacional, Bianchi (2005, p. 142) cita os relatórios contábeis elaborados por profissional autônomo aos interesses da administração da companhia, no caso, o *controller*.

Um dos instrumentos que pode ser considerado um redutor da assimetria informacional entre aquele que detém a propriedade da organização e aqueles que a administram são os relatórios contábeis, elaborados pela área de controladoria. Para que isso aconteça, há a necessidade de que os gestores não interfiram no processo de elaboração dos relatórios. A pesquisa revelou um significativo nível de independência do *controller* na elaboração e no envio dos relatórios para a matriz, sem a interferência da administração local.

Um atenuante à realidade sul-americana é concluído por Lanzana (2004, p. 39), que atribui maiores níveis de assimetria aos mercados de países emergentes:

[...] comparando com mercados desenvolvidos, os mercados emergentes apresentam maiores problemas de assimetria informacional, o que sugere que o *disclosure* deveria ter um efeito altamente benéfico no sentido de diminuir a assimetria de informação.

As discussões promovidas pelos estudiosos, que envolvem a assimetria informacional, estão, normalmente, vinculadas à teoria do agenciamento (*Agency Theory*). Bianchi (2005, p. 49) faz a relação entre os dois temas:

A Teoria da Agência se preocupa com os problemas causados por informações incompletas ou de pouca relevância para o objetivo do principal; por exemplo, avaliar o desempenho individual dos envolvidos em uma determinada atividade. Esse problema é conhecido como assimetria de informação.

Como um exemplo de assimetria informacional vinculada à teoria da agência, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 139) citam:

Um exemplo específico de informação incompleta na teoria de *agency* é o do proprietário que é incapaz de observar todas as ações do administrador. Essas ações podem diferir daquelas que o proprietário teria preferido, seja porque o administrador tem um conjunto diferente de preferências, seja porque o administrador está deliberadamente procurando 'encostar o corpo', ou enganar o proprietário.

O termo assimetria informacional está diretamente ligado à relação entre o gerador da informação e o usuário, o qual pode-se classificar, dentre outros, como a relação que ocorre entre o proprietário e o agente. Tal relação é explicada pela teoria da agência.

2.4.1 Teoria da agência

Assim como ocorre na relação entre a informação e seus usuários, a teoria econômica clássica não previa os conflitos de interesse que pudessem ocorrer na condução dos negócios empresariais, como destacam Lopes e Martins (2005, p. 28):

A teoria econômica clássica assume que as firmas atuam de forma racional e sempre otimizando o lucro econômico no longo prazo. Dentro dessa perspectiva, as empresas possuem sempre um único gestor, que normalmente é considerado como sendo o principal acionista. Neste sentido, não existem conflitos de interesse na gestão da firma clássica.

Os problemas, relacionados com a teoria da agência, iniciam no momento em que a empresa, em função do crescimento, acaba por separar a propriedade do controle, ou seja, quando o capitalista deixa de ser o gestor. Como explica Bianchi (2005, p. 38):

Enquanto as empresas são controladas e administradas por seus próprios donos, desde que seu porte assim o permita, a propriedade e o controle da organização estão centralizados no mesmo indivíduo, isto é, no proprietário. À medida que as organizações se desenvolvem, tornando-se mais complexas, dado o crescimento de suas operações, surge a necessidade de delegação do controle pelo proprietário aos administradores para tal remunerados.

Tal segregação de função se dá motivada pela necessidade de especialização, tanto do gestor em gerir o negócio, quanto do capitalista em administrar seus investimentos. Como explicam Hitt, Ireland e Hoskisson (2003, p. 406):

Os acionistas se especializam em administrar o risco de seus investimentos e os gerentes em tomar decisões. Sem especialização da administração em tomar decisões e sem especialização do proprietário para enfrentar o risco, a companhia provavelmente seria limitada pela capacidade de seus proprietários para administrar e tomar decisões estratégicas eficientes. Portanto, a separação e especialização de propriedade (enfrentar o risco) e o controle administrativo (tomada de decisão) devem produzir retornos mais elevados.

Caso os interesses das duas partes não estejam bem alinhados, surge uma mudança na forma de gerir o negócio, assim explicada por Bianchi (2005, p. 40):

Em decorrência da separação da propriedade e do controle da empresa ocorrem profundas mudanças na forma de gerenciá-la, visto que os administradores, os agentes, tendem a considerar nas tomadas de decisões não apenas o interesse do proprietário, o principal, mas também seus próprios interesses.

Em função dos interesses pessoais, a relação existente entre o gestor e o proprietário pode se tornar problemática, como citam Hitt, Ireland e Hoskisson (2003, p. 407):

A separação entre propriedade e controle administrativo pode ser problemática. Evidências de pesquisas documentam uma variedade de problemas de agenciamento na corporação moderna. Problemas podem vir à tona porque o outorgante e o agente têm diferentes interesses e metas ou porque falta aos acionistas um controle direto das grandes corporações sobre os títulos negociados publicamente. Problemas podem surgir quando um agente toma decisões que resultam na perseguição de metas que conflitam com as principais.

Nessa mesma idéia, Martinez (1998, p. 3) cita, inclusive, a possibilidade de um comportamento oportunista do gestor:

O problema central de análise na Teoria do Agenciamento (*agency problem*) é a possibilidade do agente assumir um comportamento oportunista no tocante as suas ações (ou omissões), visando aumentar sua satisfação pessoal. Entre as hipóteses implícitas no modelo, observa-se que o agente é racional, evita o risco e está primariamente orientado para seus próprios interesses. Em outras palavras, o agente está procurando maximizar o seu bem estar (utilidades pessoais).

A compreensão, por parte dos gestores, das forças que geram os objetivos empresariais, segundo Bianchi (2005, p. 32), são essenciais para o correto alinhamento dos objetivos das partes:

Os conflitos entre proprietários e gestores podem, então, ser melhor compreendidos a partir dos objetivos da empresa, e mais do que isso, a partir das forças que modelam tais objetivos ou que se tornam os elementos que condicionam a atuação dos gestores no sentido de reuni-los em torno dos interesses da organização, isto é, os componentes determinantes para o estilo entendido como o mais apropriado para a administração do negócio: a missão e as crenças e valores do proprietário ou de quem o administra.

Em resumo, a relação existente entre o capital e a gestão ou, basicamente, na relação de trabalho entre o capitalista e o trabalhador, pode ser assim demonstrada:

Como parte integrante dessa relação contratual, surge a figura de um sujeito ativo, o qual a teoria consagra com o nome de *Principal* e como sujeito passivo, o *Agente*. Em termos simples uma relação do tipo *Principal-Agente*, presume que o *agente* realizará algo pelo *principal*, recebendo como contraprestação uma suposta compensação (MARTINEZ, 1998, p. 2).

A relação de contraprestação entre o agente e o principal é estabelecida mediante contratos. Para Martinez (1998, p. 2), a própria teoria da agência está fundamentada em uma teia de contratos:

A teoria do agenciamento possui como sistema de referência às relações contratuais. A firma é visualizada como um grande feixe (teia) de contratos que se intercalam e cruzam em vários sentidos e entres diferentes partes da organização. Mediante esses contratos definem-se as relações entre partes dispares e independentes.

O contador, na função de *controller*, tem função importante nessa relação, pois “a informação é uma das maneiras de reduzir a incerteza, dando aos contadores papel importante na divisão de riscos entre administradores e proprietários” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 139).

Encarregada de resolver, ou pelo menos atenuar os problemas de agência, surge a Governança Corporativa, a qual estabelece uma série de procedimentos que visam alinhar os interesses das partes envolvidas.

Para atender ao que se destina este estudo, dentre todas as técnicas de governança corporativa, será apresentada somente a da remuneração executiva, visto que servirá de sustentação teórica para as pretensões do trabalho.

2.4.2 Remuneração executiva

Visando alinhar os objetivos pessoais do administrador com os dos proprietários, uma política de remuneração executiva deve ser implantada. Gomez-Mejia e Wiseman (*apud* HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003, p. 421) afirmam que “a remuneração executiva é um mecanismo de governança que procura alinhar os interesses de gerentes e proprietários através de salários, bonificações e recompensa de incentivo de longo prazo, como, por exemplo, opções de compra de ações”, o que completam Finkelstein e Boyd (*apud* HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003, p. 421) “as quais são mecanismos utilizados para vincular o desempenho dos executivos ao desempenho das ações de suas empresas”.

O Conselho de Administração, geralmente através de uma comissão de remuneração, é responsável pela avaliação e, por consequência, da política de remuneração do principal gestor da companhia e, segundo Salmon (2001, p. 16), “esse processo deve abranger o diálogo com o principal executivo sobre os pontos fortes e fracos, seus objetivos, seus planos pessoais e, evidentemente, sobre o desempenho em si”.

O diálogo, para evidenciar os planos pessoais do agente, torna-se necessário em função do alinhamento dos objetivos pessoais do gestor com os da companhia através da política de remuneração.

No entanto, o alinhamento dos objetivos pessoais do gestor com os da empresa é difícil, como relatam Hitt, Ireland e Hoskisson (2003, p. 442):

por diversas razões, a remuneração executiva – especialmente a de incentivos de longo prazo – é complicada. [...] As decisões estratégicas tomadas pelos gerentes de alto nível são complexas e não rotineiras, de forma que a supervisão direta dos executivos é imprópria para se julgar a

qualidade de suas decisões. Em virtude disso, há uma tendência de se vincular a remuneração de gerentes de alto nível a resultados mensuráveis, como o desempenho financeiro da firma [...]

Como exemplo, Martinez (1998, p. 10) cita que “se o contrato de um gerente prevê uma remuneração definida em termos de lucro, este estará propenso a adotar práticas contábeis mais ‘liberais’ melhorando o resultado da empresa, e por extensão sua compensação”.

Torna-se ainda mais complicada a avaliação do desempenho de gestores em companhias espalhadas por diversos países, devido à dificuldade de uniformização dos dados. Conforme explicam Roth e O'Donnell (*apud* HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003, p. 421):

Utilizar eficientemente a remuneração executiva como um mecanismo de governança é especialmente desafiador em companhias que implementam estratégias internacionais. Por exemplo, as primeiras evidências sugerem que os interesses de proprietários de corporações multinacionais são melhor atendidos quando há menos uniformidade entre os planos de remuneração das subsidiárias estrangeiras da firma.

Quando isso acontece, torna-se ainda mais difícil a tarefa do conselho de administração em avaliar o desempenho desses gestores pois, segundo Lorsch (2001, p. 40),

o papel do Conselho de Administração como monitor também dependerá da complexidade das decisões com que se deparam os gerentes e conselheiros. Além dos problemas referentes ao desempenho da empresa, o fator que mais influencia a dificuldade do processo decisório é a diversidade dos negócios da empresa – em outras palavras, o número de diferentes produtos e mercados e também a variedade de países que constituem o escopo das operações da empresa.

2.5 Norma Norte-americana de Tradução das Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira – FASB 52

Para tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira de empresas de origem norte-americana, é adotado o pronunciamento FAS número 52 do FASB (*Financial Accounting Standard Board*). Tal pronunciamento foi publicado em dezembro de 1981, em substituição, principalmente, ao FAS número 8.

2.5.1 Obrigatoriedade de conversão

Está obrigada a converter as demonstrações contábeis, segundo o pronunciamento 52 do FASB, a empresa:

- a) que emitir ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque, devendo submeter suas informações contábeis convertidas a SEC (*Securities and Exchange Commission*), órgão regulador do mercado financeiro, à semelhança da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) brasileira;
- b) que for controlada de empresa estrangeira, para consolidar às demonstrações contábeis da controladora; e
- c) que for coligada de empresa estrangeira, para que a coligada no exterior possa apurar o saldo de equivalência patrimonial.

As empresas que não estão enquadradas em nenhuma das situações acima, ainda assim, podem utilizar o pronunciamento para fins gerenciais, a fim de controlar seus negócios em outros países. A utilização do FAS 52 por empresas de outros países é justificável pela necessidade de padronização informal de mercado. Como visto anteriormente, o estabelecimento de critérios contábeis únicos é

imprescindível para obtenção de relatórios contábeis uniformes, possibilitando assim uma análise mais criteriosa.

2.5.2 Objetivos da tradução

É objetivo da tradução das demonstrações contábeis “apresentar informações em termos financeiros sobre o desempenho, posição financeira e fluxos de caixa de uma empresa” (FASB, 1981, p. 6). O objetivo apresentado pelo FASB faz referência à dificuldade de atribuir valor a duas grandezas registradas por unidades monetárias diferentes. O grande desafio do pronunciamento é traduzir em uma única moeda operações de unidades estabelecidas em países diferentes de uma mesma empresa, e tentar garantir sua uniformidade em relação às demais já apresentadas.

O desafio se torna ainda maior quando são levadas em consideração as diferenças políticas, econômicas e sociais de cada país.

Para Perez Júnior (2002), são quatro os objetivos da conversão das demonstrações contábeis para moeda estrangeira:

- a) obter demonstrações contábeis em moeda forte, não sujeita aos efeitos da inflação;
- b) permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento de seu investimento, já que as demonstrações convertidas estarão expressas na moeda corrente de seu próprio país;
- c) possibilitar a aplicação do método da equivalência patrimonial sobre os investimentos efetuados em diversos países; e

d) possibilitar a consolidação e combinação de demonstrações contábeis de empresas situadas em diversos países.

Por considerar 100% de inflação em três anos como níveis aceitáveis de inflação, o FASB apresenta mais de uma forma para traduzir as demonstrações contábeis. Uma delas contraria o primeiro objetivo apresentado pelo autor, o qual atribui isenção dos efeitos inflacionários em caso de adoção do FAS 52.

O método em questão é o Câmbio de Fechamento, o qual simplesmente desconsidera qualquer efeito da inflação nas contas patrimoniais da contabilidade. Para melhor compreensão do efeito, é apresentado o exemplo que segue.

EM 31/12/2001		
ITEM PATRIMONIAL R\$ 10.000,00	/ US\$ 2,3196	VALOR EM US\$ 4.311,09
EM 31/12/2002		
ITEM PATRIMONIAL R\$ 10.000,00	/ US\$ 3,5325	VALOR EM US\$ 2.830,86

Figura 1: Exemplo de Objetivo da Tradução

Em apenas um ano, como demonstra a figura com valores reais de cotação do Dólar norte-americano, um bem patrimonial passou de US\$ 4.311,09 para US\$ 2.830,86. Além do desrespeito aos efeitos inflacionários, o período contou com uma grande oscilação cambial, fato também desprezado pelo pronunciamento.

Choi e Mueller (1992, p. 138) incluem mais um objetivo para a tradução, afirmando que normalmente as atividades de planejamento, administração e controle da

filial são acompanhadas rigorosamente pela matriz, que monitora constantemente a performance das subsidiárias, inclusive comparando com outras filiais em diversos países.

Esse controle é feito com base nas informações enviadas da subsidiária à matriz, pois ele é importante para a correta avaliação dos investimentos e, em virtude da distância, tende a ser rigoroso. Apesar do rigor empregado no controle e na avaliação do investimento pelos proprietários, o pronunciamento não estabelece o mesmo rigor na composição dos critérios de conversão, como será visto a seguir, atribuindo, muitas vezes, a decisão ao gestor do critério de conversão a ser adotado.

2.5.3 Moedas

Torna-se relevante o conhecimento da nomenclatura vinculada aos tipos de moedas que são objeto da tradução de balanços de acordo com o FASB. Primeiramente a moeda funcional, na qual se baseia o conceito de tradução e após as demais: moeda local, estrangeira e de relatório.

2.5.3.1 Moeda funcional

Para refletir a importância do conceito de moeda funcional para fins deste pronunciamento, Choi e Meek (2005, p. 208) entendem que os objetivos da conversão são baseados no conceito de moeda funcional.

O conceito de moeda funcional é tratado de forma mais completa no Apêndice A do FAS 52, como segue:

Art. 39 (Apêndice A) – A moeda funcional de uma entidade é a moeda do principal sistema econômico em que a entidade opera; dependendo das circunstâncias é a moeda do sistema em que a entidade gera e despense fundos. A moeda funcional de uma entidade, em princípio, depende das circunstâncias. Em alguns casos, as circunstâncias claramente indicam a moeda funcional; em outros casos, não (FASB, 1981, p. 20).

O mencionado artigo do FASB conceitua a moeda funcional como a moeda do principal sistema econômico em que a entidade opera, todavia introduz a dificuldade encontrada, em alguns casos, na obtenção da moeda funcional. É o que trata a citação abaixo, extraída do Art. 41 (Apêndice A) do FAS 52, o qual atribui à gestão da empresa a escolha, em caso de dúvida, da moeda funcional que melhor represente a influência do sistema econômico onde a empresa opera.

Art. 41 (Apêndice A) – [...] Nos casos em que os indicadores são confusos e a moeda funcional não é óbvia, o julgamento da administração pode ser necessário, para determinar a moeda funcional que mais fielmente retrata os resultados econômicos das operações da entidade e, por tanto, melhor alcança os objetivos da tradução de moeda estrangeira estabelecidas no artigo 4. A administração está em melhor posição para obter os fatos pertinentes e pesar a importância relativa dos mesmos na determinação da moeda funcional para cada operação. É importante reconhecer que o julgamento da gerência é essencial e da maior importância nessa determinação, desde que não entre em contradição com os fatos (FASB, 1981, p. 20).

O artigo citado atribui a escolha da moeda funcional à gestão da empresa quando os indicadores se mostrarem confusos.

Ainda sobre a moeda funcional, Peters (2004, p. 54) a conceitua como “a moeda que, usualmente, a afiliada de uma empresa multinacional gera e gasta caixa (movimenta caixa). Em geral é a moeda do país onde a entidade está localizada”.

Caso a empresa efetue uma quantidade significativa de transações em moeda diferente da local, esta poderá ser a moeda funcional. Outro impeditivo para moeda local ser a moeda funcional ocorre quando a empresa está situada em um país de economia altamente inflacionária.

Art. 11 - As demonstrações financeiras de uma entidade estrangeira em uma economia altamente inflacionária devem ser recalculadas, como se a moeda funcional fosse a moeda do relatório. [...] Para fins desta exigência, define-se economia altamente inflacionária como aquela em que a inflação acumulada atinge aproximadamente 100% ou mais em um período de três anos (FASB, 1981, p. 8).

Referindo-se ao método de tratar as perdas do poder aquisitivo da moeda, idealizado por pesquisadores brasileiros (Correção Monetária Integral) e que será tratado no item 2.8, Santos e Braga (1997, p. 23) criticam o conceito de economia estável, defendidos pelo FASB e IASB:

A experiência brasileira, infelizmente, de convivência com altas taxas de inflação propiciou a criação de modelos de reconhecimento nas demonstrações contábeis que podem ser considerados extremamente técnicos e eficientes. Essa convivência, aliada a exaustivos estudos e trabalhos acadêmicos, nos fez compreender que os limites fixados pelo FASB e IASC para considerar uma economia hiperinflacionária, 100% acumulados em três anos, são inadequados.

A definição de hiperinflação adotada pelo pronunciamento do FASB considera economia estável, como já dito, a que obtém índices inflacionários inferiores a 100% em três anos. Por considerar que, por menor que seja a inflação, ela existe e deve ser considerada, é incoerente desconsiderar que um bem patrimonial tenha seu registro na contabilidade pela metade de seu valor, considerando-se os índices inflacionários de, por exemplo, 100% em três anos.

2.5.3.2 Moeda local

O conceito de moeda local é descrito no FASB (1981) como sendo a Moeda de um país a que se está fazendo referência.

Para fins deste estudo, a moeda local será o Real, instituída em 1º de julho de 1994 pelo governo brasileiro.

2.5.3.3 Moeda estrangeira

“Moeda diferente da moeda funcional da entidade em referência (por exemplo, o dólar pode ser a moeda estrangeira de uma entidade estrangeira)” (FASB, 1981, p. 50).

Perez Júnior (2002, p. 60) completa o pronunciamento dizendo que a moeda estrangeira pode ser “diferente da moeda local e da funcional”, e não só da moeda funcional como estabelece o FAS 52.

Usualmente, a moeda estrangeira é igual à moeda de relatório, entretanto, podem ocorrer situações em que a moeda estrangeira seja diferente da moeda local, funcional e de relatório. Para exemplificar, considere uma empresa situada no Brasil com capital norte-americano. As operações que porventura realiza em Euro, desde que não seja considerada a principal, será tratada como moeda estrangeira, ficando o Dólar como moeda de relatório.

2.5.3.4 Moeda de relatório

Várias citações podem ser apresentadas com o objetivo de conceituar a moeda de relatório, todavia, todas são muito similares, como segue:

“A moeda na qual a empresa prepara as demonstrações contábeis” (FASB, 1981, p. 51).

“É a moeda utilizada pela matriz para preparar os seus próprios demonstrativos financeiros. Nas empresas norte-americanas é o Dólar” (PETERS, 2004, p. 54). “Moeda em que as demonstrações contábeis serão apresentadas” (PEREZ JÚNIOR, 2002, p. 60).

Como o próprio nome já diz, a moeda de relatório é a utilizada para confeccionar os relatórios contábeis fruto da tradução de moeda. Por se tratar de um pronunciamento norte-americano, tende a ser o Dólar.

2.5.3.5 Moeda da matriz

A moeda da matriz geralmente é a mesma moeda de relatório, visto que normalmente a empresa elabora suas demonstrações para remetê-las à matriz.

A dita moeda, como facilmente se deduz de sua nomenclatura, é a moeda do país onde a matriz da subsidiária remetente do relatório tem sua sede.

Exemplificando os conceitos apresentados:

Em uma empresa brasileira controlada por uma espanhola com intensa atividade de importação e exportação para o Japão, com empréstimo obtido em um banco inglês e com a necessidade de converter suas demonstrações contábeis para apresentá-las a SEC norte-americana, é necessário envolver as seguintes moedas:

- a) moeda local: Real;
- b) moeda da matriz: Euro;
- c) moeda funcional: Iene;
- d) moeda estrangeira: Libra; e
- e) moeda de relatório: Dólar.

O exemplo acima foi elaborado para diferenciar tais conceitos de forma prática, porém cabe salientar que dificilmente tal situação ocorre, visto que normalmente a moeda funcional é igual a local ou a de relatório.

2.5.4 Taxas de conversão

Os métodos de conversão que serão apresentados nesse estudo, em seu capítulo 3, utilizarão taxas de cotação do dólar diferentes para determinados saldos ou operações. São utilizadas, normalmente, quatro taxas para conversão.

A primeira, a taxa histórica, segundo Perez Júnior (2002, p. 52), é a “taxa de câmbio vigente na época da ocorrência do fato”.

A utilização dessa taxa ocorre na conversão por todos os métodos, com maior ênfase aos bens patrimoniais pelo método Monetário/não-monetário e Temporal e, para as contas do patrimônio líquido, nos três métodos.

Quanto à taxa de fechamento, Perez Júnior (2002, p. 52) apresenta como a “taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis”.

A taxa de fechamento é usada por todos os três métodos: no método de Câmbio de Fechamento é utilizada para todas as contas do balanço, exceto as do patrimônio líquido; já no Monetário/não-monetário, somente para os itens monetários do patrimônio; no temporal, para os itens monetários pós-fixados do balanço.

Taxa média, para Perez Júnior (2002, p. 52), é a “média aritmética ponderada das taxas de câmbio vigentes durante determinado período, normalmente um mês”.

A taxa média é utilizada, em resumo, para as contas de resultado. A utilização da taxa ocorre por sugestão do pronunciamento do FASB, com o objetivo de facilitar a conversão, visto que a taxa ideal é a histórica.

Por fim, a taxa projetada ou prevista, é conceituada por Perez Júnior (2002, p. 52) como taxas “[...] utilizadas para converter itens com valor fixo em moeda nacional e vencimento futuro”.

Essa taxa é de uso exclusivo para o método temporal.

2.5.5 Métodos de tradução

São três os métodos para conversão das demonstrações contábeis. O primeiro, Câmbio de Fechamento, recebe este nome por utilizar a taxa de cotação da moeda do dia de fechamento do balanço para todos os itens do patrimônio, exceto o patrimônio líquido.

Já o segundo, Monetário/não-monetário, recebe essa denominação por exigir uma classificação das contas patrimoniais em monetárias e não-monetárias. Este método era adotado pelo FAS 8.

Quanto ao último, o Temporal, deve ser utilizado somente por empresas situadas em países cuja economia é hiperinflacionária, o qual não está contemplado neste trabalho.

O critério que será utilizado para conversão das demonstrações contábeis dependerá da escolha da moeda funcional. Na conversão da moeda local para a moeda funcional utiliza-se o método Monetário/não-monetário. Já na conversão da moeda funcional para a moeda de relatório, usa-se o método Câmbio de Fechamento.

Ou seja, quando a moeda funcional é igual à moeda local, a conversão ocorre pelo método Câmbio de Fechamento. Quando a moeda funcional for a

mesma da moeda de relatório, converte-se pelo método Monetário/não-monetário. Para facilitar o entendimento, apresenta-se a figura a seguir.

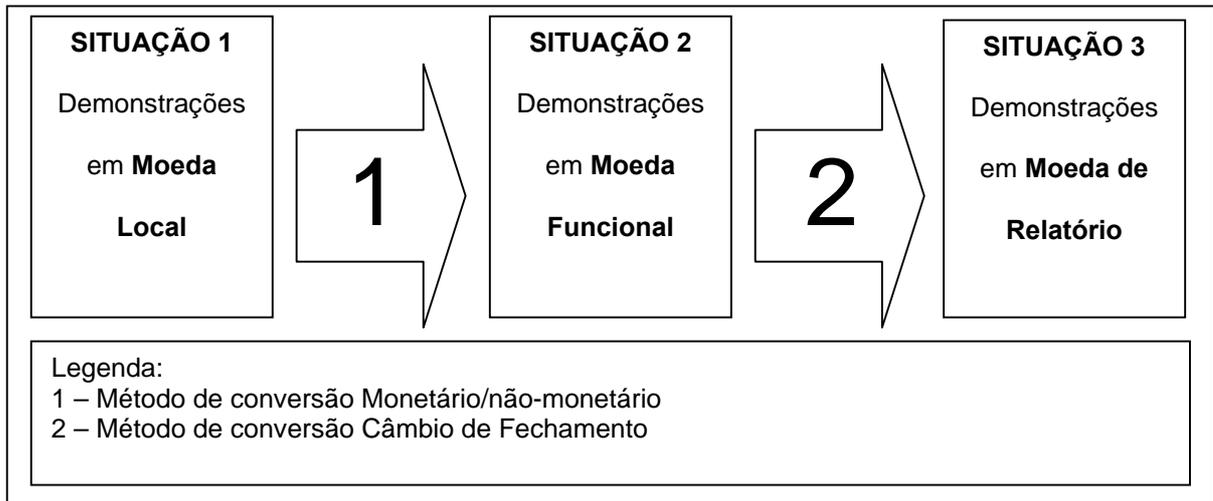


Figura 2: Sistemática de Tradução

A figura demonstra três momentos: o primeiro ocorre quando as demonstrações contábeis ainda estão em moeda local, sendo necessário convertê-las para a moeda funcional. Após a conversão, têm-se as demonstrações em moeda funcional, as quais serão convertidas pelo método de Câmbio de Fechamento para, enfim obter-se o relatório pronto para apresentação em Dólar.

Em um primeiro momento, sendo a moeda funcional igual à moeda local, a primeira conversão é desconsiderada, restando somente a segunda, pelo método de Câmbio de Fechamento, para ser executada.

O contrário também é verdadeiro: sendo a moeda funcional igual à moeda de relatório, a segunda conversão se torna desnecessária, traduzindo somente pelo método Monetário/não-monetário.

Caso a moeda funcional seja diferente da moeda local e da moeda de relatório, então serão utilizados os dois métodos.

2.5.5.1 Método Monetário/não-monetário – moeda local para a moeda funcional

Para fins desse trabalho, o método Monetário/não-monetário é utilizado quando a moeda funcional for a mesma do relatório, ou seja, quando a moeda funcional for o Dólar.

Esse método também é chamado de “Fasb 8”, visto que era a única forma de conversão enquanto o FAS 8 estava em vigor.

Para aplicação desse método, inicialmente, é necessária a classificação dos itens patrimoniais em monetários e não-monetários, que, segundo Perez Júnior (2002, p. 56), são:

a) Monetários – disponibilidades e direitos ou obrigações que serão realizados ou exigidos em dinheiro;

Não-monetários – bens (realizáveis ou permanentes) e direitos ou obrigações que serão realizados ou exigidos em bens ou serviços.

Segundo a Trevisan & Associados (1988, p. 23), elementos não monetários são aqueles "que têm 'valor intrínseco', ou que não perdem poder aquisitivo quando expostos à inflação". Por extensão, os elementos monetários são aqueles que perdem valor quando expostos ao efeito inflacionário.

Os itens monetários são convertidos pela taxa corrente (de fechamento), já os itens não-monetários pela taxa histórica. As contas de resultado, que não estejam diretamente atreladas a itens não-monetários (por exemplo: custo dos produtos ou

mercadorias vendidas, depreciação, etc) devem ser convertidas pela taxa histórica, podendo ser adotada a taxa média mensal.

Ao converter os itens monetários pela taxa corrente, os não-monetários pela taxa histórica, e as contas de resultado pela taxa média mensal ou histórica, subentende-se que haverá uma diferença entre o uso dessas taxas. Tal diferença é chamada de “Ganho ou perda na tradução” e deverá ser lançada em conta específica no resultado não operacional, dentro do resultado do exercício.

O exemplo, a seguir, destina-se somente ao auxílio da compreensão da sistemática de conversão pelo método, em virtude da sua simplicidade.

ATIVO			
Conta	R\$	Cotação US\$	US\$
Circulante	100.000,00		40.000,00
Disponibilidades (Monetário)	40.000,00	3,0000	13.333,33
Estoques (Não-monetário)	60.000,00	2,2500	26.666,67
Permanente	130.000,00		61.904,76
Imobilizado	130.000,00		61.904,76
Móveis e utensílios	130.000,00	2,1000	61.904,76
Total Ativo	230.000,00		101.904,76

PASSIVO			
Conta	R\$	Cotação US\$	US\$
Circulante	100.000,00	3,0000	33.333,33
Patrimônio Líquido	130.000,00		68.571,43
Capital Social	110.000,00	1,9000	57.894,74
Reserva de Lucros	20.000,00		10.676,69
Total Passivo	230.000,00		101.904,76

RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Conta	R\$	Cotação US\$	US\$
Receita Líquida	100.000,00	2,5000	40.000,00
Custo dos Produtos Vendidos	50.000,00	2,2500	22.222,22
(=) Lucro Bruto	50.000,00		17.777,78
Despesas	30.000,00	2,5000	12.000,00
(=) Lucro Operacional	20.000,00		5.777,78
Ganho/Perda Tradução			4.898,91
(=) Lucro Líquido	20.000,00		10.676,69

Figura 3: Exemplo de Conversão pelo Monetário/Não-Monetário

O exemplo tem como base para conversão as seguintes cotações fictícias:

Inicial	\$ 2,0000
Final	\$ 3,0000
Média	\$ 2,5000
Histórica p/ Capital Social	\$ 1,9000
Histórica p/ Estoques	\$ 2,2500
Histórica p/ Móveis e Utensílios	\$ 2,1000

Figura 4: Taxas de Referência para Exemplo da Figura 03

Conforme determina o método, os itens patrimoniais ativos foram discriminados em monetários e não-monetários, atribuindo-se aos itens monetários (no exemplo, as disponibilidades) a taxa de fechamento do balanço (\$ 3,0000). As contas não-monetárias do ativo (no exemplo, estoques e imobilizado) foram traduzidas pelas taxas históricas da data de ocorrência da movimentação. O exemplo apresentado, em virtude da sua simplicidade, adotou uma taxa histórica para cada item não-monetário, todavia cabe a ressalva que a taxa histórica deve ser atribuída a cada movimentação do grupo em questão.

Quanto ao passivo do balanço patrimonial, o circulante foi convertido pela taxa de fechamento por se tratar de um grupo monetário. Já no patrimônio líquido, a conta capital social tem sua movimentação estabelecida pela utilização da taxa histórica. A conta reserva de lucros acumula os resultados obtidos no demonstrativo do resultado do exercício em moeda de relatório.

A conversão da demonstração do resultado do exercício ocorre, em quase todas as contas, pela utilização da taxa média de conversão. Como visto no exemplo, a única conta que recebeu tratamento diferenciado foi o custo dos produtos vendidos, pois a mesma está atrelada à movimentação dos estoques.

A fim de registrar contabilmente o ajuste decorrente da tradução, o método estabelece que deve ser criada uma conta no resultado não-operacional do exercício com o nome de “Ganho/perda com a tradução”. No exemplo, a conta registra um ganho de US\$ 4.898,91, aumentando o lucro de US\$ 5.777,78 para US\$ 10.676,69.

2.5.5.2 Método Câmbio de Fechamento – moeda funcional para moeda de relatório

O método de Câmbio de Fechamento é utilizado quando a moeda funcional é a mesma local, ou seja, quando a moeda funcional for o Real, no caso de empresas americanas com subsidiárias no Brasil.

Segundo Stickney e Weil (1997, p. 841), o método traduz os ativos e passivos, usando a taxa de câmbio da data do balanço; as receitas e despesas, bem como os resultados [lucros e prejuízos] pela taxa de câmbio média durante o período.

No FAS 52, obtém-se a mesma definição acima, exceto quando as contas de resultado e do patrimônio líquido, para as quais preferencialmente deverá ser utilizada a taxa histórica, todavia tolera-se a taxa média mensal para as contas de resultado:

Art. 12 – [...] Para os ativos e passivos, deve ser usada a taxa em vigor na data do balanço. Para as receitas, despesas, lucros e perdas, deve ser usada a taxa de câmbio nas datas em que esses elementos forem contabilizados. Como a tradução às taxas de câmbio nas datas em que as diversas receitas, despesas, lucros e perdas são contabilizadas geralmente não é prática, pode-se usar na tradução dessas contas uma média ponderada apropriada para o período (FASB, 1981, p. 8).

O precedente aberto pelo FASB faculta as empresas utilizarem em suas contas de resultado taxas médias para conversão das contas de resultado. Isso distancia ainda mais a relação entre as contas do patrimônio e suas correspondentes no resultado.

Quando da publicação do pronunciamento, devido à então dificuldade dos sistemas contábeis de processar as informações de moedas em diversas datas, tornou-se um hábito a utilização da taxa média ponderada mensal, o que não se justifica nos dias de hoje.

Os ajustes decorrentes da tradução são contabilizados em conta especial no patrimônio líquido, como segue:

Art. 13 – Se a moeda funcional de uma entidade for uma moeda estrangeira, ajustes de tradução serão feitos em consequência da tradução das moedas das demonstrações financeiras dessas entidades para a moeda de relatório. Os ajustes de tradução não devem ser incluídos na apuração do lucro líquido, mas devem ser apresentados separadamente e acumulados em um componente separado do patrimônio líquido (FASB, 1981, p. 8).

No método apresentado anteriormente, o ajuste decorrente da conversão era contabilizado no resultado não-operacional do exercício, todavia, no método de Câmbio de Fechamento, a contabilização é feita diretamente no patrimônio líquido. Fica evidente, visto que normalmente os valores aqui registrados são expressivos, a interferência causada no resultado pela escolha de um método ou outro.

Assim, é elaborado um exemplo, a fim de tornar mais claro o método. A figura 05 demonstra operações simples de uma empresa fictícia de capital americano, estabelecida no Brasil, a qual auferiu os seguintes resultados:

ATIVO			
Conta	R\$	Cotação R\$ - US\$	US\$
Circulante	100.000,00	3,0000	33.333,33
Permanente	130.000,00	-	43.333,33
Imobilizado	130.000,00	-	43.333,33
Móveis e utensílios	130.000,00	3,0000	43.333,33
Total Ativo	230.000,00		76.666,67

PASSIVO			
Conta	R\$	Cotação R\$ - US\$	US\$
Circulante	100.000,00	3,0000	33.333,33
Patrimônio Líquido	130.000,00		43.333,33
Capital Social	110.000,00	1,9000	57.894,74
Reserva de Lucros	20.000,00		8.000,00
Ganho/Perda c/ Tradução			(22.561,40)
Total Passivo	230.000,00		76.666,67

RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Conta	R\$	Cotação R\$ - US\$	US\$
Receita Líquida	100.000,00	2,5000	40.000,00
Custo dos Produtos Vendidos	50.000,00	2,5000	20.000,00
(=) Lucro Bruto	50.000,00		20.000,00
Despesas	30.000,00	2,5000	12.000,00
(=) Lucro Líquido	20.000,00		8.000,00

Figura 5: Exemplo de Conversão pelo Câmbio de Fechamento

As cotações fictícias de moeda local para moeda de relatório são:

Inicial	\$ 2,0000
Final	\$ 3,0000
Média	\$ 2,5000
Histórica p/ Capital Social	\$ 1,9000

Figura 6: Taxas de Referência para Exemplo da Figura 05

O ativo circulante que monta R\$ 100.000,00 é convertido para moeda de relatório, sendo utilizada a taxa de fechamento do balanço, resultando em US\$ 33.333,33. O mesmo procedimento é adotado para os bens do imobilizado, a mesma taxa, a de fechamento, fechando a conta, após a conversão, em US\$ 43.333,33.

Do outro lado do balanço patrimonial, o passivo circulante, a exemplo do ativo circulante, é convertido pela taxa de encerramento do balanço, passando de R\$ 100.000,00 para US\$ 33.333,00. O patrimônio líquido, por sua vez, prevê a utilização da taxa histórica para sua conversão. Para a conta capital social, a taxa atribuída foi \$ 1,9000, que corresponde a do dia da formação da conta. A conta de

reserva de lucros importa seus valores da demonstração do resultado do exercício em moeda de relatório (US\$), conservando-a em taxa histórica.

Todas as contas da demonstração do resultado do exercício são convertidas pela taxa média mensal, importando o lucro líquido de R\$ 20.000,00 em US\$ 8.000,00.

Conforme foi referido anteriormente, o procedimento de conversão pelo método de Câmbio de Fechamento gera um ajuste de ganho ou perda que deverá ser contabilizado em conta específica no patrimônio líquido. O saldo apurado é uma perda de US\$ 22.561,40.

Em comparação com o exemplo apresentado no método Monetário/não-monetário, cujos saldos e resultado em moeda local são os mesmos, pode-se considerar o que segue:

- a) os totais de ativo e passivo, de um método para o outro, montam valores diferentes. Enquanto o método Câmbio de Fechamento apresenta US\$ 76.666,67, o outro evidencia um valor 24,77% superior, ou seja, R\$ 101.904,76;
- b) nos relatórios em reais, bem como no convertido pelo método de Câmbio de Fechamento, o índice de liquidez corrente (AC/PC) apresenta resultado igual a 1. O que significa que, para cada \$ 1,00 de dívida, existe \$ 1,00 real em recursos para sua quitação. Todavia, no outro método de conversão, em razão do tratamento diferenciado atribuído aos estoques, o mesmo índice é 1,2. A diferença auferida coloca em dúvida sobre qual a situação financeira correta da empresa;

c) em razão do tratamento diferenciado atribuído à conta de custos dos

fazia necessário para que todas as informações contidas nos relatórios, durante todo o período, fossem evidenciadas pelo mesmo padrão monetário. Como segue Yamamoto (1988, p. 2): “para que possamos ter a demonstração financeira com itens registrados num único padrão monetário é necessária a adoção de um índice que reflita essa variação”. E, ainda, a autora se atém à necessidade de atualizar os saldos contábeis e que os efeitos sejam reconhecidos no resultado.

Sobre a necessidade de reconhecer os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, Almeida (1988, p. 11) relata que

[...] em épocas de grandes flutuações nos níveis de preços, a moeda [sujeita a essa flutuação] não é um bom padrão para contabilização das transações, tendo em vista que seu poder aquisitivo é afetado ao longo do tempo, o que torna incomparáveis as informações nas demonstrações financeiras.

Para enfatizar tal necessidade, Trevisan & Associados (1988, p. 11) relacionam tal reconhecimento com o Princípio Contábil do “Denominador Comum Monetário” argumentando

[...] que as demonstrações financeiras devem ser expressas por um único denominador comum monetário, ou, em outras palavras, por uma moeda de mesma capacidade aquisitiva. Vale dizer que todas as contas representativas das transações das empresas deveriam estar expressas por valores de uma mesma capacidade aquisitiva.

Para resolver, ou pelo menos atenuar, os efeitos da inflação na contabilidade, no Brasil, em 1964, foi publicada a Lei nº 4.357, quando “as empresas foram obrigadas a efetuar a correção monetária do valor original dos bens do ativo imobilizado e dos investimentos permanentes de outras empresas” (FIPECAFI, 1994, p. 309).

Em 1976, a atualização monetária foi incorporada, já com algumas melhorias, à Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). Essa Lei era destinada somente para as sociedades anônimas, porém, posteriormente, o governo estendeu sua obrigação para os demais tipos de sociedades.

A Lei nº 6404/76, quanto aos aspectos de reconhecimento dos efeitos inflacionários da contabilidade, foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 1.598/77, que traz, em seu artigo número 39, a forma de reconhecimento de tais efeitos:

Art 39 - Os efeitos da modificação do poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício serão computados na determinação do lucro real através dos seguintes procedimentos:

- I - Correção monetária, na ocasião da elaboração do balanço patrimonial:
 - a) Das contas do ativo permanente e respectiva depreciação, amortização ou exaustão, e das provisões para atender a perdas prováveis na realização do valor de investimentos;
 - b) Do patrimônio líquido;
- II - Registro, em conta especial, das contra partidas dos ajustes de correção monetária de que trata o item I;
- III - Dedução, como encargo do exercício, do saldo da conta de que trata o item II, se devedor; ou
- IV - Cômputo no lucro real, observado o disposto na Subseção IV desta Seção, do saldo da conta de que trata o item II, se credor (BRASIL, 1977).

O artigo supra, em seu parágrafo II, estabelece a criação de uma conta no resultado do exercício responsável pela apuração do resultado da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, gerando, dessa forma, um ganho ou perda decorrente da correção monetária. Todavia, até então, não era de fácil avaliação a origem do resultado apurado, por estar totalizado em somente uma conta todas as contrapartidas dos ajustes de correção monetária.

Segundo essa metodologia, os itens não-monetários que não compõem o ativo permanente não são corrigidos, como explica Almeida (1988, p. 12):

Por ocasião da emissão da Lei das Sociedades por Ações, ficou entendido que o efeito da não atualização dos itens não monetários não seria relevante, em função da baixa taxa de inflação e da rotação desses itens. Todavia, o aumento substancial na taxa inflacionária passou a ocasionar distorções significativas no balanço patrimonial, principalmente nas companhias industriais com estoques de lenta rotação.

E segue enfatizando a relação desse tratamento com o resultado do exercício:

Com relação à demonstração do resultado do exercício, a não atualização dos itens não monetários do balanço patrimonial, classificados fora do ativo permanente e do patrimônio líquido, acarreta efeitos relevantes na determinação do lucro ou prejuízo líquido do exercício (ALMEIDA, 1988, p. 12).

Além dos efeitos causados no resultado do exercício, Almeida (1988, p. 12) salienta que o resultado obtido pela confrontação dos ganhos e perdas decorrentes da atualização monetária das contas do ativo permanente e do patrimônio líquido, demonstram a variação ocorrida justamente nas contas não corrigidas, como segue:

[...] a forma de divulgar o resultado da correção monetária com uma única linha no lucro não-operacional, estabelecida pela citada Lei, induz os leitores de que se trata de uma simples atualização das contas do ativo permanente e do patrimônio líquido, quando na realidade esse resultado está associado às diversas linhas do lucro líquido do exercício e às perdas e aos ganhos com ativos e passivos monetários do balanço patrimonial.

Martins (1993, p. 152) ressalta uma dificuldade encontrada no método instituído pela Lei nº 6404/76, porque

[...] engloba, num único item, a atualização dos estoques iniciais na Demonstração do Resultado, das depreciações, amortizações e exaustões, o cálculo das perdas nos ativos monetários e dos ganhos nos passivos de mesma natureza e o valor dos ajustes não feitos nos valores nominais das receitas e despesas do período, tudo isso de uma forma indireta, pela correção do ativo permanente e do patrimônio líquido.

O mesmo autor segue argumentando quanto à capacidade informativa, pois

[...] essa simplicidade tem um alto custo em termos de qualidade de informação, pois não fornece os detalhes acima enumerados, e, por isso mesmo, não consegue representar sua verdadeira natureza, criando, com isso, confusões sobre seu real significado e provocando, não raro, até incredulidade quanto à sua utilidade em termos gerenciais (MARTINS, 1993, p. 152).

Em contraponto, o mesmo autor, Martins (*apud* SIQUEIRA; GOMES, 2000, p. 4) reconhece sua utilidade em termos de relação custo-benefício em tempos de inflação relativamente controlada:

É bom lembrar-se sempre que, naqueles idos de 1974/75/76, a inflação girava basicamente ao redor de 20% a 30% ao ano. Para essa faixa, o nosso modelo de correção do ativo permanente e patrimônio líquido é realmente muito bom, informativo e barato de ser usado. Todavia, para inflação de 100%, 200% etc, esse modelo é extremamente pobre em capacidade de informar o usuário de demonstrações contábeis.

Em concordância com Martins, Trevisan & Associados (1988, p. 12) argumentam que “esse procedimento, se não perfeito do ponto de vista de atendimento do princípio [...] [do Denominador Comum Monetário], pode ser visto como adequado, considerando as taxas inflacionárias da época, por volta de 40% anuais”.

Apesar disso, a evidenciação do resultado da correção monetária em somente uma conta, a qual influenciava o resultado do período, levou os pesquisadores a estudar uma forma de diluir os efeitos inflacionários em suas contas de origem. Tal estudo passou a evidenciar a perda do poder aquisitivo da moeda não só dos bens fixos, mas também dos demais, englobando todo o elenco de contas.

Diante do exposto, apesar do ganho informacional gerado pelo uso da correção monetária de balanço, advindo da Lei nº 6404/76, tornou-se necessário evoluir ainda mais, como explica Yoshitake e Hoji (1997, p. 27):

Foi uma grande evolução, à época, a instituição da correção monetária nos moldes implantados pela Lei 6404/76, em relação ao critério de correção anterior, pois a partir de então, todas as contas do ativo permanente e do patrimônio líquido passaram a ser atualizadas monetariamente por um índice oficial, refletindo assim o efeito da variação no poder aquisitivo da moeda. Entretanto, o ritmo de crescimento da taxa de inflação acelerou-se tanto na década de 80 [...] que a sistemática de correção monetária oficial que era utilizada deixou de atender às necessidades de informação dos usuários internos e externos.

Domingues (2000, p. 11) também argumenta que

a Correção Monetária de Balanço, apesar de simples e prática, mostrou-se insuficiente, devido às altas taxas de variação na capacidade aquisitiva da moeda, não atendendo às necessidades dos usuários da informação contábil.

Diante dessa nova necessidade, e sob forte influência da tese de doutorado do Prof. Eliseu Martins e artigos publicados pela equipe de professores de contabilidade da USP, a CVM, através da Instrução Normativa nº 64 de 19/05/87, determinou que “as sociedades anônimas de capital aberto publicassem demonstrações financeiras elaboradas em moeda de poder aquisitivo constante, em complemento às demonstrações financeiras elaboradas na forma da Lei” (YOSHITAKE; HOJI, 1997, p. 28).

A Correção Monetária Integral impedia, em boa parte, que as graves distorções causadas pela hiperinflação destruísse o poder informativo das demonstrações financeiras. É, muito possivelmente, a mais sofisticada técnica de reconhecimento dos efeitos inflacionários já desenvolvida em toda história da contabilidade mundial (SIQUEIRA; GOMES, 2000, p. 5).

Uma das principais vantagens da Correção Monetária Integral é que "trata-se de um sistema que procura manter, e efetivamente o consegue, toda a estrutura atual dos princípios de contabilidade" (MARTINS, 1985, p. 10).

Yoshitake e Hoji (1997, p. 28) define a sistemática de atualização monetária:

De acordo com o critério de correção determinada por esta Instrução Normativa, os valores históricos das demonstrações financeiras deviam ser corrigidos para uma única data (data do balanço), utilizando um índice que refletisse a variação do nível geral de preços, reconhecendo, no resultado do exercício, os efeitos inflacionários ocorridos no período. Os ativos e passivos pré-fixados que vencem após a data do balanço devem ser considerados a valor presente na data do balanço, isto é, deve ser descontada do “valor futuro” a expectativa inflacionária nele embutida.

O método consiste na atualização monetária de todas as contas e na evidenciação do resultado com a correção nas contas que o originaram. Ou seja, ao invés de utilizar uma conta única intitulada “Ganho/perda com correção monetária”, os efeitos são distribuídos onde se originou o ganho ou perda. Como explica a FIPECAFI (1994, p. 313): “os ganhos e as perdas gerados pelos itens monetários e os ajustes a valor presente deverão ser apropriados nas contas de resultados a que se vinculam”.

Ainda sobre a metodologia da Correção Monetária Integral, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 444) explicam que “a finalidade maior do sistema de Correção Integral é produzir demonstrações em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, além de explicar os efeitos da inflação sobre cada conta”.

Bento S. e Bento R. (*apud* KRAUSE, 2002, p. 89) elencam as principais vantagens decorrentes da migração da correção monetária da Lei nº 6404/76 para a Correção Monetária Integral:

- a) a certeza de que todos os valores são compatíveis entre si;
- b) a obtenção de despesas e receitas representativas de variações patrimoniais reais, mostrando as despesas e receitas financeiras que efetivamente significam encargos e rendimentos de capital monetário;
- c) a clara evidenciação dos ganhos e perdas inflacionárias e suas origens;
- d) a desmistificação do saldo da correção monetária que aparece na demonstração de resultados segundo a Lei nº 6404/76 das sociedades por ações;
- e) a medição de um lucro ou prejuízo de forma tecnicamente mais correta e universalmente consagrada;
- f) a avaliação de ativos e passivos de maneira mais adequada;
- g) e que talvez seja o mais importante, a possibilidade de se mostrar uma informação de real valor para subsidiar tomadas de decisão, ajudando os usuários da contabilidade a verem com mais clareza e precisão a situação econômico-financeira de uma empresa e sua evolução no tempo.

A evolução ocorrida nos sistemas de reconhecimento da inflação no Brasil pode contribuir para os mecanismos de tradução das demonstrações contábeis, no sentido de diluir os efeitos com a tradução entre as contas que o originaram. Enquanto o FAS 52 determina que as contrapartidas das variações cambiais emanadas da tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira sejam lançadas em uma única conta, o método de correção monetária de balanço, no que tange ao registro dos efeitos inflacionários assim também determinava, para, então, evoluir à Correção Monetária Integral.

No final de 1995, influenciado pelo relativo sucesso do Plano Real, o governo brasileiro extinguiu a correção monetária através da Lei nº 9249/95, vedando a utilização das técnicas de correção monetária mesmo que para fins societários.

Seguindo a mesma corrente, a CVM emitiu uma Instrução (nº 248 de 29/03/1996), tornando facultativa a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante.

A proibição da correção monetária das demonstrações contábeis gerou uma confrontação entre a determinação legal e os Princípios Contábeis editados pelo Conselho Federal de Contabilidade. O Princípio Contábil em questão é da Atualização Monetária.

Para desfazer essa confrontação, O CFC emitiu a resolução nº 900/01, a qual limita a aplicação desse princípio apenas para quando a inflação acumulada em três anos for de 100% ou mais.

Martins (2002), um dos idealizadores do método de Correção Monetária Integral, cita que o CFC “justifica essa iniciativa mencionando que os padrões internacionais de Contabilidade somente requerem a atualização monetária quando

os índices inflacionários atingem aquele patamar de 100% acumuladamente em um triênio”.

E complementa, contrapondo a justificativa dada, pois

[...] temos tanta coisa para copiar de muitos países estrangeiros em matéria de Contabilidade, bem como dos órgãos internacionais, e vamos copiar exatamente o que eles não entendem, e que nós entendemos muito, que são os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis (MARTINS, 2002).

Apesar de a análise das perdas oriundas da extinção da correção monetária não ser objeto do presente estudo, cabe trazer as opiniões dos estudiosos, os quais, assim como Martins (2002), se mostraram inconformados com tal decisão.

Para Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 444), “aliado ao fato de não mais se corrigirem monetariamente os balanços e a tributação sobre o patrimônio líquido, distorções significativas continuam ocorrendo nas demonstrações contábeis das empresas”. E concluem dizendo “que tudo o que se avançou com a Lei nº 6404/76 foi jogado fora pela Lei nº 9249/95”.

Seibert (1999, p. 133), após um estudo sobre o impacto financeiro e econômico da extinção da Correção Monetária sobre empresas em atividade no Brasil conclui que

ao longo deste trabalho, foi possível constatar que as modificações impostas às empresas pela Lei 9249/95, provocaram distorções na apuração de seus resultados e nas suas demonstrações contábeis. Essas distorções afetam os valores de impostos, participações de empregados e administradores e dividendos incidentes sobre os resultados.

Santos e Braga (1997, p. 23), na mesma linha de crítica ao fim da correção monetária dos demonstrativos contábeis, argumentam que

a perda do poder aquisitivo da moeda provoca insensibilidade em relação aos valores que nos são apresentados nas relações econômicas. Isso provoca

distorções nas demonstrações contábeis e conseqüentemente as análises efetuadas através dessas informações poderão estar totalmente defasadas. Países que normalmente são citados como exemplo de economia estável têm inflação anual considerada desprezível, mas os efeitos da inflação devem ser considerados em seus valores acumulados e não anualmente. Quando se toma períodos um pouco mais longos, por exemplo 5 ou 10 anos, percebe-se que os efeitos da inflação, quando não considerados nas demonstrações contábeis, poderão ser desastrosos, pois prejudicarão avaliações adequadas de rentabilidade, afetarão pagamentos de imposto de renda, dividendos etc.

Lima *et al.* (2004, p. 12), após realizarem um estudo sobre o reflexo do não-reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, chegaram a seguinte conclusão:

confirmou-se, através de teste de hipóteses, a existência de uma diferença estatisticamente significativa entre os índices calculados pela Lei Societária e os mesmos índices pela Correção Monetária Integral, corroborando a afirmação de que há graves impactos nas demonstrações contábeis e em suas análises com a ausência do reconhecimento da inflação nessas demonstrações.

O simples desprezo aos efeitos inflacionários das demonstrações contábeis e a posterior tradução para moeda estrangeira, geram distorção na informação prestada a investidores estrangeiros, como observa Feitosa (2002, p. 145): “nos períodos de 1996 e 1997 os investidores norte-americanos tiveram acesso a demonstrações contábeis significativamente diferentes daquelas apresentadas aos investidores brasileiros nos mesmos períodos”.

No âmbito internacional, Choi e Meek (2005, p. 248) relatam que a experiência brasileira com o passado hiperinflacionário construiu iniciativas instrutivas sobre a contabilização da inflação.

A técnica elaborada por estudiosos brasileiros de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, como já apresentada, é uma das mais modernas e eficientes do mundo, tendo grande valia para a qualidade da informação emanada dos sistemas contábeis.

Apresentados os conceitos e as teorias que servem de embasamento para o estudo que se apresenta, faz-se necessário, então, atribuir a forma e os critérios que nortearão o trabalho no próximo capítulo.

3 MÉTODO DE PESQUISA

A relevância do método de pesquisa ocorre na validade das respostas obtidas, ao empregá-las para responder o problema de pesquisa, pois, sem uma metodologia científica corretamente aplicada, tanto o experimento quanto seus resultados podem não ser válidos.

Demo (1985, p.19) questiona em sua obra o que é metodologia? E a responde como

[...] uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia.

Aveso à pesquisa que se preocupa demasiadamente com o método em detrimento da pesquisa em si, Demo (1985, p. 19) segue argumentando: "é um erro superestimar a metodologia, no sentido de cuidar mais dela do que de fazer ciência." e continua, "a pergunta pelos meios de como chegar lá é essencial também, mas é especificamente instrumental".

Para salientar a importância do método de pesquisa, Selltiz *et al.* (1974, p. 05) salienta que

o objetivo da pesquisa é descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos. Tais processos foram criados para aumentar a probabilidade de que a informação obtida seja significativa para a pergunta proposta e, além disso, seja precisa e não-viesada.

Gil (1999, p. 42) considera o método de pesquisa um processo formal e sistemático, tendo a pesquisa como objetivo fundamental “descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Barbosa Filho (1994, p.25) contrapondo a concepção que denomina como sendo falaciosa sobre ciência, como executada somente por homens de roupas brancas, manuseando tubos de vidro com líquidos borbulhantes, sugere as seguintes noções básicas sobre ciência:

- a) a ciência é função do método de investigação e não apenas do objeto estudado;
- b) é uma dosagem de verdade e não de absoluta

Gil (1999) classifica os métodos de pesquisa sob dois aspectos: métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação, e métodos que indicam os meios técnicos da investigação. Já Silva e Menezes (2001) classificam a pesquisa sob quatro pontos de vista: de sua natureza, da forma de abordagem do problema, de seus objetivos e dos procedimentos técnicos.

Os critérios de classificação utilizados nessa pesquisa são:

- a) métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação – proposto por Gil (1999);
- b) do ponto de vista da sua natureza – proposto por Silva e Menezes (2001);
- c) do ponto de vista de seus objetivos – proposto por Silva e Menezes (2001); e
- d) do ponto de vista dos procedimentos técnicos – proposto por Silva e Menezes (2001).

Os métodos que indicam os meios técnicos da investigação – proposto por Gil (1999) – não foram abordados por já estarem melhor contemplados no proposto por Silva e Menezes (2001). Igualmente, o critério de classificação da pesquisa proposto por Silva e Menezes (2001), sob a ótica da forma de abordagem do problema, também não foi abordado. O autor subdivide este item em pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa, todavia o presente estudo não pode ser classificado em nenhum dos dois métodos puramente, pois apresenta características de ambos.

3.1.1 Métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação

Esse grande grupo subdivide-se em cinco métodos científicos: método dedutivo; método indutivo; método hipotético-dedutivo; método dialético e método fenomenológico.

O método dedutivo foi proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz, partindo da premissa que o conhecimento verdadeiro só pode ser construído com o uso da razão. Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 34), “a dedução é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais. O ponto de partida é o antecedente, que afirma uma verdade universal, e o ponto de chegada é o conseqüente, que afirma uma verdade menos geral ou particular contida implicitamente no primeiro”. E seguem afirmando que “a técnica dessa argumentação consiste em construir estruturas lógicas, por meio do relacionamento entre antecedente e conseqüente, entre hipótese e tese, entre premissa e conclusão”.

A dedução se faz a partir de premissas inicialmente estabelecidas, e, ainda segundo os autores,

o cerne da dedução é a relação lógica que se estabelece entre proposições, dependendo o seu vigor do fato de a conclusão ser sempre verdadeira, desde que as premissas também o sejam. Assim, admitindo-se as premissas, deve-se admitir também a conclusão; isso porque toda a afirmação ou conteúdo factual da conclusão já estava, pelo menos implicitamente, nas premissas (CERVO; BERVIAN, 2002 p. 34).

René Descartes, filósofo e matemático, pretendia criar um método universal, aplicável a todas as áreas do conhecimento, baseado na matemática e nas “longas cadeias de razão” (DESCARTES, 1983, p. 42). O primeiro presságio das cadeias de razão era “não aceitar coisa alguma por verdadeira sem reconhecê-la evidentemente

como tal, isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção e em meus julgamentos só inserir o que se apresentasse ao meu espírito tão clara e distintamente que não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida”. E continua Descartes: “O segundo, em dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse, em tantas parcelas quantas forem possíveis e necessárias para melhor resolvê-las”.

Preocupado em adotar uma didática para solucionar os problemas de pesquisa, Descartes (1983, p. 42) menciona em seu terceiro método a necessidade de ordenar os pensamentos dos mais simples até os mais complexos, como segue:

O terceiro, em conduzir ordenadamente meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e os mais fáceis de serem conhecidos, para pouco a pouco subir, como por degraus, até o conhecimento dos mais complexos, supondo certa ordem mesmo entre os que efetivamente não procedem naturalmente uns dos outros.

Finalmente, receoso com a omissão, sugere enumerações. “O último, em fazer sempre enumerações tão complexas e revisões tão gerais, que ficasse seguro de nada omitir” (DESCARTES, 1983, p. 42).

A vantagem desse método é a baixa margem de erro da conclusão, porém acaba sendo limitado, pois não se pode deduzir situações que não estejam contempladas nas premissas iniciais.

O segundo método proposto é o indutivo, idealizado pelos empiristas Bacon, Locke e Hume. O método contraria o anteriormente citado, quando considera fundamental a “experiência, sem levar em consideração princípios preestabelecidos” (GIL, 1999, p. 28).

Francis Bacon, político e filósofo, criticava os racionais, que por estarem “enclausurados nas celas dos mosteiros e universidades [...] mais atravancaram as ciências que concorreram para aumentar-lhes o peso” (BACON, 1984), tentando,

dessa forma, desclassificar o método dedutivo como método que levaria a verdade absoluta nos estudos científicos.

No entanto, Bacon não se considerava um empírico tradicional, mas sim um empírico moderado, numa fase intermediária entre os empíricos e os dogmáticos (BACON, 1984, p. 63):

Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intacto na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional.

Já o terceiro método, conhecido como hipotético-dedutivo, tem como pensador Karl Popper, filósofo, ferraz combatente ao método indutivo, que argumenta estar

longe de ser óbvio, do ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes; com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa: independentemente de quantos casos de cisnes brancos pensamos observar, isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos (POPPER, 1975, p. 27).

O método hipotético-dedutivo é baseado na tentativa de falsear as hipóteses visando à sua corroboração, como explica Gil (1999, p. 30):

Quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se conseqüências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tentar tornar falsas as conseqüências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo procura-se a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la.

O quarto, o método dialético, idealizado pelo filósofo Hegel, tem maior utilidade em pesquisas qualitativas, pois segundo Gil (1999, p. 32),

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelecem que os fatos sociais não podem ser entendidos quanto considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças, qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma.

Finalmente, o quinto método, chamado fenomenológico, “apresentado por Edmind Husserl (1859-1938), propõe-se a estabelecer uma base segura, liberta de proposições, para todas as ciências” (GIL, 1999, p. 32). O método não é dedutivo nem indutivo, “consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado. Não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está presente à consciência, o objeto” (GIL, 1999, p. 32).

Nesse estudo, é explícita a forte influência da metodologia de René Descartes, pois parte de uma premissa básica: as normas norte-americanas para tradução das demonstrações contábeis, e segue para o particular: os países que não se constituem em economias hiperinflacionárias, porém, ainda mantém uma instabilidade econômica e, conseqüentemente, inflacionária, que contribui para uma maior volatilidade da cotação do Dólar norte-Americano. Sendo assim, é utilizado o método dedutivo.

3.1.2 Do ponto de vista da sua natureza

Em relação à sua natureza, pode-se classificar uma pesquisa científica como pesquisa básica e pesquisa aplicada.

A pesquisa básica, descrita por Silva e Menezes (2001), “objetiva gerar

conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Quanto à pesquisa aplicada, é descrita por Silva e Menezes (2001) como geradora de “conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Como pesquisa aplicada pode-se qualificar o trabalho aqui proposto, tendo como justificativa os procedimentos práticos utilizados para exemplificar a solução para o problema de pesquisa.

3.1.3 Do ponto de vista de seus objetivos

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa pode ser subdividida em três tipos: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa.

O primeiro, também conhecido como formuladores, “têm como objetivo a formulação de um problema para investigação mais exata ou para criação de hipóteses” (SELLTIZ *et al.* 1974, p. 61), todavia podem ter outras aplicações, como continua definindo Selltiz *et al.* (1974, p. 61)

aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado, ou da situação em que pretende realizar tal estudo; o esclarecimento de conceitos; o estabelecimento de prioridades para futuras pesquisas.

Ainda, sobre a pesquisa exploratória, Gil (1999, p. 43) menciona que

as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisas, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento.

A segunda, “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21).

Ainda visando definir a pesquisa descritiva, Selltiz *et al.* (1974, p. 77) descrevem as habilidades que o pesquisador deverá ter para desenvolvê-la:

O pesquisador precisa ser capaz de definir claramente o que deseja medir, e de encontrar métodos adequados para essa mensuração. Além disso, precisa ser capaz de especificar quem deve ser incluído na definição de ‘determinada comunidade’ ou ‘determinada população’. Ao coligir provas para um estudo desse tipo, não há tanta necessidade de flexibilidade, mas de uma clara formulação de que ou quem deve ser medido, bem como as técnicas para medidas válidas e precisas.

Já a pesquisa explicativa tem por objetivo explicar como ocorrem os fenômenos científicos, “aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o ‘porquê’ das coisas” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21).

A presente pesquisa se destina a aplicar os preceitos legais norte-americanos que determinam como deverá ser feita a tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira, conjugadas com a utilização de outra técnica. Ambas têm o objetivo de explicar qual a contribuição de cada uma delas com a qualidade da informação contábil e da sua contribuição para as boas práticas de governança corporativa. Dessa forma, pode-se classificar a pesquisa como explicativa.

3.1.4 Do ponto de vista dos procedimentos técnicos

Sob a ótica dos procedimentos técnicos, pode-se classificar as pesquisas como: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa *expost-facto*, pesquisa-ação e pesquisa

participante. A classificação da pesquisa sob este ponto de vista requer uma análise sobre os procedimentos técnicos utilizados, sendo função de tais métodos “fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo no referente à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática que está sendo investigada” (GIL, 1999, p. 33).

A pesquisa bibliográfica tem como característica a busca em documentos publicados pelas respostas aos problemas de pesquisa ou, pelo menos, à referência teórica para respaldar o que o estudo pretende comprovar. Para Cervo e Bervian (2002, p. 65), “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental“. O referido autor segue afirmando que a pesquisa bibliográfica “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”.

Para Silva e Menezes (2001, p. 21), a pesquisa bibliográfica é “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com materiais disponibilizado na Internet”.

Ainda, sobre a pesquisa bibliográfica, Cervo (2002, p. 66) trata da importância desta forma de pesquisa nas ciências sociais, a qual é utilizada como referencial teórico para referência básica dos estudos propostos: “é feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar”.

Quanto à pesquisa documental, Silva e Menezes (2001 p. 21) a descrevem “como elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico”. Nas

ciências contábeis, tal procedimento poderia ser adotado quando da verificação de demonstrações contábeis de empresas estudadas. No entanto, os balanços e demais demonstrações contábeis utilizados neste estudo são oriundas de procedimentos simulados, não caracterizando uma pesquisa documental.

A pesquisa experimental visa encontrar a resposta para o problema de pesquisa, isolando-o e expondo-o à algumas variáveis controladas para análise de suas influências. “Quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21). Assim, pode-se caracterizar, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esta pesquisa. Pois é construída uma simulação, e nela são propostas algumas operações para atribuição de resultados a diferentes métodos de tradução das demonstrações contábeis. Atribuídos os resultados, faz-se a análise.

Já o levantamento tem característica mais estatística, pois, segundo Gil (1999, p. 70),

as pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.

Quanto ao estudo de caso, Yin (2001, p. 32) o define como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”

Ainda sobre o estudo de caso, Gil (1999, p.72) o caracteriza como um “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

Kerlinger (1980, p. 268) define pesquisa ex-post-facto “como uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis”.

Silva e Menezes (2001 p. 22) caracterizam a pesquisa-ação “quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”, e completa salientando que “os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

E, por fim, a pesquisa participante pode ser definida “quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas” (SILVA; MENEZES, 2001 p. 22).

Em resumo, quanto aos métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação (Gil, 1999), o presente estudo é classificado como dedutivo.

Pelos métodos de classificação das pesquisas propostos por Silva e Menezes (2001), do ponto de vista da sua natureza, a pesquisa é aplicada; do ponto de vista de seus objetivos, explicativa; e, por fim, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, é experimental.

Após a classificação metodológica, faz-se necessário apontar como será feito o tratamento e a análise dos dados, com o objetivo de explicar metodologicamente o que será tratado no capítulo 4.

3.2 Tratamento e Análise dos Dados

Por ser uma pesquisa experimental, faz-se necessária a descrição das variáveis envolvidas, bem como, os critérios de análise dos dados.

Como justificado na delimitação do estudo, este trabalho apresenta um modelo de simulação de atividades empresariais, para facilitar a análise de possíveis distorções nas peças contábeis, em decorrência da tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira.

Caso o mesmo estudo fosse proposto em uma empresa real, seria praticamente impossível isolar completamente os efeitos decorrentes das diferentes práticas contábeis adotadas nos países, prejudicando, dessa forma, a análise dos efeitos oriundos da tradução da moeda.

A análise dos dados se deu no confronto de quatro perspectivas:

- a) Em Reais – As atividades estão escrituradas em moeda local;
- b) Em Dólares – Traduzidas pelo método de Câmbio de Fechamento;
- c) Em Dólares – Traduzidas pelo método Monetário/não-monetário; e
- d) Em Dólares – Traduzidas pelo método da Correção Monetária Integral.

As mutações das demonstrações contábeis, bem como seus saldos, foram analisados a cada dia de movimentação, evidenciando os efeitos de cada movimentação.

3.3 Limitação do Método

Por se tratar de uma simulação das atividades empresariais, e não de uma

empresa real, tem-se, dessa forma, uma limitação do método empregado.

Outra limitação ao método que se apresenta está na brevidade do período utilizado para análise. Optou-se por apresentar um período de dois meses para não tornar complexo o tema que se estuda, demonstrando de forma simples os efeitos dos métodos de conversão. Todavia, se tivesse sido adotado um espaço de tempo maior, possivelmente seriam obtidos mais dados, e estes poderiam contribuir ainda mais para as análises.

3.4 Premissas Adotadas para a Análise de Dados

Os dados apresentados neste estudo não são reais, sendo originados de uma simulação de atividades empresariais.

Antes de definir os critérios de conversão, faz-se necessário estabelecer as moedas contempladas pelos critérios que se apresenta:

- a) Moeda local: Real (R\$); e
- b) Moeda de relatório: Dólar (US\$).

Ainda referente às moedas, o trabalho utiliza a cotação real de venda, do câmbio oficial, extraída do sítio na internet do Banco Central do Brasil.

O período escolhido foram os meses de agosto e setembro de 2002, visto que esse período foi marcado por uma instabilidade cambial, na medida em que o câmbio de comercialização da moeda norte-americana apresentou uma considerável oscilação diária.

Os relatórios contábeis apresentados são abordados, segundo quatro perspectivas:

A primeira em Reais (R\$), moeda local brasileira e onde são registradas as operações originais da empresa.

A segunda foi convertida pelo método de Câmbio de Fechamento, em uma situação em que a moeda funcional é igual a local.

A tradução pelo método Monetário/não-monetário é apresentada na terceira perspectiva, quando, para tanto, a moeda funcional é igual à moeda de relatório.

E, por fim, um quarto critério inspirado na Correção Monetária Integral, o qual é apresentado em Dólares e tem como principal característica a distribuição do resultado com a tradução para contas que a originam.

Para fins de recolhimento dos impostos em uma única data, foi considerado como vencimento de INSS, FGTS e ICMS o dia 06 do mês subsequente ao fato gerador, embora na realidade as datas sejam 02, 07 e 12, respectivamente.

Como premissa, são estabelecidas as seguintes alíquotas dos impostos:

- a) INSS: 27,8%;
- b) FGTS: 8,5%; e
- c) ICMS: 17%.

O Critério de avaliação do estoque é o “primeiro que entra, primeiro que sai – PEPS”.

Nos relatórios, bem como nos quadros que serviram de base para os relatórios, foram desprezados os centavos, o que poderia acarretar algumas diferenças desprezíveis entre somatórios e resultados.

Para possibilitar a evidenciação dos saldos das quatro perspectivas dos relatórios contábeis, foi necessária a supressão da expressão “D” e “C” após os

saldos. Desde já fica convencionado que as contas do ativo com saldo positivo são de natureza devedora, e as com saldo negativo, de natureza credora. Quanto ao passivo, é adotado o procedimento contrário, atribuído valor positivo às contas com saldo credor, e negativo as com saldo devedor.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A empresa em estudo se destina à atividade comercial e seu capital tem origem nos Estados Unidos.

A seguir, são apresentados os eventos empresariais, dia-a-dia da empresa, seguidos do registro contábil, para analisar os efeitos da movimentação contábil sob as quatro perspectivas – Reais; Câmbio de Fechamento; Monetário/não-monetário; Correção Integral.

4.1 1º Dia: Integralização do Capital Social

Os sócios da companhia integralizaram, em 08/08/2002, o capital social da empresa. Sendo 30% em dinheiro, e o restante em máquinas e equipamentos para o Imobilizado, totalizando R\$ 200.000. O lançamento contábil de integralização do capital é assim efetuado:

LANÇAMENTOS	DB	Disponibilidades	60.000
	DB	Imobilizado – Maquinas e Equip	140.000
	CR	Capital Social	200.000

Figura 7: Lançamentos – 1º Dia

Efetuados os lançamentos, o balanço contábil, sob as quatro perspectivas, fica assim representado:

Tabela 1: Balanço Patrimonial – 1º Dia

Cotação do dia 2,8883	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	CONTA	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV
ATIVO	-	200.000	200.000	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245
CIRCULANTE	-	60.000	60.000	-	20.773	20.773	-	20.773	20.773	-	20.773	20.773
Disponibilidades	-	60.000	60.000	-	20.773	20.773	-	20.773	20.773	-	20.773	20.773
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	-	140.000	140.000	-	48.471	48.471						

LANÇAMENTOS	DB	Estoque de Mercadorias	42.735
	DB	Impostos a Recuperar	7.265
	CR	Fornecedores	50.000

Figura 8: Lançamentos – 2º Dia

Por ocasião do lançamento, novas contas foram abertas, dentre elas o estoque de mercadorias que recebeu o lançamento do total da compra, deduzido o valor correspondente ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, o qual será aproveitado para abatimento futuro do valor a pagar do mesmo tributo gerado pelas vendas. O valor do imposto retido é registrado na conta de impostos a recuperar e permanecerá nessa conta até a apuração do imposto.

Em função do abatimento do ICMS, o valor unitário, para fins de controle de estoques, passa a ser de R\$ 42,74.

Nas colunas que representam os valores convertidos em observância ao método de Câmbio de Fechamento, foi apurado no patrimônio líquido uma perda de tradução de US\$ 2.498. Tal resultado se deve à variação cambial ocorrida entre 08 e 09/08/2002 refletidas nas contas do ativo (disponibilidades e imobilizado). As contas importavam no primeiro dia em US\$ 20.773 e US\$ 48.471, respectivamente. Todavia, na data seguinte, 09/08/2002, montavam US\$ 20.024 e US\$ 46.723. Somando os respectivos saldos de contas do dia 09/08/2002, e subtraindo as do dia anterior, obtêm-se a perda com a tradução, como pode-se observar na tabela 2.

Tabela 2: Balanço Patrimonial – 2º Dia

Cotação do dia 2,9964	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
ATIVO	200.000	50.000	250.000	69.245	14.189	83.433	69.245	15.937	85.182	69.245	15.937	85.182
CIRCULANTE	60.000	50.000	110.000	20.773	15.937	36.711	20.773	15.937	36.711	20.773	15.937	36.711
Disponibilidades	60.000	-	60.000	20.773	(749)	20.024	20.773	(749)	20.024	20.773	(749)	20.024
Estoque de Merc	-	42.735	42.735	-	14.262	14.262	-	14.262	14.262	-	14.262	14.262
Impostos a Recup	-	7.265	7.265	-	2.425	2.425	-	2.425	2.425	-	2.425	2.425
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	140.000	-	140.000	48.471	(1.749)	46.723	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Imobilizado	140.000	-	140.000	48.471	(1.749)	46.723	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Maq e Equip	140.000	-	140.000	48.471	(1.749)	46.723	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Deprec Acum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO	200.000	50.000	250.000	69.245	14.189	83.433	69.245	15.937	85.182	69.245	15.937	85.182
CIRCULANTE	-	50.000	50.000	-	16.687	16.687	-	16.687	16.687	-	16.687	16.687
Fornecedores	-	50.000	50.000	-	16.687	16.687	-	16.687	16.687	-	16.687	16.687
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	200.000	-	200.000	69.245	(2.498)	66.747	69.245	(749)	68.495	69.245	(749)	68.495
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)	-	(749)	(749)
G/P Tradução	-	-	-	-	(2.498)	(2.498)	-	-	-	-	-	-

Na coluna do método Monetário/não-monetário, foi apurado uma perda menor que a apurada no método anterior (tabela 3). A diferença está no tratamento dispensado aos itens não-monetários que, nesse evento, são os bens do imobilizado. Os bens não-monetários são traduzidos pela taxa histórica e acompanhados em moeda de relatório.

Outra diferença está no tratamento do ganho ou perda com a conversão: o primeiro a registra no patrimônio líquido, em conta específica, já o segundo, também

em conta específica, porém no resultado do período, após o lucro operacional.

A perda apurada na tabela 3 pelo método Monetário/não-monetário é US\$ 749, que é exatamente a diferença entre o valor apurado pelo método Câmbio de Fechamento e a variação do seu saldo do imobilizado na tabela 2, US\$ 2.498 e US\$ 1.749, respectivamente.

Tabela 3: Demonstração do Resultado do Exercício – 2º Dia

Cotação do dia 2,9964	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Rec de Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ded da Rec Bruta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) Rec Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CMV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Oper	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Result Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)
G/P Dispon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)
Lucro Oper	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)
G/P Tradução	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)	-	(749)	(749)

Já pelo método inspirado na técnica de Correção Monetária Integral, o lançamento dos ganhos ou perdas com a tradução é feito de forma diferente.

Como visto na tabela 3, não há valor de ganho ou perda com a tradução registrado na conta abaixo do lucro operacional. Pelo fato de o valor evidenciar uma perda do disponível, o registro é feito dentro do resultado financeiro.

O valor do ganho com a tradução é apurado na figura 9, na qual é feito o controle das movimentações do disponível em Dólar e comparado com o saldo da

conta no balanço patrimonial. Pela mesma figura, o saldo em Dólar da conta disponibilidades deveria ser de US\$ 20.773, no entanto, como se vê na tabela 2, é de US\$ 20.024. A diferença, US\$ 749, é registrada no resultado como perda decorrente da tradução, graças à oscilação cambial no período.

Data	Valor R\$	Cotação US\$	Valor US\$	Saldo US\$	G/P US\$
08/08/2002	60.000	2,8883	20.773	20.773	(749)

Figura 9: Ganho/Perda na CMI – Disponibilidades – 2º Dia

Já neste segundo dia, quando é analisada a repercussão do câmbio nas demonstrações contábeis, pode ocorrer dúvida se as demonstrações contábeis pertencem a mesma empresa, visto que, de acordo com o Balanço Patrimonial, na tabela 2, o saldo final do ativo pelo método Monetário/não-monetário é US\$ 85.182, contra US\$ 83.433 do método Câmbio de Fechamento.

4.3 3º Dia: Compra de Móveis, Utensílios e Máquinas para Escritório e Pagamento de Despesas Diversas

Uma compra de móveis, utensílios e máquinas para o escritório é feita, em 12/08/2002, à vista, por R\$ 30.000. Além disso, é efetuado o pagamento de despesas diversas de R\$ 3.000. Os lançamentos contábeis são apresentados na figura 10.

LANÇAMENTOS	DB	Imobilizado – Móveis e Utens	30.000
	CR	Disponibilidades	30.000
	DB	Despesas Operacionais	3.000
	CR	Disponibilidades	3.000

Figura 10: Lançamentos – 3º Dia

Embora sejam feitos com operações simples, a oscilação cambial ocorrida no período contribuiu para alterar significativamente os relatórios em Dólar.

No primeiro, pelo Câmbio de Fechamento, o saldo que acumula as perdas decorrentes da tradução é US\$ 4.685, variando negativamente US\$ 2.187 em relação ao relatório anterior, ou seja, entre os dias 09 e 12/08/2002 foi registrada uma perda de US\$ 2.187, como pode ser visto na tabela 4.

Tal perda tem origem na oscilação dos saldos iniciais das contas do balanço patrimonial, exceto do patrimônio líquido, de uma data para outra. O patrimônio líquido não registra perdas porque é acompanhado pela cotação histórica da moeda de relatório.

Tabela 4: Balanço Patrimonial – 3º Dia

Cotação do dia 3,0979	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
ATIVO	250.000	(3.000)	247.000	83.433	(3.702)	79.731	85.182	(1.704)	83.478	85.182	(1.704)	83.478
CIRCULANTE	110.000	(33.000)	77.000	36.711	(11.855)	24.856	36.711	(11.388)	25.323			

... Continuação

Cotação do dia 3,0979	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
PASSIVO	250.000	(3.000)	247.000	83.433	(3.702)	79.731	85.182	(1.704)	83.478	85.182	(1.704)	83.478
CIRCULANTE	50.000	-	50.000	16.687	(547)	16.140	16.687	(547)	16.140	16.687	(547)	16.140
Fornecedores	50.000	-	50.000	16.687	(547)	16.140	16.687	(547)	16.140	16.687	(547)	16.140
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	200.000	(3.000)	197.000	66.747	(3.155)	63.591	68.495	(1.157)	67.338	68.495	(1.157)	67.338
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	-	(3.000)	(3.000)	-	(968)	(968)	(749)	(1.157)	(1.907)	(749)	(1.157)	(1.907)
G/P Tradução	-	-	-	(2.498)	(2.187)	(4.685)	-	-	-	-	-	-

Apesar de não terem ocorrido vendas até então, a Demonstração do Resultado do Exercício é apresentada para demonstrar as mutações nos outros dois métodos de conversão, como visto na tabela 5.

Tabela 5: Demonstração do Resultado do Exercício – 3º Dia

Cotação do dia 3,0979	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Rec de Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ded da Rec Bruta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)
G/P Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)
(=) Rec Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)
CMV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G/P Forneced	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	547	547
(=) Lucro Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	467	467
Despesas Oper	-	(3.000)	(3.000)	-	(968)	(968)	-	(968)	(968)	-	(968)	(968)
Result Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(656)	(1.406)
G/P Dispon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(656)	(1.406)
Lucro Oper	-	(3.000)	(3.000)	-	(968)	(968)	-	(968)	(968)	(749)	(1.157)	(1.907)
G/P Tradução	-	-	-	-	-	-	(749)	(189)	(938)	-	-	-
Lucro Líquido	-	(3.000)	(3.000)	-	(968)	(968)	(749)	(1.157)	(1.907)	(749)	(1.157)	(1.907)

A exemplo do dia anterior, pelo método Monetário/não-monetário apurou-se perda inferior à registrada pelo método Câmbio de Fechamento, uma vez que na tabela 5, pelo método Monetário/não-monetário, foi apurada perda de US\$ 189 contra US\$ 2.187 apurada na tabela 4 pelo outro método.

Pelo quarto método, ao invés de registrar os efeitos da conversão em somente uma conta, é distribuída a contribuição que cada grupo de contas monetárias dá para composição da perda com a conversão.

Dividindo as movimentações ocorridas nos dias 08 e 12/08/2002 pela taxa cambial do dia, como visto na figura 11, obtém-se o saldo em Dólares que deveria ser apresentado na conta disponibilidades (US\$ 10.121). Todavia, o saldo da conta é o resultado da divisão do saldo em Reais pela taxa da data em que o relatório é emitido, tabela 4, (US\$ 8.716). A diferença entre os dois valores incorpora as perdas com a tradução das disponibilidades na tabela 5 (US\$ 1.406).

Data	Valor	Cotação	Valor	Saldo	G/P
	R\$	US\$	US\$	US\$	US\$
08/08/2002	60.000	2,8883	20.773	20.773	
12/08/2002	(33.000)	3,0979	(10.652)	10.121	(1.406)

Figura 11: Ganho/Perda na CMI – Disponibilidades – 3º Dia

Assim como apurado no grupo de disponibilidades, em relação aos impostos a recuperar, por serem itens monetários, deve-se apurar a diferença entre o valor apurado no balanço patrimonial e o saldo de sua movimentação convertido em Dólares. Como é demonstrado na figura 12.

Data	Valor R\$	Cotação US\$	Valor US\$	Saldo US\$	G/P US\$
09/08/2002	7.265	2,9964	2.425	2.425	(79)

Figura 12: Ganho/Perda na CMI – Impostos a Recuperar – 3º Dia

Como o saldo de impostos a recuperar foi gerado em 09/08/2002, quando a cotação do Dólar era de 2,9964, e em 12/08/2002, data em que o relatório foi emitido, é de 3,0979, foi apurada uma perda, já que os valores em Reais sofreram uma desvalorização em relação à moeda norte-americana.

O contrário ocorre na conta de fornecedores, apesar da mesma desvalorização do Real em relação ao Dólar, foi apurado um ganho, já que os valores se mantiveram iguais em reais, e, em função da dita desvalorização, a dívida em Dólares diminuiu, como é evidenciado na figura 13.

Data	Valor R\$	Cotação US\$	Valor US\$	Saldo US\$	G/P US\$
09/08/2002	50.000	2,9964	16.687	16.687	547

Figura 13: Ganho/Perda na CMI – Fornecedores – 3º Dia

A diferença entre o saldo final do ativo, entre os métodos Câmbio de Fechamento e Monetário/não-monetário (tabela 4), que no segundo dia era de US\$ 1.749 passou para US\$ 3.747 no terceiro dia. A inexistência de comercialização de mercadorias agrava a diferença entre as duas grandezas, posto que a empresa ainda não iniciou suas operações comerciais e já é apurada diferença no totalizador de seu patrimônio total.

O aumento da diferença estimula a dúvida sobre qual das demonstrações representa corretamente a real situação patrimonial da empresa. Ao apurar dois

valores patrimoniais distintos para a mesma empresa, gera-se a dúvida sobre os critérios utilizados para registro dos fatos que, sob a luz da teoria contábil, deve respeitar a uniformidade. A qualidade da informação contábil deve estar substanciada nos preceitos da uniformidade, que orienta a utilização de critérios idênticos para o registro de eventos igualmente idênticos.

4.4 4º Dia: Venda de Mercadorias

Em 20/08/2002, ocorre a primeira comercialização de mercadorias no valor de R\$ 60.000, que será recebida em 20/09/2002. Para tanto, são efetuados os seguintes lançamentos:

LANÇAMENTOS	DB	Cientes	60.000
	CR	Receita de Vendas	60.000
	DB	Impostos sobre Vendas	10.200
	CR	Impostos a Recolher	10.200
	DB	CMV	34.188
	CR	Estoque de Mercadorias	34.188

Figura 14: Lançamentos – 4º Dia

Dentre os lançamentos da figura 14, é efetuado o registro dos créditos a receber dos clientes, bem como sua contrapartida na receita de vendas. Também é apropriado o imposto decorrente da venda. Ao mesmo tempo, é transferido do estoque para o custo o valor correspondente às peças vendidas.

Por se tratar da primeira venda, e ainda por ter anteriormente ocorrido somente uma compra de mercadorias, os valores unitários para composição do

custo das mercadorias vendidas são extraídos simplesmente da primeira compra, como demonstra a figura 15. Para tanto, o valor unitário é de R\$ 42,74, restando duzentas unidades para comercialização futura.

Data	Evento	Quant	Valor Unit	SI	Entradas	Saídas	SF
09/08/2002	Compra Mercad	1.000	42,74	-	42.735	-	42.735
20/08/2002	Venda Mercad	800	42,74	42.735	-	34.188	8.547

Figura 15: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 4º Dia

Da mesma forma, os custos das mercadorias vendidas em Dólares, conforme figura 16, têm como base a compra do dia 09/08/2002, com valor unitário de US\$ 14,26. Esta figura se faz necessária para apuração dos custos das mercadorias vendidas pelos métodos Monetário/não-monetário e por aquele inspirado na Correção Monetária Integral.

Data	Evento	Quant	Valor Unit	SI	Entradas	Saídas	SF
09/08/2002	Compra Mercad	1.000	14,26	-	14.262	-	14.262
20/08/2002	Venda Mercad	800	14,26	14.262	-	11.410	2.852

Figura 16: Controle de Estoques de Mercadorias em Dólares – 4º Dia

Pelo método Câmbio de Fechamento aplicado ao evento apresentado, acrescido da variação ocorrida desde a data anterior até a presente dos saldos contábeis, apurou-se um ganho de US\$ 125, como observado na tabela 6, o que é explicado pela pequena variação ocorrida entre os dias 12 e 20/08/2002. No primeiro, a cotação de comercialização da moeda norte-americana era de 3,0979,

enquanto no segundo era 3,0923. Isso demonstra a grande interferência que a oscilação do câmbio tem na apuração dos resultados, decorrentes com a tradução por este método.

Tabela 6: Balanço Patrimonial – 4º Dia

Cotação do dia 3,0923	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
ATIVO	247.000	25.812	272.812	79.731	8.492	88.223	83.478	8.013	91.492	83.478	8.013	91.492
CIRCULANTE	77.000	25.812	102.812	24.856	8.392	33.248	25.323	8.013	33.336	25.323	8.013	33.336
Disponibilidades	27.000	-	27.000	8.716	16	8.731	8.716	16	8.731	8.716	16	8.731
Clientes	-	60.000	60.000	-	19.403	19.403	-	19.403	19.403	-	19.403	19.403
Estoque de Merc	42.735	(34.188)	8.547	13.795	(11.031)	2.764	14.262	(11.410)	2.852	14.262	(11.410)	2.852
Impostos a Recup	7.265	-	7.265	2.345	4	2.349	2.345	4	2.349	2.345	4	2.349
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	170.000	-	170.000	54.876	99	54.975	58.155	-	58.155	58.155	-	58.155
Imobilizado	170.000	-	170.000	54.876	99	54.975	58.155	-	58.155	58.155	-	58.155
Maq e Equip	140.000	-	140.000	45.192	82	45.274	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Mov e Ut	30.000	-	30.000	9.684	18	9.702	9.684	-	9.684	9.684	-	9.684
Deprec Acum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO	247.000	25.812	272.812	79.731	8.492	88.223	83.478	8.013	91.492	83.478	8.013	91.492
CIRCULANTE	50.000	10.200	60.200	16.140	3.328	19.468	16.140	3.328	19.468	16.140	3.328	19.468
Fornecedores	50.000	-	50.000	16.140	29	16.169	16.140	29	16.169	16.140	29	16.169
Impostos a Recol	-	10.200	10.200	-	3.299	3.299	-	3.299	3.299	-	3.299	3.299
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	197.000	15.612	212.612	63.591	5.164	68.755	67.338	4.686	72.024	67.338	4.686	72.024
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	(3.000)	15.612	12.612	(968)	5.039	4.071	(1.907)	4.686	2.779	(1.907)	4.686	2.779
G/P Tradução	-	-	-	(4.685)	125	(4.560)	-	-	-	-	-	-

Assim como no método apresentado anteriormente, a aplicação do método Monetário/não-monetário gerou um ganho ainda menor de US\$ 22. Isso motivou a baixa variação ocasionada pela baixa flutuação da cotação do Dólar, como pode ser observado na tabela 7.

Quanto ao resultado apurado, conforme tabela 7, logo neste primeiro dia de venda de mercadorias, o valor apurado de lucro líquido é diferente entre os métodos Monetário/não-monetário e o Câmbio de Fechamento.

Tal diferença ocorre, principalmente, pela diferença do tratamento dado ao resultado da tradução, que, conforme já apresentado, é registrado no patrimônio líquido por um e no resultado, por outro. Outra diferença está no próprio valor apurado, resultante da utilização de diferentes taxas.

Se apresentadas duas demonstrações, uma com as informações constantes da coluna intitulada Câmbio de Fechamento, e outra com a coluna Monetário/não-monetário, sem mencionar que são da mesma empresa, o usuário poderia deduzir que uma “empresa” é mais lucrativa que a outra.

Apesar de o lucro líquido apurado, nos métodos Monetário/não-monetário e Correção Integral serem iguais, a distribuição dos efeitos da tradução, que ocorre no último método, faz com que os lucros operacionais sejam diferentes.

Por não se reconhecer os efeitos da conversão como operacional, no método Monetário/não-monetário esses efeitos são lançados em uma única conta dentro do resultado não operacional. Já na Correção Monetária Integral, considera-se o resultado com a conversão como operacional, pois decorre das oscilações cambiais das atividades da empresa, registrando-se como ajuste das contas que deram origem à variação.

Tabela 7: Demonstração do Resultado do Exercício – 4º Dia

Cotação do dia 3,0923	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Rec de Vendas	-	60.000	60.000	-	19.365	19.365	-	19.365	19.365	-	19.403	19.403
Ded da Rec Bruta	-	(10.200)	(10.200)	-	(3.292)	(3.292)	-	(3.292)	(3.292)	(79)	(3.294)	(3.374)
Impostos s/V	-	(10.200)	(10.200)	-	(3.292)	(3.292)	-	(3.292)	(3.292)	-	(3.299)	(3.299)
G/P Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	4	(75)
(=) Rec Líquida	-	49.800	49.800	-	16.073	16.073	-	16.073	16.073	(79)	16.109	16.029
CMV	-	(34.188)	(34.188)	-	(11.034)	(11.034)	-	(11.410)	(11.410)	-	(11.410)	(11.410)
G/P Forneced	-	-	-	-	-	-	-	-	-	547	(29)	517
(=) Lucro Bruto	-	15.612	15.612	-	5.039	5.039	-	4.663	4.663	467	4.670	5.137
Despesas Oper	(3.000)	-	(3.000)	(968)	-	(968)	(968)	-	(968)	(968)	-	(968)
Result Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.406)	16	(1.390)
G/P Dispon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.406)	16	(1.390)
Lucro Oper	(3.000)	15.612	12.612	(968)	5.039	4.071	(968)	4.663	3.695	(1.907)	4.686	2.779
G/P Tradução	-	-	-	-	-	-	(938)	22	(916)	-	-	-
Lucro Líquido	(3.000)	15.612	12.612	(968)	5.039	4.071	(1.907)	4.686	2.779	(1.907)	4.686	2.779

No dia em que ocorreu a primeira venda, as diferenças entre os ganhos decorrentes da tradução foram baixas, o que, mesmo assim, não contribuiu para a redução das distorções entre os métodos de tradução.

Entre os três métodos foram observadas diferenças, o que, resumidamente, pode-se deduzir inicialmente em relação aos métodos de Câmbio de Fechamento e Monetário/não-monetário:

- a) o ativo total do primeiro importa em US\$ 88.223, já o segundo em US\$ 91.492, resultando numa diferença de US\$ 3.269;
- b) os lucros líquidos são diferentes, sendo apurada a diferença de US\$ 1.292, resultante da subtração dos lucros líquidos, US\$ 4.071 e US\$ 2.779, respectivamente; e

c) o valor de registro dos bens do permanente são diferentes, totalizando US\$ 54.975 pelo primeiro, e US\$ 58.155 pelo segundo.

Já entre os métodos Monetário/não-monetário e Correção Integral, deduz-se, ainda que incipiente, o seguinte:

- a) apesar de os lucros líquidos serem iguais, os lucros operacionais são diferentes, sendo o primeiro US\$ 3.695 e o segundo US\$ 2.779; e
- b) os lucros brutos diferem em US\$ 474, sendo o saldo do segundo método maior.

4.5 5º Dia: Compra de Mercadorias, Cálculo de Depreciação e Pagamento de Salários

Por ser o dia 31/08/2002 o último do mês, além da compra de mercadorias, são efetuados os lançamentos da depreciação do período, bem como o pagamento das despesas com empregados. Em decorrência da folha de pagamento, ainda neste dia, são apropriadas as despesas com encargos trabalhistas na mesma conta, bem como o reconhecimento da dívida no passivo circulante. Os lançamentos estão representados na figura 17.

LANÇAMENTOS	DB	Estoque de Mercadorias	47.009
	DB	Impostos a Recuperar	7.991
	CR	Fornecedores	55.000
	DB	Despesa com Depreciação	1.417
	CR	Depreciação Acumulada	1.417
	DB	Despesa com Pessoal	6.815
	CR	Disponibilidades	5.000
	CR	Impostos a Recolher	1.815

Figura 17: Lançamentos – 5º Dia

Por ser a segunda compra de mercadorias, e ainda pela aquisição ter sido feita por valor diferente da primeira, torna-se necessário o controle de estoques para apurar corretamente, não apenas o valor dos estoques, como também para a mensuração do custo de venda das mercadorias. O controle é realizado na figura 18, e traz como base, para composição de saldo final, preços unitários de duas operações de compra.

Data	Evento	Quant	Valor Unit	SI	Entradas	Saídas	SF
09/08/2002	Compra Mercad	1.000	42,74	-	42.735	-	42.735
20/08/2002	Venda Mercad	800	42,74	42.735	-	34.188	8.547
31/08/2002	Compra Mercad	1.000	47,01	8.547	47.009	-	55.556
Saldo de	09/08/2002	200	42,74				8.547
Saldo de	31/08/2002	1.000	47,01				47.009

Figura 18: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 5º Dia

Assim como no controle de estoques em reais, o mesmo deve ser acompanhado em Dólares, visando acompanhar os valores de compra pela taxa histórica de sua movimentação (figura 19).

Data	Evento	Quant	Valor Unit	SI	Entradas	Saídas	SF
09/08/2002	Compra Mercad	1.000	14,26	-	14.262	-	14.262
20/08/2002	Venda Mercad	800	14,26	14.262	-	11.410	2.852
31/08/2002	Compra Mercad	1.000	15,55	2.852	15.554	-	18.406
Saldo de	09/08/2002	200	14,26				2.852
Saldo de	31/08/2002	1.000	15,55				15.554

Figura 19: Controle de Estoques de Mercadorias em Dólares – 5º Dia

Os estoques, em virtude do controle em separado, apresentam valores distintos. O saldo final da conta estoque de mercadorias, como visto na tabela 8, pelo método Câmbio de Fechamento é US\$ 18.382, muito próximo do método seguinte, o qual tem como saldo US\$ 18.406. A diferença apurada é somente US\$ 24. Todavia, se observados os saldos iniciais, US\$ 2.764 e US\$ 2.852, respectivamente, a diferença sobe para US\$ 88. A exemplo do que ocorreu nos outros dias, a oscilação da diferença entre os métodos acontece em função da variação cambial, da data anterior para a atual, pois o estoque é convertido pela taxa de relatório, pelo primeiro método e acompanhado pela taxa histórica no segundo.

A diferença entre os totais de Ativos nos dois primeiros métodos em Dólar, tabela 8, que na data anterior era de US\$ 3.269, baixou para US\$ 1.915. Como a diferença entre os estoques é baixa, a maior parte dessa diferença ocorre no permanente. Já no passivo, toda a diferença é atribuída ao patrimônio líquido, haja vista que todas as contas do circulante são monetárias.

Na coluna correspondente ao método de Câmbio de Fechamento, o valor apurado de ajuste com a tradução referente ao período de 20 a 31/08/2002, foi um ganho de US\$ 1.526, reduzindo a perda acumulada de US\$ 4.560 para US\$ 3.035.

Como o patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica, e as demais contas patrimoniais pela taxa corrente, ocorre uma maior proporção dos saldos da contas de bens e direitos em relação às obrigações com terceiros para serem considerados na conversão pela taxa corrente.

Considerando o mesmo valor em reais, se convertido inicialmente por uma cotação maior e após por outra menor, o valor apurado em Dólares na primeira conversão será menor que o da segunda, o que resulta em ganho. O contrário

ocorre do lado do passivo, apurando-se perda. Pela maior proporção dos bens e direitos ante as obrigações com terceiros, é apurado ganho na tabela 8.

Tabela 8: Balanço Patrimonial – 5º Dia

Cotação do dia 3,0223	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
ATIVO	272.812	48.583	321.395	88.223	18.118	106.341	91.492	16.765	108.257	91.492	16.765	108.257
CIRCULANTE	102.812	50.000	152.812	33.248	17.314	50.561	33.336	17.250	50.586	33.336	17.250	50.586
Disponibilidades	27.000	(5.000)	22.000	8.731	(1.452)	7.279	8.731	(1.452)	7.279	8.731	(1.452)	7.279
Clientes	60.000	-	60.000	19.403	449	19.852	19.403	449	19.852	19.403	449	19.852
Estoque de Merc	8.547	47.009	55.556	2.764	15.618	18.382	2.852	15.554	18.406	2.852	15.554	18.406
Impostos a Recup	7.265	7.991	15.256	2.349	2.699	5.048	2.349	2.699	5.048	2.349	2.699	5.048
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	170.000	(1.417)	168.583	54.975	805	55.780	58.155	(485)	57.671	58.155	(485)	57.671
Imobilizado	170.000	(1.417)	168.583	54.975	805	55.780	58.155	(485)	57.671	58.155	(485)	57.671
Maq e Equip	140.000	-	140.000	45.274	1.049	46.322	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Mov e Ut	30.000	-	30.000	9.702	225	9.926	9.684	-	9.684	9.684	-	9.684
Deprec Acum	-	(1.417)	(1.417)	-	(469)	(469)	-	(485)	(485)	-	(485)	(485)
PASSIVO	272.812	48.583	321.395	88.223	18.118	106.341	91.492	16.765	108.257	91.492	16.765	108.257
CIRCULANTE	60.200	56.815	117.015	19.468	19.249	38.717	19.468	19.249	38.717	19.468	19.249	38.717
Fornecedores	50.000	55.000	105.000	16.169	18.573	34.742	16.169	18.573	34.742	16.169	18.573	34.742
Impostos a Recol	10.200	1.815	12.015	3.299	677	3.975	3.299	677	3.975	3.299	677	3.975
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	212.612	(8.232)	204.380	68.755	(1.131)	67.624	72.024	(2.484)	69.539	72.024	(2.484)	69.539
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	12.612	(8.232)	4.380	4.071	(2.657)	1.414	2.779	(2.484)	295	2.779	(2.484)	295
G/P Tradução	-	-	-	(4.560)	1.526	(3.035)	-	-	-	-	-	-

No entanto, pelo método Monetário/não-monetário, conforme tabela 9, o ganho foi menor, US\$ 200. O valor apurado é menor devido aos itens não-monetários do ativo, que, assim como os valores contabilizados no patrimônio líquido pelo método anterior, são convertidos pela taxa histórica.

Ao confrontar-se os lucros líquidos obtidos pelos dois métodos, US\$ 1.414 pelo método Câmbio de Fechamento e US\$ 295 pelo Monetário/não-monetário, é evidenciada, mais uma vez, a distorção que a forma de tratamento do ajuste de tradução causa na informação contábil. Por ser o último dia do mês, muitas análises são feitas de posse dos relatórios contábeis, dentre outras, a conveniência do lucro contra os valores investidos. Tendo como base os lucros apresentados, dificilmente o balanço apresentado pelo método Monetário/não-monetário terá o melhor resultado.

Além disso, apesar de o método de Câmbio de Fechamento ter apurado um lucro líquido maior, o reflexo da conversão gerou uma redução substancial no patrimônio líquido. Pode ser observado na tabela 8 uma diferença de US\$ 1.915 em relação ao outro método (US\$ 67.624 – US\$ 69.539).

Já o método da Correção Integral, como sempre, apresenta o mesmo lucro do método Monetário/não-monetário. E, como quase sempre, um lucro operacional diferente.

Os ajustes de ganho ou perda dos itens monetários conferem ao último método a possibilidade de obter uma receita líquida diferenciada, que, neste caso, é a maior. Além disso, a valorização da receita de vendas pela cotação da data de venda, e não pela média mensal dão, neste caso, o maior valor dentre as receitas de vendas, como evidenciado na tabela 9.

A receita com vendas pelo método da Correção Integral foi a maior apurada dentre as apresentadas em Dólar, porque a taxa do Dólar utilizada na data da movimentação era menor que a média do mês.

4.6 6º Dia: Venda de Mercadorias

Em 04/09/2002 ocorre a segunda venda de mercadorias que, ao contrário da venda anterior, é à vista. Foram vendidas 900 unidades ao preço de R\$ 70,51 por unidade. Para tanto, são efetuados os lançamentos do valor total da venda nas Disponibilidades, em contrapartida da Receita com Vendas. O registro do ICMS ocorre no débito da conta redutora de receita, impostos sobre venda, a impostos a recolher. Vide figura 20.

LANÇAMENTOS	DB	Disponibilidades	63.462
	CR	Receita de Vendas	63.462
	DB	Impostos sobre Vendas	10.788
	CR	Impostos a Recolher	10.788
	DB	CMV	41.453
	CR	Estoque de Mercadorias	41.453

Figura 20: Lançamentos – 6º Dia

O custo das novecentas unidades vendidas, apurado segundo o critério de avaliação de estoques PEPS, tem como origem de valor 200 unidades da compra ocorrida no dia 09/08/2002, e o restante, 700 unidades, no dia 31/08/2002, como demonstrado na figura 21.

Data	Evento	Quant	Valor Unit	SI	Entradas	Saídas	SF
09/08/2002	Compra Mercad	1.000	42,74	-	42.735	-	42.735
20/08/2002	Venda Mercad	800	42,74	42.735	-	34.188	8.547
31/08/2002	Compra Mercad	1.000	47,01	8.547	47.009	-	55.556
Saldo de	09/08/2002	200	42,74				8.547
Saldo de	31/08/2002	1.000	47,01				47.009
04/09/2002	Venda Mercad	200	42,74	55.556	-	8.547	47.009
04/09/2002	Venda Mercad	700	47,01	47.009	-	32.906	14.103
Saldo de	31/08/2002	300	47,01				14.103

Figura 21: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 6º Dia

O controle em dólares ocorre da mesma forma, considerando como custo das unidades vendidas as duzentas adquiridas em 09/08/2002 a um custo de US\$ 14,25, e as demais a um custo de US\$ 15,55. Ainda, pela figura 22, pode-se observar que restam no estoque trezentas unidades à venda, as quais estão registradas no estoque com o valor total de US\$ 4.666.

Data	Evento	Quant	Valor Unit	SI	Entradas	Saídas	SF
09/08/2002	Compra Mercad	1.000	14,26	-	14.262	-	14.262
20/08/2002	Venda Mercad	800	14,26	14.262	-	11.410	2.852
31/08/2002	Compra Mercad	1.000	15,55	2.852	15.554	-	18.406
Saldo de	09/08/2002	200	14,26				2.852
Saldo de	31/08/2002	1.000	15,55				15.554
04/09/2002	Venda Mercad	200	14,26	18.406	-	2.852	15.554
04/09/2002	Venda Mercad	700	15,55	15.554	-	10.888	4.666
Saldo de	31/08/2002	300	15,55				4.666

Figura 22: Controle de Estoques de Mercadorias em Dólares – 6º Dia

No balanço patrimonial da tabela 10, a diferença entre os ativos totais dos métodos Câmbio de Fechamento e Monetário/não-monetário aumentou de US\$

1.915 para US\$ 4.017. O aumento da diferença demonstra indícios de uma maior disparidade nos relatórios.

Diferentemente do ocorrido em 31/08/2002, quando a taxa do Dólar tinha caído em relação ao período anterior, neste a taxa aumentou. Passando de 3,0223 em 31/08/2002 para 3,1325 em 04/09/2002. A variação explica a perda com a conversão apurada na tabela 10 pelo método Câmbio de Fechamento (US\$ 2.149).

Tabela 10: Balanço Patrimonial – 6º Dia

Cotação do dia 3,1325	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
CONTA	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
ATIVO	321.395	22.009	343.404	106.341	3.285	109.626	108.257	5.387	113.644	108.257	5.387	113.644
CIRCULANTE	152.812	22.009	174.821	50.561	5.247	55.809	50.586	5.387	55.973	50.586	5.387	55.973
Disponibilidades	22.000	63.462	85.462	7.279	20.003	27.282	7.279	20.003	27.282	7.279	20.003	27.282
Clientes	60.000	-	60.000	19.852	(698)	19.154	19.852	(698)	19.154	19.852	(698)	19.154
Estoque de Merc	55.556	(41.453)	14.103	18.382	(13.880)	4.502	18.406	(13.740)	4.666	18.406	(13.740)	4.666
Impostos a Recup	15.256	-	15.256	5.048	(178)	4.870	5.048	(178)	4.870	5.048	(178)	4.870
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	168.583	-	168.583	55.780	(1.962)	53.818	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Imobilizado	168.583	-	168.583	55.780	(1.962)	53.818	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Maq e Equip	140.000	-	140.000	46.322	(1.630)	44.693	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Mov e Ut	30.000	-	30.000	9.926	(349)	9.577	9.684	-	9.684	9.684	-	9.684
Deprec Acum	(1.417)	-	(1.417)	(469)	16	(452)	(485)	-	(485)	(485)	-	(485)
PASSIVO	321.395	22.009	343.404	106.341	3.285	109.626	108.257	5.387	113.644	108.257	5.387	113.644
CIRCULANTE	117.015	10.788	127.803	38.717	2.082	40.799	38.717	2.082	40.799	38.717	2.082	40.799
Fornecedores	105.000	-	105.000	34.742	(1.222)	33.520	34.742	(1.222)	33.520	34.742	(1.222)	33.520
Impostos a Recol	12.015	10.788	22.803	3.975	3.304	7.280	3.975	3.304	7.280	3.975	3.304	7.280
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	204.380	11.220	215.600	67.624	1.203	68.827	69.539	3.305	72.844	69.539	3.305	72.844
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	4.380	11.220	15.600	1.414	3.352	4.765	295	3.305	3.599	295	3.305	3.599
G/P Tradução	-	-	-	(3.035)	(2.149)	(5.183)	-	-	-	-	-	-

Mesmo tendo-se apurado perda na tradução (coluna Câmbio de Fechamento), na seguinte foi apurado ganho de US\$ 1.310, conforme tabela 11.

Outra particularidade dessa data é o valor aproximado do lucro líquido entre os três métodos, sendo US\$ 3.352, US\$ 3.305 e US\$ 3.305, respectivamente. Já o lucro operacional teve o método Monetário/não-monetário como diferente, visto que somente este registrou valores não-operacionais.

A exemplo da venda anterior, a receita da venda pelo método Correção Integral foi registrada por valor superior aos lançados pelos outros métodos em dólar, pelo mesmo motivo. A cotação do dia da operação é menor que a média apurada no mês.

Tabela 11: Demonstração do Resultado do Exercício – 6º Dia

Cotação do dia 3,1325	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Rec de Vendas	-	63.462	63.462	-	18.958	18.958	-	18.958	18.958	-	20.259	20.259
Ded da Rec Bruta	-	(10.788)	(10.788)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(4.180)	(4.180)
Impostos s/V	-	(10.788)	(10.788)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.444)	(3.444)
G/P Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	(38)
G/P Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(698)	(698)
(=) Rec Líquida	-	52.673	52.673	-	15.735	15.735	-	15.735	15.735	-	16.079	16.079
CMV	-	(41.453)	(41.453)	-	(12.383)	(12.383)	-	(13.740)	(13.740)	-	(13.740)	(13.740)
G/P Forneced	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.222	1.222
(=) Lucro Bruto	-	11.220	11.220	-	3.352	3.352	-	1.995	1.995	-	3.561	3.561
Despesas Oper	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Result Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(256)	(256)
G/P Dispon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(256)	(256)
Lucro Oper	-	11.220	11.220	-	3.352	3.352	-	1.995	1.995	-	3.305	3.305
G/P Tradução	-	-	-	-	-	-	-	1.310	1.310	-	-	-
Lucro Líquido	-	11.220	11.220	-	3.352	3.352	-	3.305	3.305	-	3.305	3.305

Para o cálculo dos ganhos ou perdas com a conversão pelo último método, por ser esta a primeira movimentação do mês de setembro, são zerados os registros do mês de agosto, e convertido o saldo inicial de setembro pela taxa do último dia de agosto. Apresentado nas figuras 23, 24, 25, 26 e 27. Esse procedimento deve ser adotado, pois os ganhos ou perda apurados em agosto incorporaram a demonstração do resultado do exercício daquele mês, assim como as demais contas do resultado.

Data	Valor	Cotação	Valor	Saldo	G/P
	R\$	US\$	US\$	US\$	US\$
31/08/2002	22.000	3,0223	7.279	7.279	
04/09/2002	63.462	3,1325	20.259	27.538	(256)

Figura 23: Ganho/Perda na CMI – Disponibilidades – 6º Dia

Data	Valor	Cotação	Valor	Saldo	G/P
	R\$	US\$	US\$	US\$	US\$
31/08/2002	60.000	3,0223	19.852	19.852	(698)

Figura 24: Ganho/Perda na CMI – Clientes – 6º Dia

Data	Valor	Cotação	Valor	Saldo	G/P
	R\$	US\$	US\$	US\$	US\$
31/08/2002	15.256	3,0223	5.048	5.048	(178)

Figura 25: Ganho/Perda na CMI – Impostos a Recuperar – 6º Dia

Data	Valor	Cotação	Valor	Saldo	G/P
	R\$	US\$	US\$	US\$	US\$
31/08/2002	105.000	3,0223	34.742	34.742	1.222

Figura 26: Ganho/Perda na CMI – Fornecedores – 6º Dia

Data	Valor	Cotação	Valor	Saldo	G/P
	R\$	US\$	US\$	US\$	US\$
31/08/2002	12.015	3,0223	3.975	3.975	
04/09/2002	10.788	3,1325	3.444	7.419	140

Figura 27: Ganho/Perda na CMI – Impostos a Recolher – 6º Dia

Na tentativa de explicar tantas distorções, cabe avaliar a flutuação da cotação do Dólar. No mês de agosto, a moeda norte-americana teve seu valor de venda muito irregular, iniciando com a taxa de 3,3275 em 01/08/2002, após oito dias caiu para 2,8883 (08/08/2002), voltando a subir e atingindo, em 13/08/2002, 3,2094. Após essa data, apresentou declínio, com pequenas recuperações no período, atingindo, no último dia do mês, 3,0223. A figura 28 apresenta o trajeto descrito:

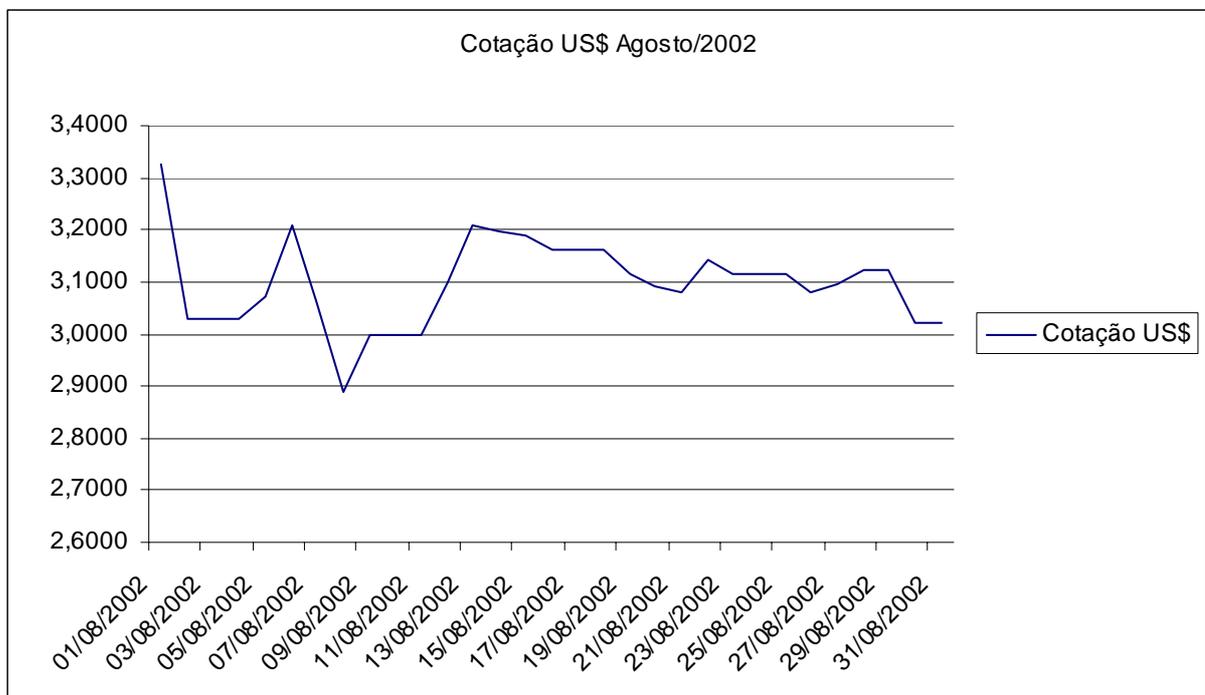


Figura 28: Variação Cambial US\$ de Agosto de 2002

Já no mês de setembro do mesmo ano, ao contrário do anterior, o preço de venda do Dólar subiu constantemente, mesmo que de forma irregular. Na primeira quinzena, a cotação oscilou de 3,0223 a 3,1506. Já na segunda, até 3,8949. Conforme figura 29.

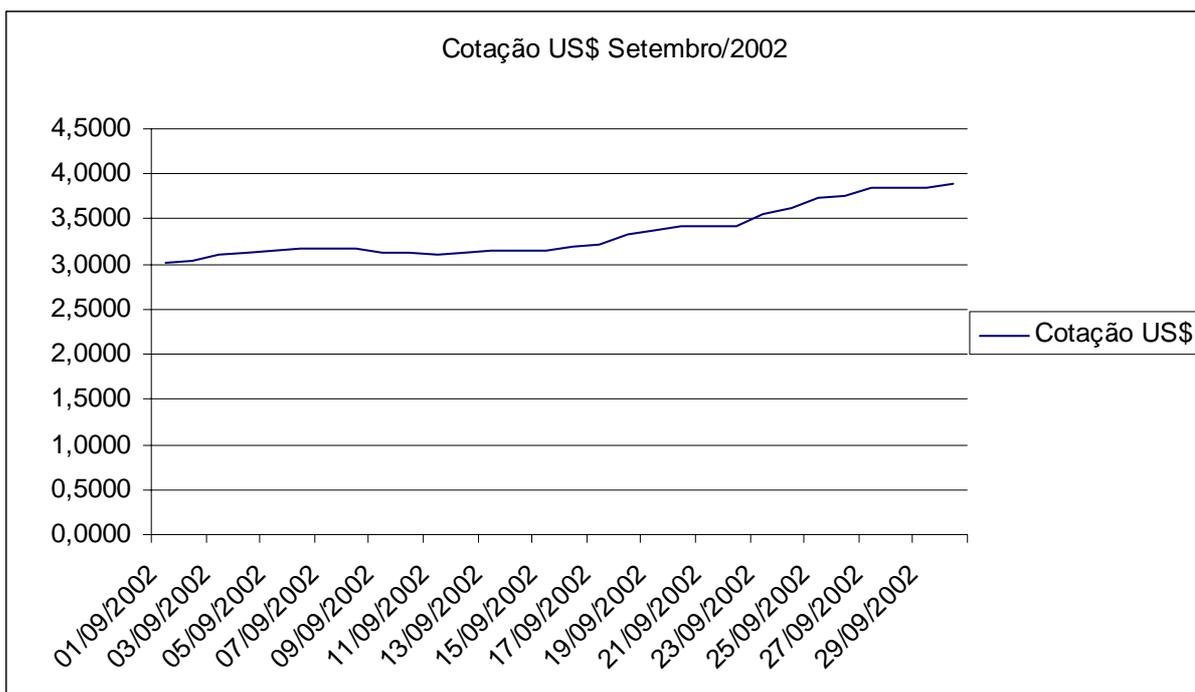


Figura 29: Variação Cambial US\$ de Setembro de 2002

O comportamento diferente do câmbio entre os dois meses estudados é a motivação principal do estudo. Em agosto, as oscilações foram irregulares e, no mês seguinte, ascendentes. Além disso, a segunda quinzena de agosto foi marcada por uma queda, e, justamente no último dia do mês, a queda cessou, iniciando uma ascensão no mês seguinte.

Os eventos em Reais de compra e venda, estudados até então, são praticamente uniformes, exceto pelo valor de compra, que obteve um aumento do valor unitário de R\$ 50,00 (09/08/2002) para R\$ 55,00 (31/08/2002). Na venda, a margem de contribuição é a mesma, 50% sobre a última entrada de estoque.

Sendo as operações da empresa praticamente uniformes, fica, assim, mesmo que incipiente, creditado à oscilação do Dólar as variações entre ganhos e perdas de tradução.

4.7 7º Dia: Pagamento de Fornecedores e Pagamento de Impostos

Neste sétimo dia, 06/09/2002, ocorreram somente saídas de recursos do caixa da empresa. Foram pagos os fornecedores da compra do dia 09/08/2002 e os impostos decorrentes, tanto das vendas de mercadorias de 20/08/2002, como os da folha de pagamento do dia 31/08/2002.

A apuração para pagamento do ICMS é feita ao confrontar o saldo de Imposto a Recolher, e o Imposto a Compensar, como ilustra a figura 30.

LANÇAMENTOS	DB	Fornecedores	50.000
	CR	Disponibilidades	50.000
	DB	Impostos a Recolher	15.256
	CR	Impostos a Recuperar	15.256
	DB	Impostos a Recolher	7.547
	CR	Disponibilidades	7.547

Figura 30: Lançamentos – 7º Dia

Mesmo com eventos simples, que envolvem somente contas monetárias, a diferença entre os ativos totais dos dois primeiros métodos em Dólar aumentou de US\$ 4.017 para US\$ 4.858 (tabela 12).

Grande parte desse valor se deve ao decréscimo do valor registrado no permanente do método Câmbio de Fechamento, que, com a desvalorização do Real em relação ao Dólar, registrou perda no valor de US\$ 776.

Com isso, o resultado com a tradução apurado na tabela 12 foi de perda de US\$ 992, aumentando, assim, o saldo devedor anterior de US\$ 5.183 para US\$ 6.175.

Tabela 12: Balanço Patrimonial – 7º Dia

Cotação do dia	R\$			Câmbio de Fechamento			Monetário / não-monet			Correção Integral		
	3,1783			US\$			US\$			US\$		
CONTA	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
ATIVO	343.404	(72.803)	270.600	109.626	(24.486)	85.140	113.644	(23.646)	89.998	113.644	(23.646)	89.998
CIRCULANTE	174.821	(72.803)	102.017	55.809	(23.711)	32.098	55.973	(23.646)	32.327	55.973	(23.646)	32.327
Disponibilidades	85.462	(57.547)	27.914	27.282	(18.499)	8.783	27.282	(18.499)	8.783	27.282	(18.499)	8.783
Clientes	60.000	-	60.000	19.154	(276)	18.878	19.154	(276)	18.878	19.154	(276)	18.878
Estoque de Merc	14.103	-	14.103	4.502	(65)	4.437	4.666	-	4.666	4.666	-	4.666
Impostos a Recup	15.256	(15.256)	-	4.870	(4.870)	-	4.870	(4.870)	-	4.870	(4.870)	-
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	168.583	-	168.583	53.818	(776)	53.042	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Imobilizado	168.583	-	168.583	53.818	(776)	53.042	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Maq e Equip	140.000	-	140.000	44.693	(644)	44.049	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Mov e Ut	30.000	-	30.000	9.577	(138)	9.439	9.684	-	9.684	9.684	-	9.684
Deprec Acum	(1.417)	-	(1.417)	(452)	7	(446)	(485)	-	(485)	(485)	-	(485)
PASSIVO	343.404	(72.803)	270.600	109.626	(24.486)	85.140	113.644	(23.646)	89.998	113.644	(23.646)	89.998
CIRCULANTE	127.803	(72.803)	55.000	40.799	(23.494)	17.305	40.799	(23.494)	17.305	40.799	(23.494)	17.305
Fornecedores	105.000	(50.000)	55.000	33.520	(16.215)	17.305	33.520	(16.215)	17.305	33.520	(16.215)	17.305
Impostos a Recol	22.803	(22.803)	-	7.280	(7.280)	-	7.280	(7.280)	-	7.280	(7.280)	-
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	215.600	-	215.600	68.827	(992)	67.835	72.844	(151)	72.693	72.844	(151)	72.693
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	15.600	-	15.600	4.765	-	4.765	3.599	(151)	3.448	3.599	(151)	3.448
G/P Tradução	-	-	-	(5.183)	(992)	(6.175)	-	-	-	-	-	-

Assim como no método anterior, na tabela 13, o Monetário/não-monetário apurou perda no período de US\$ 151, que é muito inferior à perda então apurada.

Pelo método inspirado na Correção Monetária Integral, as perdas são distribuídas entre o resultado, tendo as contas Impostos a Recolher e Impostos a Recuperar proporcionado juntas um ganho de US\$ 35 no período.

Enquanto isso, a conta Clientes registrou uma perda de US\$ 276. Ao mesmo tempo em que os clientes geram perda para a empresa, os fornecedores geram ganho.

Ocorrendo uma desvalorização cambial da moeda local em relação a do relatório, os valores monetários registrados no ativo perdem valor, com efeito contrário no passivo.

O maior resultado de perda deriva das disponibilidades, US\$ 393. Como observado na tabela 13.

Tabela 13: Demonstração do Resultado do Exercício – 7º Dia

Cotação do dia 3,1783	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Rec de Vendas	63.462	-	63.462	18.958	-	18.958	18.958	-	18.958	20.259	-	20.259
Ded da Rec Bruta	(10.788)	-	(10.788)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(4.180)	(241)	(4.421)
Impostos s/V	(10.788)	-	(10.788)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(3.444)	-	(3.444)
G/P Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	35	(3)
G/P Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(698)	(276)	(974)
(=) Rec Líquida	52.673	-	52.673	15.735	-	15.735	15.735	-	15.735	16.079	(241)	15.838
CMV	(41.453)	-	(41.453)	(12.383)	-	(12.383)	(13.740)	-	(13.740)	(13.740)	-	(13.740)
G/P Forneced	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.222	483	1.705
(=) Lucro Bruto	11.220	-	11.220	3.352	-	3.352	1.995	-	1.995	3.561	242	3.803

Continua ...

... Continuação

Cotação do dia 3,1783	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Despesas Oper	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Result Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(256)	(393)	(649)
G/P Dispon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(256)	(393)	(649)
Lucro Oper	11.220	-	11.220	3.352	-	3.352	1.995	-	1.995	3.305	(151)	3.153
G/P Tradução	-	-	-	-	-	-	1.310	(151)	1.159	-	-	-
Lucro Líquido	11.220	-	11.220	3.352	-	3.352	3.305	(151)	3.153	3.305	(151)	3.153

Como em 04/09/2002, os valores apurados de lucro líquido são parecidos. Ainda como o dia anterior, os lucros operacionais apurados pelo primeiro e pelo terceiro métodos em Dólares são igualmente parecidos.

A receita com vendas, em muitos casos, é alcançada por vendas a prazo. Quando a moeda flutua entre a data de venda e a de recebimento, gera um ganho ou perda em relação ao que foi vendido e ao que foi de fato recebido. Dessa forma, entende-se que o resultado com a tradução auferido pela conta Clientes deve ser abatido da receita, em deduções da receita bruta (tabela 13).

Seguindo a mesma linha, os resultados apurados pela tradução dos impostos, tanto sobre as compras, como sobre as vendas, deve ajustar a conta Impostos sobre Vendas, visto que o imposto sobre as compras serve como redutor da apuração do imposto sobre as vendas, como é o caso do ICMS.

O tratamento contrário da conta Clientes é dispensado à conta Fornecedores. Os ganhos ou perdas apurados pela tradução da conta Fornecedores são abatidos do CMV – Custo das Mercadorias Vendidas, já que, assim como nos

clientes, as variações da relação entre as duas moedas, possivelmente ocorridas entre a data da compra e a do pagamento, influenciam diretamente nos valores pagos pelas mercadorias que compõem o custo.

E, por fim, a conta disponibilidades. Por representar os recursos disponíveis para saldar os compromissos que se apresentam, estes tendem a ficar expostos aos efeitos cambiais, os quais geram um ganho ou perda financeira. Por isso, o ajuste dessa conta é apresentado no resultado financeiro da tabela 13.

Outras contas monetárias não contempladas pelo exemplo dado neste trabalho terão seus ajustes contabilizados em suas contas de origem, a fim de corrigir sua representação no resultado.

4.8 8º Dia: Recebimento de Clientes e Pagamento de Despesas Diversas

No oitavo dia, 20/09/2002, são recebidos os valores correspondentes à venda de mercadorias de 20/08/2002 e, ainda, pagas despesas diversas, como visto na figura 31:

LANÇAMENTOS	DB	Disponibilidades	60.000
	CR	Clientes	60.000
	DB	Despesas Diversas	3.500
	CR	Disponibilidades	3.500

Figura 31: Lançamentos – 8º Dia

Os saldos da conta ativo pelos dois primeiros métodos em Dólar diferem em US\$ 9.040, registrando um aumento de 86,09% em comparação com a diferença apurada no dia anterior, como visto na tabela 14. O aumento da diferença se dá pela grande variação cambial, ocorrida entre os dias 06 e 20/09/2002, o qual passou de

3,1783 para 3,4277.

Como consequência da mesma variação cambial, é apurada perda com a tradução, em relação ao período passado, pelo método Câmbio de Fechamento no valor de US\$ 4.911. Essa perda contribuiu para obtenção do saldo final negativo de US\$ 11.086.

Outra diferença que cabe destacar é o da conta estoque de mercadorias, ainda na tabela 14. Pelos métodos Monetário/não-monetário e Correção Integral monta em US\$ 4.666, valor que se mantém desde 04/09/2002. Todavia, pelo Câmbio de Fechamento, passou de US\$ 4.502 para US\$ 4.114. A queda se deve ao mesmo motivo já mencionado, já que esta conta está sujeita aos efeitos cambiais, o que não ocorre pelos outros métodos, que a acompanham pelo valor histórico da moeda de relatório.

Tabela 14: Balanço Patrimonial – 8º Dia

Cotação do dia 3,4277	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
CONTA												
ATIVO	270.600	(3.500)	267.100	85.140	(7.216)	77.924	89.998	(3.034)	86.964	89.998	(3.034)	86.964
CIRCULANTE	102.017	(3.500)	98.517	32.098	(3.357)	28.741	32.327	(3.034)	29.293	32.327	(3.034)	29.293
Disponibilidades	27.914	56.500	84.414	8.783	15.844	24.627	8.783	15.844	24.627	8.783	15.844	24.627
Clientes	60.000	(60.000)	-	18.878	(18.878)	-	18.878	(18.878)	-	18.878	(18.878)	-
Estoque de Merc	14.103	-	14.103	4.437	(323)	4.114	4.666	-	4.666	4.666	-	4.666
Impostos a Recup	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	168.583	-	168.583	53.042	(3.859)	49.183	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Imobilizado	168.583	-	168.583	53.042	(3.859)	49.183	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Maq e Equip	140.000	-	140.000	44.049	(3.205)	40.844	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Mov e Ut	30.000	-	30.000	9.439	(687)	8.752	9.684	-	9.684	9.684	-	9.684
Deprec Acum	(1.417)	-	(1.417)	(446)	32	(413)	(485)	-	(485)	(485)	-	(485)

Continua ...

... Continuação

Cotação do dia 3,4277	R\$			Câmbio de Fechamento			Monetário / não-monet			Correção Integral		
				US\$			US\$			US\$		
CONTA	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
PASSIVO	270.600	(3.500)	267.100	85.140	(7.216)	77.924	89.998	(3.034)	86.964	89.998	(3.034)	86.964
CIRCULANTE	55.000	-	55.000	17.305	(1.259)	16.046	17.305	(1.259)	16.046	17.305	(1.259)	16.046
Fornecedores	55.000	-	55.000	17.305	(1.259)	16.046	17.305	(1.259)	16.046	17.305	(1.259)	16.046
Impostos a Recol	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	215.600	(3.500)	212.100	67.835	(5.957)	61.878	72.693	(1.775)	70.918	72.693	(1.775)	70.918
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	15.600	(3.500)	12.100	4.765	(1.046)	3.720	3.448	(1.775)	1.673	3.448	(1.775)	1.673
G/P Tradução	-	-	-	(6.175)	(4.911)	(11.086)	-	-	-	-	-	-

Pelo método Monetário/não-monetário registrou-se perda com a conversão de US\$ 729, reduzindo o resultado positivo do período de US\$ 1.159 para US\$ 430.

Nesse momento, ficam evidentes as distorções oriundas dos dois métodos de tradução estabelecidos pelo FASB, no que tange ao reconhecimento dos efeitos cambiais nas demonstrações contábeis. Enquanto o método Câmbio de Fechamento acumula um saldo negativo de US\$ 11.086, o outro apresenta um saldo 97,42% menor, perda de US\$ 287 (resultado da soma do ganho de US\$ 430 da tabela 15 com a perda do mês de agosto no valor de US\$ 716 da tabela 9).

Tabela 15: Demonstração do Resultado do Exercício – 8º Dia

Cotação do dia 3,4277	R\$			Câmbio de Fechamento			Monetário / não-monet			Correção Integral		
	US\$			US\$			US\$			US\$		
CONTA	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Rec de Vendas	63.462	-	63.462	18.958	-	18.958	18.958	-	18.958	20.259	-	20.259
Ded da Rec Bruta	(10.788)	-	(10.788)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(4.421)	(1.374)	(5.795)
Impostos s/V	(10.788)	-	(10.788)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(3.444)	-	(3.444)
G/P Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
G/P Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(974)	(1.374)	(2.348)
(=) Rec Líquida	52.673	-	52.673	15.735	-	15.735	15.735	-	15.735	15.838	(1.374)	14.464
CMV	(41.453)	-	(41.453)	(12.383)	-	(12.383)	(13.740)	-	(13.740)	(13.740)	-	(13.740)
G/P Forneced	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.705	1.259	2.964
(=) Lucro Bruto	11.220	-	11.220	3.352	-	3.352	1.995	-	1.995	3.803	(114)	3.688
Despesas Oper	-	(3.500)	(3.500)	-	(1.046)	(1.046)	-	(1.046)	(1.046)	-	(1.021)	(1.021)
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas	-	(3.500)	(3.500)	-	(1.046)	(1.046)	-	(1.046)	(1.046)	-	(1.021)	(1.021)
Result Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(649)	(639)	(1.288)
G/P Dispon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(649)	(639)	(1.288)
Lucro Oper	11.220	(3.500)	7.720	3.352	(1.046)	2.306	1.995	(1.046)	949	3.153	(1.775)	1.379
G/P Tradução	-	-	-	-	-	-	1.159	(729)	430	-	-	-
Lucro Líquido	11.220	(3.500)	7.720	3.352	(1.046)	2.306	3.153	(1.775)	1.379	3.153	(1.775)	1.379

Um dos reflexos dessa distorção ocorre no saldo do patrimônio líquido. Isso para um usuário da informação pode gerar confusão. O balanço patrimonial resultante da conversão pelo primeiro método revela um saldo do patrimônio líquido de US\$ 61.878; no outro relatório, confeccionado em atenção ao segundo método, a mesma conta apura um saldo 14,61% maior, ou seja, de US\$ 70.918. As duas informações distintas podem criar a expectativa ao usuário sobre qual das duas informações é a correta.

4.9 9º Dia: Compra de Mercadorias

No nono dia, 26/09/2002, ocorre a última compra de mercadorias do período em estudo. Foram adquiridas 1.000 unidades ao valor de R\$ 60,00 cada, sendo que 30% é pago à vista, e o restante com pagamento programado para 30 dias. Os lançamentos são evidenciados na figura 32.

LANÇAMENTOS	DB	Estoque de Mercadorias	51.282
	DB	Impostos a Recuperar	8.718
	CR	Fornecedores	42.000
	CR	Disponibilidades	18.000

Figura 32: Lançamentos – 9º Dia

Conforme se observa da tabela 16, a diferença entre os saldos apurados no grupo Permanente pelos dois primeiros métodos é US\$ 12.734, resultantes da perda de valor dos bens do permanente do primeiro método.

A correta apresentação do patrimônio é um dos objetivos da contabilidade. Sendo assim, somente um método de tradução das demonstrações contábeis estaria cumprindo esse objetivo. Fica evidente, conforme tabela 16, que uma demonstração apresenta, além das diferenças já evidenciadas no permanente, US\$ 82.392 de ativo total, enquanto a outra US\$ 96.033. Já o patrimônio líquido da primeira monta US\$ 56.536, enquanto, pelo outro método, em US\$ 70.177.

Tabela 16: Balanço Patrimonial – 9º Dia

Cotação do dia 3,7516	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	CONTA	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV
ATIVO	267.100	42.000	309.100	77.924	4.468	82.392	86.964	9.069	96.033	86.964	9.069	96.033
CIRCULANTE	98.517	42.000	140.517	28.741	8.714	37.455	29.293	9.069	38.362	29.293	9.069	38.362
Disponibilidades	84.414	(18.000)	66.414	24.627	(6.924)	17.703	24.627	(6.924)	17.703	24.627	(6.924)	17.703
Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoque de Merc	14.103	51.282	65.385	4.114	13.314	17.428	4.666	13.669	18.336	4.666	13.669	18.336
Impostos a Recup	-	8.718	8.718	-	2.324	2.324	-	2.324	2.324	-	2.324	2.324
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	168.583	-	168.583	49.183	(4.246)	44.936	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Imobilizado	168.583	-	168.583	49.183	(4.246)	44.936	57.671	-	57.671	57.671	-	57.671
Maq e Equip	140.000	-	140.000	40.844	(3.526)	37.317	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Mov e Ut	30.000	-	30.000	8.752	(756)	7.997	9.684	-	9.684	9.684	-	9.684
Deprec Acum	(1.417)	-	(1.417)	(413)	36	(378)	(485)	-	(485)	(485)	-	(485)
PASSIVO	267.100	42.000	309.100	77.924	4.468	82.392	86.964	9.069	96.033	86.964	9.069	96.033
CIRCULANTE	55.000	42.000	97.000	16.046	9.810	25.856	16.046	9.810	25.856	16.046	9.810	25.856
Fornecedores	55.000	42.000	97.000	16.046	9.810	25.856	16.046	9.810	25.856	16.046	9.810	25.856
Impostos a Recol	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	212.100	-	212.100	61.878	(5.342)	56.536	70.918	(741)	70.177	70.918	(741)	70.177
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	12.100	-	12.100	3.720	-	3.720	1.673	(741)	933	1.673	(741)	933
G/P Tradução	-	-	-	(11.086)	(5.342)	(16.429)	-	-	-	-	-	-

O lucro líquido apurado pelo método Câmbio de Fechamento na tabela 17, cujo valor é US\$ 2.306, aparenta uma situação mais vantajosa que os US\$ 638 apurados pelos outros. Todavia, cabe ressaltar que se trata da mesma empresa, com as mesmas operações, e que os relatórios deveriam conter as mesmas informações.

Para a informação contábil atender à relevância, ela, como destaca

Hendriksen e Van Breda (1999), precisa “fazer a diferença”, e que, para tanto, ela deve ajudar os usuários a interpretar os resultados de eventos passados a fim de contribuir para tomada de decisão sobre eventos futuros.

Nesse contexto, é estabelecida a dúvida sobre qual dos lucros líquidos apurados na demonstração do resultado do exercício devem espelhar corretamente os eventos passados, bem como servir de base para tomada de decisão, objetivando atingir os resultados pretendidos no futuro.

Tabela 17: Demonstração do Resultado do Exercício – 9º Dia

Cotação do dia 3,7516	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
CONTA	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
Rec de Vendas	63.462	-	63.462	18.958	-	18.958	18.958	-	18.958	20.259	-	20.259
Ded da Rec Bruta	(10.788)	-	(10.788)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(5.795)	-	(5.795)
Impostos s/V	(10.788)	-	(10.788)	(3.223)	-	(3.223)	(3.223)	-	(3.223)	(3.444)	-	(3.444)
G/P Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
G/P Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.348)	-	(2.348)
(=) Rec Líquida	52.673	-	52.673	15.735	-	15.735	15.735	-	15.735	14.464	-	14.464
CMV	(41.453)	-	(41.453)	(12.383)	-	(12.383)	(13.740)	-	(13.740)	(13.740)	-	(13.740)
G/P Forneced	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.964	1.385	4.350
(=) Lucro Bruto	11.220	-	11.220	3.352	-	3.352	1.995	-	1.995	3.688	1.385	5.074
Despesas Oper	(3.500)	-	(3.500)	(1.046)	-	(1.046)	(1.046)	-	(1.046)	(1.021)	-	(1.021)
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas	(3.500)	-	(3.500)	(1.046)	-	(1.046)	(1.046)	-	(1.046)	(1.021)	-	(1.021)
Result Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.288)	(2.126)	(3.414)
G/P Dispon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.288)	(2.126)	(3.414)
Lucro Oper	7.720	-	7.720	2.306	-	2.306	949	-	949	1.379	(741)	638
G/P Tradução	-	-	-	-	-	-	430	(741)	(311)	-	-	-
Lucro Líquido	7.720	-	7.720	2.306	-	2.306	1.379	(741)	638	1.379	(741)	638

No que tange à confiabilidade, mais especificamente quanto à fidelidade de representação, os autores citados afirmam que o registro contábil deve ser a representação fiel do fenômeno que se registra. Sendo assim, por haver duas formas de representar o mesmo evento, não se pode afirmar que ambos estão fielmente representados, ou seja, não são confiáveis.

4.10 10º Dia: Venda de Mercadorias, Cálculo de Depreciação e Pagamento de Salários

Por fim, no último dia de movimentação da empresa, em 30/09/2002, ocorre uma venda de mercadorias, que, assim como na compra anterior, teve 30% do seu valor saldado à vista, e o restante com prazo de recebimento de 30 dias.

Ao valor unitário de R\$ 76,92, foram vendidas 1.000 unidades.

O custo apurado foi calculado como demonstra a figura 33. Quando das 1.000 unidades vendidas, 300 foram contabilizadas com base no custo unitário de compra do dia 31/08/2002, e o restante, 700 unidades, com base no valor unitário da compra realizada em 26/09/2002.

Data	Evento	Quant	Valor Unit	SI	Entradas	Saídas	SF
09/08/2002	Compra Mercad	1.000	42,74	-	42.735	-	42.735
20/08/2002	Venda Mercad	800	42,74	42.735	-	34.188	8.547
31/08/2002	Compra Mercad	1.000	47,01	8.547	47.009	-	55.556
Saldo de	09/08/2002	200	42,74				8.547
Saldo de	31/08/2002	1.000	47,01				47.009
04/09/2002	Venda Mercad	200	42,74	55.556	-	8.547	47.009
04/09/2002	Venda Mercad	700	47,01	47.009	-	32.906	14.103
Saldo de	31/08/2002	300	47,01				14.103
26/09/2002	Compra Mercad	1.000	51,28	14.103	51.282	-	65.385
Saldo de	31/08/2002	300	47,01				14.103
Saldo de	26/09/2002	1.000	51,28				51.282
30/09/2002	Venda Mercad	300	47,01	65.385	-	14.103	51.282
30/09/2002	Venda Mercad	700	51,28	51.282	-	35.897	15.385
Saldo de	26/09/2002	300	51,28				15.385

Figura 33: Controle de Estoques de Mercadorias em Reais – 10º Dia

Tabela 18: Balanço Patrimonial – 10º Dia

Cotação do dia 3,8949	R\$			Câmbio de Fechamento US\$			Monetário / não-monet US\$			Correção Integral US\$		
	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF	SI	MOV	SF
ATIVO	309.100	19.506	328.607	82.392	1.977	84.368	96.033	2.753	98.786	96.033	2.753	98.786
CIRCULANTE	140.517	20.923	161.440	37.455	3.994	41.449	38.362	3.238	41.600	38.362	3.238	41.600
Disponibilidades	66.414	17.077	83.491	17.703	3.733	21.436	17.703	3.733	21.436	17.703	3.733	21.436
Clientes	-	53.846	53.846	-	13.825	13.825	-	13.825	13.825	-	13.825	13.825
Estoque de Merc	65.385	(50.000)	15.385	17.428	(13.479)	3.950	18.336	(14.235)	4.101	18.336	(14.235)	4.101
Impostos a Recup	8.718	-	8.718	2.324	(85)	2.238	2.324	(85)	2.238	2.324	(85)	2.238
ARLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	168.583	(1.417)	167.167	44.936	(2.017)	42.919	57.671	(485)	57.186	57.671	(485)	57.186
Imobilizado	168.583	(1.417)	167.167	44.936	(2.017)	42.919	57.671	(485)	57.186	57.671	(485)	57.186
Maq e Equip	140.000	-	140.000	37.317	(1.373)	35.944	48.471	-	48.471	48.471	-	48.471
Mov e Ut	30.000	-	30.000	7.997	(294)	7.702	9.684	-	9.684	9.684	-	9.684
Deprec Acum	(1.417)	(1.417)	(2.833)	(378)	(350)	(727)	(485)	(485)	(969)	(485)	(485)	(969)
PASSIVO	309.100	19.506	328.607	82.392	1.977	84.368	96.033	2.753	98.786	96.033	2.753	98.786
CIRCULANTE	97.000	15.255	112.255	25.856	2.965	28.821	25.856	2.965	28.821	25.856	2.965	28.821
Fornecedores	97.000	-	97.000	25.856	(951)	24.904	25.856	(951)	24.904	25.856	(951)	24.904
Impostos a Recol	-	15.255	15.255	-	3.917	3.917	-	3.917	3.917	-	3.917	3.917
PELP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PATR LÍQUIDO	212.100	4.251	216.352	56.536	(989)	55.547	70.177	(212)	69.965	70.177	(212)	69.965
Capital Social	200.000	-	200.000	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245	69.245	-	69.245
Res de Lucros	12.100	4.251	16.352	3.720	1.270	4.990	933	(212)	720	933	(212)	720
G/P Tradução	-	-	-	(16.429)	(2.259)	(18.687)	-	-	-	-	-	-

As perdas com a tradução apuradas no período nos métodos Câmbio de Fechamento e Monetário/não-monetário são muito parecidas, importando em US\$ 2.259 e US\$ 2.122, respectivamente. Em outras datas, essa diferença era consideravelmente alta, já neste décimo dia é baixa, o que dificulta muito o estabelecimento de um método seguro para converter os relatórios.

Embora tenha apurado valores parecidos de perda com a tradução, o lucro líquido pelo segundo método é 88,10% menor que o primeiro, como visto na tabela 19 (US\$ 426 e US\$ 3.576).

Tabela 19: Demonstração do Resultado do Exercício – 10º Dia

Cotação do dia	Câmbio de Fechamento	Monetário / não-monet	
----------------	----------------------	-----------------------	--

Ocorrendo confusão nos indicadores de moeda funcional, o gestor tem disponível dois relatórios, ficando sob sua competência a escolha de qual deverá ser entregue à matriz.

Nas análises feitas dia-a-dia, observou-se uma grande disparidade, ora positiva, ora negativa, nas contas patrimoniais e nas de resultado. Até mesmo o resultado apurado com a tradução foi diferente entre os dois métodos pronunciados pelo FASB.

Cabe ressaltar que as demonstrações contábeis, além de municiarem os usuários internos e externos com informações, servem de base para estabelecer a premiação do gestor.

Tal fato, fomenta a dedução de que, havendo duas informações distintas sobre a mesma empresa, pelo menos uma delas não está correta, sem preocupar-se em evidenciar qual a informação errada. Essa situação acaba atingindo a verificabilidade dos relatórios contábeis emitidos, visto que a escolha da demonstração enviada à matriz não busca verificar a verdade, estabelecer informações verdadeiras, mas sim o interesse do gestor.

Neste momento, é estabelecida uma assimetria informacional entre o principal (investidor) e o agente (gestor). No momento em que o principal poderá utilizar informações viesadas para avaliação do seu negócio, como também do gestor que o representa. A neutralidade, preceito da confiabilidade, é desprezada quando a informação contábil apresenta dados viesados.

5 CONCLUSÃO

A informação contábil, para que possa atingir os seus objetivos, requer a adoção de técnicas e procedimentos que visem dar-lhe a qualidade necessária. Neste estudo, foi proposta a análise das demonstrações contábeis convertidas para moeda estrangeira em atenção ao pronunciamento nº 52 do FASB, no sentido de observar se os procedimentos necessários à qualidade da informação estavam sendo atendidos. Ao mesmo tempo, foi aplicado um terceiro método, inspirado na Correção Monetária Integral.

Em atenção ao problema de pesquisa, no que tange aos efeitos da aplicação dos métodos de tradução abordados pelo pronunciamento do FASB, averigua-se que, em vários momentos, tais efeitos desqualificaram a informação contábil.

Nas análises feitas durante o período estudado, pôde-se observar uma grande disparidade, por vezes positiva e por vezes negativa, nas contas patrimoniais e de resultado. Até mesmo o resultado apurado com a tradução foi diferente entre os dois métodos pronunciados pelo FASB.

Como apurado no último dia de eventos na simulação do capítulo 4, os totais de ativo diferem entre os métodos Câmbio de Fechamento e Monetário/não-monetário em US\$ 14.418, ou seja, o saldo total do ativo apurado pelo método de Câmbio de Fechamento é 17,09% menor que o apurado pelo outro método.

Também foram apurados valores distintos de perda com a tradução, sendo no Câmbio de Fechamento US\$ 18.687, enquanto no Monetário/não-monetário US\$ 3.150. Ou seja, no primeiro apurou-se uma perda quase seis vezes maior que no segundo.

Em dois meses de atividades, foram apurados valores distintos de lucros líquidos, pelo Câmbio de Fechamento US\$ 4.990, enquanto no outro, US\$ 720. Sendo o segundo 85,57% menor que o primeiro.

Em contraponto, o saldo da conta patrimônio líquido, pelo método de Câmbio de Fechamento, foi de US\$ 55.547, contra US\$ 69.965. Por se tratar da mesma empresa e, por conseguinte, concluir que ocorreram as mesmas operações entre os métodos comparados, é inconcebível a diferença apurada, visto que o método que auferiu maior lucro líquido apura um saldo de patrimônio líquido menor que o método que auferiu um lucro líquido 85,57% menor.

O efeito evidenciado acima ocorre principalmente em função da diferença de tratamento do resultado com a tradução. Enquanto o método Câmbio de Fechamento o registra no patrimônio líquido, o Monetário/não-monetário o faz no resultado não operacional do exercício.

Como visto na teoria contábil, a informação contábil deve atender a critérios rígidos para alcançar seus objetivos. Dentre os critérios, convém destacar o da uniformidade.

A uniformidade estabelece que devem ser registrados, de forma idêntica, eventos igualmente idênticos. A princípio, parece uma afirmação redundante e sem importância, todavia, no que tange a tradução das demonstrações contábeis para

moeda estrangeira, como determina o FAS 52, é extremamente importante e, como se averiguou nesse estudo, não está sendo respeitado.

Ao permitir que sejam adotados dois critérios distintos para conversão da mesma demonstração e, ao mesmo tempo, autorizar a administração da empresa a escolha do método, em alguns casos, é o mesmo que estabelecer dois critérios diferentes para registrar o mesmo evento, contrariando o que estabelece a uniformidade.

A fidelidade de representação, como preceito da confiabilidade, esbarra no mesmo revés da uniformidade, pois, havendo duas formas de representar o mesmo evento, não se pode afirmar que ambos estão fielmente representados, ou seja, não são confiáveis.

A apuração de dois Lucros Líquidos distintos entre os dois métodos do pronunciamento, dificulta o estabelecimento de qual dos dois representa corretamente os eventos passados da companhia. Isso influencia negativamente a relevância, pois a informação deve ser útil para avaliar corretamente os resultados passados, os quais servirão de base para a tomada de decisão sobre eventos futuros.

Caso os indicadores da moeda funcional sejam de difícil interpretação, cabe ao gestor a definição de qual moeda melhor representa as principais atividades da empresa. Diante dessa escolha, com base na teoria da agência, o gestor tende a tomar as decisões que melhor atendam a seus interesses, o qual poderia, dessa forma, remeter para matriz as demonstrações contábeis que melhor repercutam na sua política de remuneração.

Além disso, caso seja encaminhada a demonstração contábil que melhor atenda aos interesses do gestor, estar-se-á faltando com a verificabilidade no sentido de que a gestão não estará, com esse ato, buscando estabelecer a demonstração que melhor verifique a verdade, mas sim a sua conveniência.

Não obstante, o viés estabelecido pelas distorções citadas, quando da apresentação das informações para avaliação dos gestores, ou simplesmente para avaliação do investimento pelo principal, descaracteriza da neutralidade que as informações devem ter, colocando, assim, em dúvida sua confiabilidade.

O terceiro método desenvolvido, a partir do conceito de Correção Monetária Integral, mostrou-se mais eficiente no tratamento das variações cambiais, pois, ao invés de registrar os ganhos ou perdas com a tradução em uma única conta, ou no patrimônio líquido, ou no resultado não-operacional, distribuiu as parcelas resultantes de cada ganho ou perda de contas monetárias às suas origens correspondentes no resultado operacional.

Outro fator que contribui para adoção do terceiro método está no tratamento único dispensado a todas as contas, sem distinção entre monetárias e não-monetárias, ou entre patrimoniais e de resultado, quando da aplicação da taxa de conversão.

Outro fato que pode ser percebido, durante o período analisado, é a relação existente entre a flutuação do câmbio e o aumento das diferenças entre os métodos. Quanto maior era a flutuação do câmbio, maiores eram as diferenças apuradas entre os métodos. O que pode ser depreendido quanto à apuração de maiores distorções em países com maiores instabilidades cambiais.

Em atenção aos padrões informacionais exigidos neste início de século, as demonstrações contábeis traduzidas pelos métodos Câmbio de Fechamento e Monetário/não-monetário não atendem aos pré-requisitos de qualidade defendidos pela teoria da contabilidade.

Em 1981, talvez se justificasse a adoção de métodos mais simplificados para traduzir as demonstrações contábeis de países com baixa inflação, pois não se dispunha de equipamentos e sistemas contábeis hábeis o suficiente para processar tal volume de informação. Todavia, isso não se justifica nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria da Correção Monetária Integral das Demonstrações Financeiras**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

BACON, Francis. **Novo Organum (Novo Método)**. 3. ed. Traduzido por: José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril, 1984.

BARBOSA FILHO, Manuel. **Introdução à pesquisa – Métodos, Técnicas e Instrumentos**. 3. ed. João Pessoa: União, 1994.

BIANCHI, Márcia. **A Controladoria como um Mecanismo Interno de Governança Corporativa e de Redução dos Conflitos de Interesse entre Principal e Agente**. Unisinos, 2005. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977**. Altera a legislação do imposto sobre a renda, 1977.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHOI, Frederick D. S.; MEEK, Gary K. **International Accounting**. 5. ed. New Jersey: Pearson, 2005.

CHOI, Frederick D. S.; MUELLER, Gerhard G. **International Accounting**. 2. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1992.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade**. Deliberação nº 29 de 05 de Fevereiro de 1986.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 1. ed. Brasília: CFC, 2003.

D'AMORE, Domingos; CASTRO, Aducto de Souza. **Contabilidade**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1967

DANTAS, José Alves; ZENDERSKY, Humberto Carlos; NIYAMA, Jorge Katsumi. A dualidade entre os Benefícios do *Disclosure* e a Relutância das Organizações em Aumentar o Grau de Evidenciação. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Curitiba, 2004. São Paulo: ANPAD, 2004.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. 1. ed. Traduzido por: Lourdes Nascimento Franco. São Paulo: Parma, 1983.

DOMINGUES, Olga Graciela Diaz. **Correção Integral de Balanço**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2000.

FEITOSA, Agricioneide. **Uma Análise dos Efeitos Inflacionários sobre Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras Traduzidas para Apresentação no Exterior**. São Paulo: FEA/USP, 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2002.

FASB. **Statement of Financial Accounting Standards nº 52**. Foreign Currency Translation. FASB, 1981. Disponível em: <<http://www.fasb.org/pdf/fas52.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2004.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Aprendendo Contabilidade em Moeda Constante**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIBSON, Charles H. **Financial Statements Analysis – using financial accounting information**. 7. ed. Cincinnati: Thomson, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro. **Contabilidade – Teoria e Prática Básicas**. 7. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

HENDRIKSEN, Edson S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. Traduzido por: Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. **Administração Estratégica**. 1. ed. Traduzido por: José Carlos Barbosa dos Santos e Luiz Antonio Pedroso Rafael. São Paulo: Thomson, 2003.

HOSKIN, Robert E. **Financial Accounting – A user perspective**. 2. ed. New York: John Wiley, 1997.

HUSSEY, Jill; HUSSEY, Roger. **Business Accounting**. 1. ed. London: Macmillan, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade – para Nível de Graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – Aplicável às Demais Sociedades**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. 2. ed. New York: Wiley, 1990.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um Tratamento Conceitual**. 5 ed. São Paulo: Epu, 1980.

KIESO, Donald E.; WEYGANDT, Jerry J. **Intermediate Accounting**. 9. ed. New York: John Wiley, 1998.

KIRCHNER, Alfredo Eduardo. **Normas Contábeis Brasileiras e Norte-Americanas: Uma Análise das Demonstrações de Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido da AMBEV – 2000 a 2002**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

KRAUSE, Carlos Roberto. **A influência da Inflação e da Variação Cambial no Lucro e na Taxa de Retorno dos Ativos, após a Extinção da Correção Monetária de Balanços – Um Estudo de Caso da Empresa Andreas Stihl Motosserras**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2002.

LANZANA, Ana Paula. **Relação entre Disclosure e Governança Corporativa das Empresas Brasileiras**. São Paulo: FEA/USP, 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2004.

LIMA, Gerlando Augusto S. F. de; SALOTTI, Bruno Meirelles; CORRAR, Luiz João; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Um Estudo Empírico Sobre os Reflexos do Não Reconhecimento da Inflação nas Demonstrações Contábeis e em suas Análises. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Curitiba, 2004. São Paulo: ANPAD, 2004.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade – Uma Nova Abordagem**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LORSCH, Jay W. *Empowerment* do Conselho de Administração. In: Harvard Business Review. **Experiências de Governança Corporativa**. 1 ed. Traduzido por: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MARTINEZ, Antonio Lopo. *Agency Theory* na Pesquisa Contábil. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Foz do Iguaçu, 1998. São Paulo: ANPAD, 1998.

MARTINS, Eliseu. Correção Integral de Balanços: Price-Level Accounting. **Revista da CVM**, nº 3. Rio de Janeiro: CVM, 1985.

MARTINS, Eliseu. **Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras – Implicações no Lucro e na Alavancagem Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, Eliseu. A posição do Conselho Federal de Contabilidade com relação à atualização monetária dos balanços: decepção! 1ª. Parte. **Boletim IOB Temática Contábil e Balanços**. nº 15. São Paulo: IOB, 2002.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços – Abordagem Básica e Gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOURA, Ril. **Demonstrações Financeiras Complementares**. 1. ed. Rio de Janeiro: CNI/DAMPI, 1990.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PETERS, Marcos R. S. **Controladoria Internacional – Incluindo: Sarbanes Oxley Act e USGAAP**. 1. ed. São Paulo: DVS, 2004.

POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 1. ed. Traduzido por: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira Da Mota. São Paulo: Cultrix, 1975.

SALMON, Walter J. Prevenção de Crises – Como Engrenar o Conselho. In: Harvard Business Review. **Experiências de Governança Corporativa**. 1 ed. Traduzido por: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SANTOS, Ariovaldo dos; BRAGA, Roberto. Resultado do Exercício: As Empresas Localizadas em Países com Baixas Taxas de Inflação São ou Não Afetadas? **Anais do V Congresso Internacional de Custos**. Acapulco/México, 1997.

SEIBERT, Rosane Maria. **Extinção da Correção Monetária das Demonstrações Contábeis das Empresas em Atividade no Brasil, em períodos de inflação baixa: efeitos econômicos e financeiros**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

SELLTIZ, Claire; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart W. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. 3. ed. Revista e nova tradução feita por: Dante Moreira Leite. São Paulo: Epu, 1974.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muskat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Josir Simeone. A análise das demonstrações financeiras em economias hiperinflacionárias – um estudo do caso brasileiro no período de 1988 a 1991. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Florianópolis, 2000. São Paulo: ANPAD, 2000.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Financial Accounting – An Introduction to Concepts, Methods, and Uses**. 8. ed. Orlando: Dryden, 1997.

TREVISAN & ASSOCIADOS. **Demonstrações Financeiras em Moeda Constante – Um enfoque prático da Correção Monetária Integral**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

VIANA, Cibilis da Rocha. **Compêndio de Contabilidade Geral**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1969.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **Correção Integral – Uma Abordagem Prática**. São Paulo: FEA/USP, 1988. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1988.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOSHITAKE, Mariano; HOJI, Masakazu. **Gestão de Tesouraria – Controle e Análise de Transações financeiras em Moeda Forte**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

AUTORIZAÇÃO

Eu, **EDUARDO BUGALLO DE ARAUJO** CPF **747.802.550-15** autorizo o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UNISINOS, a disponibilizar a Dissertação de minha autoria sob o título **Um Estudo sobre os Efeitos nas Demonstrações Contábeis da Aplicação do FASB 52 Contraposto à Correção Monetária Integral**, orientada pelo(a) professor(a) Doutor(a) **Auster Moreira Nascimento**, para:

Consulta Sim Não

Empréstimo Sim Não

Reprodução:

Parcial Sim Não

Total Sim Não

Divulgar e disponibilizar na Internet gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral da minha Dissertação citada acima, no *site* do Programa, para fins de leitura e/ou impressão pela Internet

Parcial Sim Não

Total Sim Não Em caso afirmativo, especifique:

Sumário: Sim Não

Resumo: Sim Não

Capítulos: Sim Não Quais: Todos

Bibliografia: Sim Não

Anexos: Sim Não

São Leopoldo, 02 de maio de 2006.

Assinatura do(a) Autor (a)

Visto do(a) Orientador(a)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)